

ORGANIZADORES
Darlan José Roman
Izabella Barison Matos

IMIGRAÇÃO HAITIANA:

perfil, ambientação
social e organizacional
no oeste catarinense,
política migratória
e aspectos da
história do Haiti



Editora Unoesc

© 2018 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc.
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.
www.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação: Tiago de Matia
Revisão linguística e metodológica: Bianca Regina Paganini
Projeto gráfico e capa: Daniely Akemi Terao Guedes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

I32 Imigração haitiana: perfil, ambientação social e organizacional no oeste catarinense, política migratória e aspectos da história do Haiti / organizadores Darlan José Roman, Izabella Barison Matos. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2018.
188 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-8422-181-3

1. Santa Catarina – Imigração haitiana. 2. Haiti - História. 3. Imigração - Haiti. I. Roman, Darlan José, (org.). II. Matos, Izabella Barison, (org.).

Doris 325.1

Universidade do Oeste de Santa Catarina

Reitor
Aristides Cimadon

Vice-reitores dos Campi

Campus de Chapecó
Ricardo Antônio De Marco

Campus São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D' Agostini

Campus Videira
Ildo Fabris

Campus Xanxerê
Genesio Téo

Pró-reitora de Graduação
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e
Extensão

Diretora Executiva da Reitoria
Cleunice Frozza

Fábio Lazzarotti

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	---

Capítulo I

FUNDAMENTOS LEGAIS À CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL	11
Deisemara Turatti Langoski	

Capítulo II

ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL E O OESTE DE SANTA CATARINA: AUTOPERCEPÇÃO ACERCA DA SUA INSERÇÃO E DO ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA COMUNIDADE BRASILEIRA	43
Izabella Barison Matos	

Capítulo III

IMIGRAÇÃO HAITIANA E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)	63
Lilian Marta da Silveira, Sandra Mara Arini, Izabella Barison Matos	

Capítulo IV

O SISTEMA DE SAÚDE DO HAITI	91
Pauliny Junior Moi-meme, Roger Dos Santos Rosa	

Capítulo V

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM O HAITI	111
Joyce Mendes de Andrade Schramm, Stela Nazareth Meneghel, Erica Kastrup, Alcindo Antônio Ferla, Ricardo Burg Ceccim	

Capítulo VI

OS HAITIANOS NAS EMPRESAS NA PERCEÇÃO DOS GESTORES DE UMA AGROINDÚSTRIA 129

Darlan José Roman, Eliane Salete Filippim, Jacir Favretto,
Luccas Santin Padilha

Capítulo VII

A PERCEÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO CONTEXTO SOCIAL E ORGANIZACIONAL DE SANTA CATARINA 153

Marilei Osinski, Darlan José Roman, Jacir Favretto

Capítulo VIII

PERFIL DOS IMIGRANTES HAITIANOS 183

Augusto Fischer, Jacir favretto

APRESENTAÇÃO¹

A diáspora de haitianos tendo o Brasil como destino pode ser entendida para além dos desdobramentos do terremoto que ocorreu no Haiti em 2010. As crises econômicas e políticas persistentes, a miséria, a violência, as doenças, a destruição e a degradação ambiental são alguns dos fatores citados. A busca de trabalho e, principalmente, a decisão de encontrar um lugar para terem melhores condições de vida e, também, estudar, têm movido os haitianos e vem caracterizando-os como povo migrante, cujo desejo de sair do seu país não é tão recente. O que mudou foi o destino, pois em anos anteriores os Estados Unidos da América, a França e o Canadá eram os países mais procurados, e nessa década tem sido o Brasil.

Considerando a complexidade do fenômeno da imigração haitiana para o Brasil, em especial para a região Oeste de Santa Catarina, a equipe de pesquisadores trabalhou diferentes abordagens, resultando em diversas análises a partir de metodologias investigativas qualitativas e quantitativas. Tal fenômeno, consideradas as causas desse fluxo migratório e os impactos socioeconômicos e culturais em terras brasileiras e catarinenses, carece de estudos interdisciplinares. Assim, a pretensão é contribuir com a ampliação do conhecimento acerca do processo de imigração que é ainda pouco estudado.

O capítulo 1 trata dos parâmetros legais que fundamentam a construção de políticas públicas para a imigração haitiana no Brasil, desenvolvido por Deisemara Turatti Langoski. O estudo, que utilizou o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, inventariou políticas públicas e ordenamentos legais envolvendo a imigração haitiana no País. Os resultados apontam que, embora os imigrantes sejam acolhidos por igrejas, ONGs, voluntários e sindicatos, o Brasil

¹Agradecemos à Fapesc pelo apoio financeiro.

demonstra morosidade e resistência nas questões da imigração, evidenciando descomprometimento agravado pela discriminação e preconceito.

Na sequência, de autoria de Izabella Barison Matos, o capítulo 2 apresenta um estudo descritivo com abordagem qualitativa, que analisa aspectos envolvendo o acolhimento dos imigrantes haitianos na região Oeste, por meio de narrativas das trajetórias e de pesquisa bibliográfica. Os resultados mostram que o acesso limitado aos serviços públicos, uma vez que não têm capacidade de dar respostas adequadas, é o que os torna ainda mais vulneráveis social, emocional e economicamente.

A imigração haitiana e o acesso ao ensino superior na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é o tema tratado no capítulo 3, cujo estudo descritivo utilizou entrevistas e pesquisas bibliográfica e documental. Lilian Marta da Silveira, Sandra Mara Arini e Izabella Barison Matos apresentam histórico do Haiti, a imigração e o acesso de haitianos ao ensino superior. Os resultados revelam necessidade de enfrentamento mais eficaz para viabilizar a permanência na universidade, pois a condição desfavorável de estudante trabalhador, as atitudes racistas, de parte da comunidade acadêmica, e a barreira linguística dificultam a vivência universitária.

O sistema de saúde no Haiti é o assunto abordado no capítulo 4, que foi desenvolvido por Pauliny Junior Moi-Meme e Roger dos Santos Rosa. Trata do perfil de saúde da população haitiana com breve histórico da Política Nacional de Saúde (PNS) do Haiti, registrando o fato de aquele país ter dependência crônica de ajuda externa e das remessas de haitianos que migraram.

O capítulo 5 dedica-se às organizações não governamentais na cooperação internacional com o Haiti, de autoria de Joyce Mendes de Andrade Schramm, Stela Nazareth Meneghel, Erica Kastrup, Alcindo Antônio Ferla e Ricardo Burg Ceccim. Os autores apontam a necessidade de soluções que requerem adoção de formas de solidariedade mais específicas e que apostem na reconstrução das funções do Estado haitiano, pois o País se encontra em um círculo

vicioso de dependência, uma vez que a solidariedade mal-ordenada não tem produzido resultados satisfatórios.

O capítulo 6, de autoria de Darlan José Roman, Eliane Salette Filippim, Jacir Favretto e Luccas Santin Padilha, trata dos haitianos nas empresas, a partir da percepção dos gestores de uma agroindústria. O estudo investigou a presença de trabalhadores haitianos a partir da visão de gestores no contexto organizacional, por meio de estudo de caso e de entrevistas semi-estruturadas. Percebeu-se a existência de divergências entre a percepção dos gestores e o que está descrito na literatura, sendo uma delas o que diz respeito a oportunidades de crescimento profissional. Dados obtidos evidenciam existência de oportunidades e, em alguns momentos, preferência de gestores pelo trabalhador haitiano. No entanto, segundo a literatura, principalmente no âmbito dos frigoríficos, a mão de obra haitiana é subutilizada.

O penúltimo capítulo (7), desenvolvido por Marilei Osinski, Darlan José Roman e Jacir Favretto, trata do entendimento dos imigrantes sobre o contexto social e organizacional. O estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar as diferentes formas de acolhimento, ambientação, socialização dos imigrantes haitianos no contexto social e organizacional de Santa Catarina. A realização deste estudo bibliométrico demonstrou que do total de cinco artigos tratando da imigração haitiana, dois foram publicados no ano 2014, um em 2015 e outros dois em 2016, havendo aumento expressivo na quantidade de teses e dissertações publicadas: nos anos 2014 e 2015 foram 10 obras, e em 2016 foram seis dissertações e uma tese.

Por fim, o último capítulo (8), de autoria de Augusto Fischer e Jacir Favretto, registra a dificuldade de contar com registros oficiais mais precisos sobre a imigração haitiana. No entanto, a partir de dados obtidos em diferentes fontes, os autores oferecem a identificação do perfil aproximado dos haitianos em Chapecó. Tal perfil confere com as características da população haitiana, segundo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e dados do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Uma das principais contribuições dessa proposta é sua abordagem interdisciplinar caracterizada por diferentes olhares sobre a imigração haitiana para o Oeste de Santa Catarina.

Desejamos boa leitura.



Capítulo I

FUNDAMENTOS LEGAIS À CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL

Deisemara Turatti Langoski¹

1 INTRODUÇÃO

A imigração haitiana que ocorre ao Brasil e em especial para a região Oeste de Santa Catarina carece de estudos interdisciplinares, visto que o fenômeno é complexo, se consideradas as causas desse fluxo migratório e os impactos socioeconômico e culturais em terras brasileiras.

O desenvolvimento de conhecimentos gerados pela pesquisa contribui para a expectativa em apresentar bases legais para a formulação e implementação de políticas públicas para o acolhimento e a integração dos imigrantes.

Com o objetivo principal de analisar as diferentes formas de acolhida, ambientação, socialização e integração dos imigrantes haitianos no contexto social e organizacional do Oeste de Santa Catarina, estudiosos e pesquisadores de várias instituições de ensino e diferentes áreas de conhecimento reuniram-se e vincularam-se ao Projeto "A imigração haitiana no Oeste de Santa Catarina: desafios e perspectivas", proposto pela Unoesc Campus de Chapecó.

Neste artigo propõe-se a inventariar políticas públicas e ordenamentos legais que envolvem a questão da imigração haitiana no Brasil. Para esse fim, adota-se como método de pesquisa o dedutivo, e o tipo de pesquisa bibliográfica para atingir o objetivo almejado pelo presente estudo.

¹ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Professora na Universidade Federal do Pampa de Santana do Livramento; deiselangoski@gmail.com

2 O ESTADO CONSTITUCIONAL, ORDENAMENTOS DE DIREITOS HUMANOS E A POLÍTICA MIGRATÓRIA: BRASIL, SANTA CATARINA E CHAPECÓ

O Estado Constitucional tem como primazia a pessoa humana, logo, o Estado-Nação tem o poder-dever de dispor de normas que garantam e assegurem o bem-estar da população, sem qualquer tipo de distinção, conforme prevê o art. 5º caput da Constituição Federal de 1988. Desse modo, "Não deve ser esquecido que o Estado foi concebido para a realização do bem comum. Nenhum Estado deve se considerar acima da lei, e as normas têm, como último beneficiário, o ser humano; em suma, o Estado existe para o ser humano e não o contrário." (TRINDADE, 2008, p. 26).

A Constituição que faz opção pela sociedade pluralista está a demonstrar que respeita a pessoa humana e sua liberdade, ao reverso da sociedade monista, que deteriora, explora e oprime a pessoa (SILVA, 1992, p. 129). Assevera Silva (1992, p. 129-130) que "O pluralismo é uma realidade, pois a sociedade se compõe de uma pluralidade de categorias sociais, de classes, grupos sociais, econômicos, culturais e ideológicos. Optar por uma sociedade pluralista significa acolher uma sociedade conflitiva, de interesses contraditórios e antagonicos."

O problema do pluralismo consiste em equilibrar as múltiplas tensões, em harmonizar a sociabilidade, em gerir as incompatibilidades e evitar divisões. Para sanar esses dilemas, tem importância ímpar o papel do poder político, cuja obrigação incidirá em atender, com medidas jurídicas adequadas, o reconhecimento da diversidade social (SILVA, 1992, p. 130).

Ferrajoli (2004, p. 128) acredita em um constitucionalismo de direito internacional apto a versar sobre a universalização dos Direitos Humanos e a harmonização dos pluralismos. E, tendo por base as lições de Francisco de Vitória, para a formação desse modelo constitucional, apresenta a ideia da ordem mundial como *communitas orbis*, ou seja, uma sociedade mundial de Estados

soberanos e livres, sujeitos a um mesmo direito dos povos, e no domínio interno, às suas próprias constituições.

A partir dessa tese, o conceito de "constitucionalismo mundial" torna-se adequado garantir juridicamente, em nível internacional, a todos, aqueles direitos já firmados no âmbito interno de cada Estado-nação.² Dessa forma, qualquer teoria que aborde o tema da democracia deve ter por alicerce um constitucionalismo instaurado por meio do diálogo entre os direitos constitucionais e as convenções internacionais, resultando em

[...] uma ordem que rejeita finalmente a cidadania: suprimindo-a como *status* privilegiado que transporta direitos não reconhecidos aos não-cidadãos, ou, inversamente, que *institui uma cidadania universal*; e portanto, [...] *reconhecendo a todos os homens e mulheres do mundo, exclusivamente, enquanto pessoas, idênticos direitos fundamentais*.³

A cidadania universal encontra baldrame na universalidade dos direitos fundamentais e no desígnio de que os Estados não podem discriminar as pessoas sob a justificativa de não serem nacionais. Limitar os direitos dos migrantes e refugiados a pleitear por seus direitos ou mesmo de se associar com outras pessoas para poder perpetrá-los é o mesmo que recusar sua dignidade como pessoa.

Na contemporaneidade, o titular de direitos é toda e qualquer pessoa, não sendo admissível que a norma fundamental dos Estados possa recusar o direito da dignidade humana às pessoas que possuem nacionalidade diversa do país residente, mesmo que estas não possam exercer todos os direitos de cidadania que compete aos nativos.

² Cf. Ferrajoli (2004, p. 128).

³ "[...] *unordenamiento que rechace finalmente la ciudadanía: suprimiéndola como status privilegiado que conlleva derechos no reconocidos a los no ciudadanos, o, al contrario, instituyendo una ciudadanía universal; y por tanto, [...] reconociendo a todos los hombres y mujeres del mundo, exclusivamente en cuanto personas, idénticos derechos fundamentales.*" (FERRAJOLI, 2004, p. 119, grifo nosso, tradução nossa).

É inconcebível que o ser humano não seja sempre respeitado como sujeito de direitos, independentemente de sua condição (nacional ou não) perante o Estado. Neves (2001, p. 35) legitima este posicionamento ao afirmar que:

Na verdade, a consciência ética universal actual, exige o tratamento dos estrangeiros como pessoas e o direito internacional promove o tratamento dos estrangeiros como pessoas, garantindo-lhe um *standard* mínimo de direitos. Na prática, ao sistema histórico da incapacidade de gozo e exercício de direitos dos estrangeiros, sucede o sistema de igualdade de direitos entre estes e os cidadãos, em termos absolutos ou condicionado à cláusula de reciprocidade.

Corroborar o autor ao sustentar que, “a consciência ética universal atual [...] e o direito internacional [promovem] o tratamento dos estrangeiros como pessoas, garantindo-lhes um *standard* mínimo de direitos” (NEVES, 2001, p. 35, grifo nosso), sendo que esse padrão mínimo incide nos direitos políticos, civis, sociais, econômicos, culturais, entre outros. O preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), concebe que a concepção desses direitos tem sua raiz na dignidade e no valor da pessoa humana, e o artigo 1º desse ordenamento subscreve a premissa de que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou condição social.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos encontra-se sedimentada em três princípios axiológicos: da liberdade, da igualdade e da fraternidade. O princípio da igualdade está previsto no artigo 2º; existe a violação desse princípio quando advir tratamento diferenciado em relação a uma pessoa, ou seja, quando esta é tratada como ser inferior, em face à diferença de raça, costume ou gênero. As diferenças são imprescindíveis na humanidade, precisamente para que se adquira a cultura da tolerância e do respeito mútuo entre os seres humanos. Já quanto ao princípio da liberdade, este consta nos aspectos políticos e individuais e encontra-se previsto nos artigos 7º

a 13 e 16 a 21 da Declaração. E o princípio da fraternidade consiste no baldrame dos direitos econômicos e sociais, descritos nos artigos 22 a 26 da Declaração de 1948, ao pressupor condições essenciais de proteção aos grupos sociais mais desfavorecidos. Consta também no diploma legal a proibição de qualquer forma de escravidão do ser humano, e amplia os sistemas de proteção para novos setores, como o direito de asilo às vítimas de perseguição e o direito de todos terem uma nacionalidade.⁴

Historicamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos firmou a concepção integral ou holística de todos os Direitos Humanos, indo além das divisões ideológicas do mundo de seu próprio tempo, e colocou no mesmo plano as categorias de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. "Os direitos proclamados compreenderam os de caráter pessoal, os atinentes às relações do indivíduo com grupos e o mundo exterior, as liberdades públicas e os direitos políticos, assim como os direitos econômicos, sociais e culturais." (TRINDADE, 2002, p. 633).

Aliada à Declaração de 1948, a ordem jurídica internacional passa a visibilizar os migrantes e refugiados a partir de instrumentos de proteção como a Convenção de Haia (1930), o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares (1990) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1992).

Existe também a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e seu protocolo de 1967. Além desses, em amparo aos refugiados, encontram-se a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) que regula os aspectos peculiares das dificuldades enfrentadas pelos refugiados na África (1969), e a Declaração de Cartagena (1984), que versa sobre esse segmento de deslocados, sendo que esses dois documentos

⁴ Cf. Comparato (2010, p. 240).

permanecem na atual proteção dos refugiados. Os princípios legalísticos desses instrumentos têm permeado incontáveis leis e costumes internacionais, regionais, nacionais e locais.

A seguir apresentam-se alguns instrumentos internacionais citados e certos direitos garantidos aos migrantes:

- **Convenção de Haia (1930):** trata-se do protocolo especial relativo à apátrida, estabelece em seu artigo 1º o princípio da competência para estabelecer a nacionalidade, dispondo que "cabe a cada Estado determinar por sua legislação quais são os seus nacionais. Essa legislação será aceita por todos os outros Estados, desde que esteja de acordo com as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios de direito geralmente reconhecidos em matéria de nacionalidade", que se completa com o disposto no artigo 2º: "Toda questão relativa ao ponto de saber se um indivíduo possui a nacionalidade de um Estado será resolvida de acordo com a legislação desse Estado." A Convenção trata no artigo 3º da dupla nacionalidade "sob reserva das disposições da presente Convenção um indivíduo que tenha duas ou mais nacionalidades poderá ser considerado por cada um dos Estados cuja nacionalidade possua seu nacional." (PROTOCOLO ESPECIAL RELATIVO À APÁTRIDA, 1930).

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):** garante o reconhecimento da *dignidade inerente a todos os membros da família humana* e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da *liberdade, da justiça e da paz no mundo [...]* e que os Estados-membros se comprometem a promover em cooperação com as Nações Unidas, *o respeito universal aos Direitos Humanos e liberdades fundamentais [...]* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, grifo nosso).

O artigo 13 assegura que toda pessoa possui o direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, bem como o direito de deixar qualquer país, inclusive

o próprio, e a este regressar.⁵ O artigo 14 estabelece o direito de toda pessoa vítima de perseguição de procurar e de gozar de asilo em outros países.⁶ E no artigo 15 existe o direito de toda pessoa a uma nacionalidade e de não ser privada arbitrariamente de sua nacionalidade, nem do direito de modificar, se assim desejar.⁷

A proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos perpetrou-se na aspiração humanitária em concretizar de forma ético-jurídica os ideais de igualdade, justiça e dignidade de todas as pessoas. Dessa forma, reconhece-se como válido, tanto no plano global como no plano nacional, nas Constituições e legislações nos Estados, seu teor como os estandartes mínimos aplicáveis ao direito e à política, com caráter universal e incondicionado (CAMARENA, 2014, p. 46). "Tratava-se de claras indicações de um novo *ethos*, da fixação de parâmetros de conduta em torno de valores básicos universais, a ser observados e seguidos por todos os Estados e povos, tendo presente a nova dimensão de Direitos Humanos, a permear todas as áreas da atividade humana." (TRINDADE, 2002, p. 640).

• **Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados** (1951):⁸ conhecida como Convenção de Genebra, estabelece direitos aos refugiados quanto às obrigações gerais com

⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 13. 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 14. 1. Todo o homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. 2. Este direito não pode ser invocado em casos de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

⁷ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 15. 1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

⁸ Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950.

o país em que se encontra,⁹ à não discriminação quanto à raça, à religião ou ao país de origem,¹⁰ à liberdade de praticar sua religião e no mesmo sentido de instruir os seus filhos,¹¹ inclusive direitos de ordem processual, como o direito de ser tratado no mesmo patamar que um nacional e de obter assistência judiciária gratuita,¹² entre outros.

• **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966):**¹³ em atendimento aos princípios aclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade intrínseca a todos os membros da família humana, e dos seus direitos iguais e inalienáveis e em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promove a proteção dos direitos civis e políticos, assim como de seus direitos econômicos, sociais e culturais, em concordância com o novo paradigma dos Direitos Humanos.

⁹ Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. Artigo 2º. Todo refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, os quais compreendem notadamente a obrigação de se conformar às leis e regulamentos, assim como às medidas tomadas para a manutenção da ordem pública.

¹⁰ Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. Artigo 3º. Não discriminação Os Estados Contratantes aplicarão as disposições desta Convenção aos refugiados sem discriminação quanto à raça, à religião ou ao país de origem.

¹¹ Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. Art. 4º. Religião Os Estados Contratantes proporcionarão aos refugiados em seu território um tratamento ao menos tão favorável quanto o que é proporcionado aos nacionais no que concerne à liberdade de praticar a sua religião e no que concerne à liberdade de instrução religiosa dos seus filhos.

¹² Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. Artigo 16. Direito de Propugnar em Juízo: 1. Qualquer refugiado terá, no território dos Estados Contratantes, livre e fácil acesso aos tribunais. 2. No Estado Contratante em que tem sua residência habitual, qualquer refugiado gozará do mesmo tratamento que um nacional, no que concerne ao acesso aos tribunais, inclusive a assistência judiciária e isenção de *cautiojudicatum solvi*. 3. Nos Estados Contratantes outros que não aquele em que tem sua residência habitual, e no que concerne às questões mencionadas no parágrafo 2, qualquer refugiado gozará do mesmo tratamento que um nacional do país no qual tem sua residência habitual.

¹³ Adotado pela Resolução 2. 200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 (PIOVESAN, 2016, p. 505).

Em destaque o artigo 12, que trata do direito de locomoção, de forma livre:¹⁴

1. A pessoa que está legalmente no território de um Estado terá o direito de circulação e de escolher onde pretende residir;

2. A pessoa terá o direito de ausentar-se de qualquer país até do seu próprio.

• **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966):**¹⁵ é reconhecido o direito ao trabalho a “todas as pessoas”, condições justas de trabalho (artigos 6º e 7º), formação de sindicatos (artigo 8º), a segurança social (artigo 9º), a educação (artigo 13), entre outros.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, todos os Estados-membros, nos respectivos artigos 2º, comprometem-se a que os direitos neles enunciados “sejam exercidos sem discriminação alguma.”

• **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969):**¹⁶ conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, menciona que “os direitos essenciais da pessoa humana não derivam do fato de ser

¹⁴ Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Artigo 12. 1. Toda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado terá o direito de nele livremente circular e escolher sua residência. 2. Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país. 3. os direitos supracitados não poderão em lei e no intuito de restrições, a menos que estejam previstas em lei e no intuito de proteger a segurança nacional e a ordem, a saúde ou a moral pública, bem como os direitos e liberdades das demais pessoas, e que sejam compatíveis com os outros direitos reconhecidos no presente Pacto. 4. Ninguém poderá ser privado arbitrariamente do direito de entrar em seu próprio país. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1966).

¹⁵ Adotado pela Resolução 2. 200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 (PIOVESAN, 2016, p. 505).

¹⁶ Adotada e aberta a assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 (PIOVESAN, 2016, p. 508).

ela nacional de determinado Estado, mas sim do fato de Ter como fundamento os atributos da pessoa humana." Esse motivo releva a proteção internacional, cuja natureza é convencional, coadjuvante ou complementar da oferecida pelos Estados. Especifica a questão da livre circulação e residência, disciplinando que toda pessoa que se encontre de forma regular em um país tem o direito de circular livremente, sair do país e só poderá ser expulsa por decisão legal, conforme se destaca no artigo 22.¹⁷

• **Convenção Internacional para Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias (1990):**¹⁸ aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1990, essa Convenção abre um novo capítulo na história das migrações internacionais, ao reconhecer e proteger a dignidade das pessoas, independentemente de estar em situação regular ou não, de sua nacionalidade, sexo, cor,

¹⁷ Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Art. 22. Direito de circulação e de residência. 1. Toda pessoa que se encontre legalmente no território de um Estado tem o direito de nele livremente circular e de nele residir, em conformidade com as disposições legais. 2. Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país. 3. O exercício dos direitos supracitados não pode ser restringido, senão em virtude de lei, na medida indispensável, em uma sociedade democrática, para prevenir infrações penais ou para proteger a segurança nacional, a segurança ou a ordem públicas, a moral ou a saúde públicas, ou os direitos e liberdades das demais pessoas. 4. O exercício dos direitos reconhecidos no inciso 1 pode também ser restringido pela lei, em zonas determinadas, por motivo de interesse público. 5. Ninguém pode ser expulso do território do Estado do qual for nacional e nem ser privado do direito de nele entrar. 6. O estrangeiro que se encontre legalmente no território de um Estado-parte na presente Convenção só poderá dele ser expulso em decorrência de decisão adotada em conformidade com a lei. 7. Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos, de acordo com a legislação de cada Estado e com as Convenções internacionais. 8. Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação em virtude de sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas. 9. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1969).

¹⁸ Adotada pela Resolução n. 45/158 da Assembleia Geral da ONU, de 18 de dezembro de 1990, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias entrou em vigor em 01 de julho de 2003.

etnia ou condição econômica, buscando a humanização das relações internacionais.

O sustentáculo desse instrumento consiste em considerar o trabalhador migrante como sujeito de direitos, pessoa digna perante a ordem internacional. Destacam-se:

1. A Convenção apresenta uma definição internacional de trabalhador migrante no art. 2º, considerando-o este “a pessoa que vai exercer, exerce ou exerceu uma atividade remunerada num Estado de que não é nacional.”¹⁹

2. Conceitua trabalhadores migrantes fronteiriços, sazonais, marítimos, itinerantes, vinculados a um projeto empresarial, ou independentes, no artigo 2º, item 2. Reconhece a igualdade entre mulheres e homens como trabalhadores. Concebe os migrantes como seres sociais, ou seja, eles possuem mais direitos do que os que lhe correspondem como sujeitos econômicos (trabalhadores).

3. Traz um amplo rol de direitos que são garantidos aos trabalhadores migrantes e seus familiares (estejam documentados ou não, em situação regular ou não): sair e regressar ao próprio país; direito à vida; à dignidade humana; à liberdade; não submissão a torturas ou penas cruéis; não submissão à escravidão ou a trabalhos forçados; liberdade de pensamento, consciência e religião; respeito à vida privada; segurança pessoal e proteção do Estado; direito à tratamento humano; igualdade com os nacionais diante de Tribunais e Cortes de Justiça; não ser encarcerado pelo simples fato de não cumprir obrigação contratual; vedação à expulsão coletiva; igualdade aos nacionais no que tange à remuneração; acesso à educação; direito inalienável de viver em família; entre outros.

¹⁹ Convenção Internacional para Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares. Artigo 2º Para efeitos da presente Convenção: 1. A expressão “trabalhador migrante” designa a pessoa que vai exercer, exerce ou exerceu uma actividade remunerada num Estado de que não é nacional (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1930).

4. Institui igualmente aos trabalhadores migrantes obrigações perante o país que o acolheu, como cumprir as leis e regulamentos e respeitar a identidade cultural.

O grande avanço da Convenção consiste na manifestação dos valores éticos da cidadania universal, por reconhecer e afirmar que os migrantes, antes de serem deste ou daquele país, "são", por sua condição de pessoa, titulares e sujeitos de direitos, bem como do respeito à sua dignidade. Ressalta-se que o Brasil não ratificou essa Convenção.

• **Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**: determina quem é um refugiado e demarca os direitos fundamentais que os Estados precisam assegurar para eles. Acrescenta-se que a ordem jurídica internacional, compassiva à situação fática vivenciada pelas pessoas que buscam o refúgio, concedeu tratamento isonômico entre os refugiados e os estrangeiros.²⁰ Estabelece que os refugiados não devem ser expulsos ou devolvidos a situações em que sua vida e liberdade estejam em perigo.

Os instrumentos internacionais de Direitos Humanos existentes, no que se refere aos migrantes e refugiados, estabelece a liberdade de circulação, a qual apenas poderá ser restrita em vista do regular devido processo legal e do direito de asilo. Igualmente se observa a aplicação da ideia da universalidade dos Direitos Humanos, pautada pelo princípio da não discriminação. Desse modo, tantos aos nacionais quanto aos não nacionais (estrangeiros) devem ser garantidos os mesmos direitos. Alerta Trindade (2008, p. 91) que "Os seres humanos não se tornam desprovidos de seus direitos em razão de seu status migratório ou de qualquer outra circunstância."

O direito internacional sujeitou os Estados a reconhecerem o não nacional ou estrangeiro como pessoa – sujeito de direitos

²⁰ No artigo 7º, § 1 da Convenção de Genebra, consta: "ressalvadas as disposições mais favoráveis previstas por esta convenção, um Estado Contratante concederá aos refugiados o regime que concede aos estrangeiros em geral." (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951).

– , ainda que não haja a imposição, segundo os critérios legais, da equiparação entre o não nacional (estrangeiro) e o cidadão do país de acolhimento (nacionais), nem mesmo que estes permitam àquele sua entrada, estabilidade e residência (o que a lei reconhece de fato é o direito dos Estados de expulsarem ou extraditarem os migrantes) (NEVES, 2011, p. 34) em seu território.

Todas as pessoas na condição de migrantes e refugiadas encontram-se protegidas pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. Os Estados são compelidos, em face do princípio de não discriminação, a respeitar os Direitos Humanos, até mesmo daqueles que se encontram em situação irregular. Do mesmo modo, são responsabilizados por todas as pessoas que se localizam em seu território, sejam elas nacionais ou não,²¹ motivo pelo qual têm o dever de avaliar as condições de efetivação, prevenção e proteção dos direitos dos migrantes e refugiados, por meio de políticas públicas que garantam serviços públicos essenciais (à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, entre outros) e os direitos econômicos, sociais e culturais, bem como a atualização e adaptação do marco normativo migratório (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015). Para essa dimensão, importante ter presente que:

Os Direitos Humanos não são uma questão de escolha, mas uma obrigação legal decorrente de tratados internacionais, que obrigam todos os governos que lhes ratificaram. Os Direitos Humanos deveriam, portanto, ser uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação das políticas e programas migratórios. (GLOBAL MIGRATION GROUP, 2008, p. 99, tradução nossa).

²¹ Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos: "Artigo 2º. [...] 1. Os Estados Partes do presente pacto comprometem-se a respeitar e garantir a todos os indivíduos que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição."

Apesar da existência de todo um conjunto de declarações, pactos e convenções de proteção internacional e das Constituições dos Estados conterem princípios e regras destinados a este grupo de pessoas, as leis ainda privam os migrantes e refugiados, de modo incoerente, do exercício de seus direitos previstos por estes mesmos ordenamentos legais (VITALLE, 2006).

Os deslocamentos forçados constituem, na atualidade, uma tensão global que requer um esforço coletivo, em especial pela comunidade internacional, a fim de que coloque esta situação como prioritária em suas ações governamentais e produzam, em comum acordo, um percurso legal e seguro a ser seguido pelos Estados, com alicerce no direito internacional dos Direitos Humanos para tratar este grande desafio. Isto porque, a cada dia, um número sem precedentes de refugiados e migrantes cruzam fronteiras internacionais, fugindo de conflitos, de perseguições, da pobreza e de outras situações que põem em perigo a vida humana; em resposta à fome, à escassez de trabalho, por causa das mudanças demográficas; e em busca de melhores oportunidades e condições de sobrevivência (NACIONES UNIDAS, 2017).

Alarcón e Diniz (2008, p. 55) sustentam que:

[...] os Estados devem manter um controle migratório adequado, logicamente, sem o cerceamento desnecessário, não razoável, do direito de ir e vir. Mas, paralelamente, há que existir uma política de promoção social que permita a unidade na diversidade de homens e mulheres do nosso continente. Isso é possível com fundamento nos princípios da tolerância, da igualdade e da pluralidade, da unidade do gênero humano dentro da diversidade cultural, os quais possibilitam que seja extraída da migração toda a sua contribuição em benefício do progresso social.

Nas políticas governamentais e para a implementação das políticas públicas dos Estados, termos como “pluralismo”, “inclusão social”, “respeito pela diversidade”, “igualdade social”, “equilíbrio” e “horizontalidade” estão cada vez mais presentes, embora nunca tenham sido perdidos, pois, segundo Barreneche (2011, p. 6) esclarece,

desde as etapas mais remotas até os governos contemporâneos, o Estado mantém a função de atuar “[...] como ferramenta de transformação política, social, econômica e cultural.”

As misérias humanas provocadas pela fome, pela guerra, pelo abandono governamental, pelas catástrofes naturais, pelas violações dos Direitos Humanos de toda a ordem, pela marginalidade, entre outras situações adversas, obrigam as pessoas a deslocarem-se na tentativa de salvar a própria vida e/ou de seus entes queridos. Adverte Alarcón (2013, p. 105):

[...] a convicção sobre a proteção das pessoas parte de que todas são igualmente dignas e nessa ideia se encontra uma potencialidade jurídica de inusitada força, que implica a impossibilidade de redução de mínimas condições de vida do ser humano, que impeçam sua degradação à categoria de animal ou coisa.

A questão crucial diz respeito ao reconhecimento de que os migrantes e refugiados possuem o direito de usufruir dos Direitos Humanos, independentemente de sua posição jurídica, esteja ele regularizado ou não no país de destino. Em outras palavras, significa apresentar uma visão holística²² ou irrestrita de que todos os Direitos Humanos (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) são aplicáveis, de forma equitativa,²³ isso porque decorrem da condição de pessoa, em virtude da dignidade humana.

Refere Bicudo (2007, p. 77) em epígrafe apresentada por Milesi:

Os migrantes devem ser respeitados em virtude de sua dignidade enquanto pessoas, muito além do regime vigente ou do lugar onde residem. Seus direitos não derivam do fato de pertencerem a um Estado ou Nação, mas de sua condição de pessoa

²² Britto (2003, p. 207) traz uma compreensão que abarca o direito holístico: “É por aqui mesmo que se dá a penetração do holismo no Direito, entendido o holismo como decidida opção existencial pela integração ou abrangência gradativa de tudo. E tinha de ser pelas portas mais largas da Constituição.”

²³ Cf. Trindade (2008, p. 70).

cuja dignidade não pode sofrer variações ao mudar de um País para outro.

Os Direitos Humanos relacionam-se de forma direta com a concepção moderna de cidadania, a qual se toma como pressuposto dos direitos e liberdades políticas, sociais e econômicas, ditadas ou não pelas normas legais. É por meio do exercício de cidadania que se concebe validade às prerrogativas e assegura que os direitos sejam respeitados.

No âmbito nacional, já existem legislações que estabelecem direitos e deveres aos migrantes e refugiados. Contudo, como este estudo limita-se às pessoas provenientes do Haiti, inicialmente, faz-se uma abordagem geral e em seguida relacionam-se as legislações brasileiras em específico destinadas à essa população.

A Constituição Federal de 1988, de origem democrática, está norteada por princípios e valores fundamentados no respeito à dignidade humana (art. 1º, inc. III), à cidadania (art. 1º, inc. II) e à prevalência dos Direitos Humanos e concessão de asilo político nas relações internacionais (art. 4º inc. II e X). Além disso, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º) destaca-se: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

O caput do artigo 5º da Constituição Federal afirma, peremptoriamente, que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade." Esse dispositivo não deixa dúvidas de que os estrangeiros residentes no País estão em condição jurídica paritária aos brasileiros, no que concerne à aquisição e gozo dos direitos fundamentais.

A Constituição de 1988 inaugurou um novo quadro jurídico-político desses direitos, alargando o seu alcance de proteção aos estrangeiros (migrantes e refugiados). Assim, reclama também um *corpus iuris* nacional capaz de acompanhar esse quadro normativo-constitucional, dentro do qual o Estatuto do Estrangeiro (Lei n.

6.815/1980)²⁴ não encontra suportes. Por isso existia um conflito evidente entre a Carta Maior e a lei até então disciplinadora da situação do estrangeiro no Brasil.

Além disso, as disposições do Estatuto eram incompatíveis com os instrumentos jurídicos internacionais de proteção aos Direitos Humanos. Isso porque, ao não conferir igualdade jurídica material entre estrangeiros residentes no país e os nacionais em situações que não se justifica a distinção, o Estatuto adotava disposições que violavam tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 1966 e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José) de 1969. Apenas a título exemplificativo, o Estatuto não adotava qualquer disposição direcionada à proteção dos Direitos Humanos ou prestação de ajuda humanitária; não estabelecia princípios como a universalidade, indivisibilidade e a interdependência dos Direitos Humanos, e não conferia aos migrantes as garantias de ampla defesa e devido processo legal. Todas essas previsões eram contrárias, nos termos da Declaração Universal, ao "reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana" e aos princípios da universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos.

Com efeito, fez-se necessária uma nova lei que considerasse a migração como um fato social, orientado sob a ótica dos Direitos Humanos, com um novo conceito de migrante, em que o ser humano não seja simplesmente tratado como "estrangeiro", mas um cidadão, detentor de direitos e deveres.

²⁴ O Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980) foi discutido e aprovado durante um período marcado por sérias limitações na ordem democrática (período denominado de Regime Militar). Lastreado na Constituição de 1967 (uma constituição outorgada), o Estatuto não enxergava a figura do migrante sob a ótica dos direitos humanos fundamentais, antes considerava o estrangeiro pura e simplesmente como um tema de polícia e segurança nacional, ao contrário do que preconizam as modernas legislações no direito comparado.

Dessa feita, em 24 de maio de 2017, foi sancionada a n. Lei 13.445,²⁵ com vetos,²⁶ que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas. A lei de migração apresenta como reflexos uma mudança de paradigma na política migratória em comparação com o Estatuto do Estrangeiro:

Quadro 1 – Estatuto do Estrangeiro versus Lei da Migração

Estatuto do Estrangeiro	Lei de Migração
– Paradigma da segurança nacional.	– Paradigma dos Direitos Humanos.
– Trata de estrangeiros.	– Trata de migrantes: imigrantes, emigrantes, residentes fronteiriços e apátridas.
– Dificulta desnecessariamente a regularização migratória.	– Encoraja, simplifica e racionaliza os processos documentais.
– Sem previsão de vistos humanitários.	– Institucionalização da política de vistos humanitários.
– Nenhuma menção à discriminação.	– Princípio da não discriminação pelos critérios pelos quais a pessoa foi admitida no Brasil.
– Sem previsão de políticas públicas destinadas à regularização migratória.	– Previsão de um Plano de Regularização Migratória.

Fonte: Santana et al. (2017).

Outra lei brasileira de suma importância que dispõe sobre os solicitantes de refúgio é a Lei n. 9.474/1997, a qual define mecanismos para a implementação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e trata sobre os procedimentos necessários para se obter refúgio no Brasil; essa responsabilidade recai ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), a análise dos pedidos de refúgio e a declaração do reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado: “o

²⁵ A Lei de Migração foi proposta por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS 288/2013), do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), para substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980) adotado durante o regime militar. O texto já havia sido aprovado em 2015 no Senado e remetido à Câmara dos Deputados. Em dezembro de 2016, retornou para a análise do Senado, o qual foi aprovado nessa Casa Legislativa em 18 de abril de 2017. O texto é decorrente de substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados ao projeto original do Senado (SCD 7/2016 ao PLS 288/2013).

²⁶ O presidente Michel Temer vetou 18 trechos do texto.

estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível." (art. 7º).²⁷

Esclarece-se que o Comitê Nacional para Refugiados foi criado por meio da Lei n. 9.474/97, sendo o órgão responsável por avaliar as solicitações de refúgio no Brasil, contando com seis membros do governo, um da sociedade civil e um da comunidade internacional. O comitê é composto por representantes do Ministério da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Desporto, além do Departamento da Polícia Federal (DPF), de uma organização não governamental comprometida com a causa dos refugiados e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

A partir da Lei de Refúgio (Lei n. 9.474/97), refugiados conquistaram o acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e liberdade para transitar pelo País. O Acordo de Residência para Nacionais do Mercosul, Bolívia e Chile – Decreto n. 6.975, de 07 de outubro de 2009 –,²⁸ entrou em vigor no mesmo ano, e permite o livre trânsito e direitos básicos para os cidadãos dos países signatários. Em 2015, o Brasil também se tornou signatário dos Estatuto dos Apátridas, de 1954,²⁹ e da Redução dos casos de Apatridia, de 1961.³⁰

Importante trazer presente as condições de proximidade entre os países do Brasil e do Haiti. A Missão das Nações Unidas para a

²⁷ Vale ressaltar que essa disposição não significa um risco à segurança nacional, já que o próprio § 2º do art. 7º da Lei n. 9.474/97 esclarece que "O benefício previsto neste artigo não poderá ser invocado por refugiado considerado perigoso para a segurança do Brasil." (BRASIL, 1997).

²⁸ Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – (Mercosul), Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 05 e 06 de dezembro de 2002.

²⁹ Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, que promulga a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas.

³⁰ Decreto n. 8.501, de 18 de agosto de 2015, que promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, firmada em Nova Iorque, em 30 de agosto de 1961.

Estabilização no Haiti (Minustah)³¹ foi uma missão de paz designada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) em 30 de abril de 2004, por meio da Resolução n. 1.542, para restaurar a ordem no Haiti, após um período de insurgência e a deposição do então presidente Jean-Bertrand Aristide. Contudo, passados 13 anos da missão, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu pela sua extinção, em 13 de abril de 2017, em um processo gradativo de remoção de pessoal, inclusive com o esvaziamento do contingente militar com previsão até 15 de outubro de 2017.

Devido ao terremoto que assolou o Haiti, em janeiro de 2010, se iniciou uma diáspora haitiana pelo mundo, e o Brasil concretizou-se como um dos destinos dos haitianos. Dessa forma, em um gesto de demonstração de boa-vontade das tropas brasileiras com o povo haitiano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou a Seleção Brasileira de Futebol a participar de uma partida com a seleção haitiana de futebol. Com o apoio da FIFA, o chamado Jogo da Paz foi realizado em 19 de agosto de 2004 na capital haitiana, Port-au-Prince. Esse acontecimento, aumentou as determinações do povo haitiano em deslocar-se em busca de melhores condições de sobrevivência no Brasil.

Com a vinda maciça de haitianos ao Brasil, percebe-se que a situação não se encaixava em imigração, nem em refúgio, então, em 2012, o governo criou a Resolução Normativa n. 97, que concedeu aos haitianos o visto humanitário, que é uma junção das categorias existentes (imigração e refúgio).

Para melhor entendimento, listam-se as categorias da imigração, com destaque para a categoria de imigrantes humanitários, o que caracteriza a imigração, haitiana:

³¹ Minustah é uma sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*.

Quadro 2 – Categorias da imigração

Imigrantes econômicos	São a mão de obra de países pobres, em desenvolvimento que imigram para centros consolidados ou em desenvolvimento. Muitas vezes esses imigrantes estão em situação ilegal e correm o risco de serem deportados.
Imigrantes humanitários	São pessoas que não se enquadram na categoria de refúgio ou imigrantes econômicos, são vítimas de violações dos direitos humanos, como tráfico de pessoas. Também se enquadram nessa condição pessoas que estão doentes e não podem se deslocar, bem pessoas cuja toda a família está outro país.
Refugiados do clima	São populações que sofrem efeitos das mudanças climáticas e por isso são forçadas a se deslocar tanto dentro do próprio país quanto fora. Esse grupo pode ser vítima de terremotos, furacões, desertificação ou subida gradual do nível do mar.
Imigrantes de fluxos mistos	São pessoa que se enquadram em mais de uma categoria de imigração, como busca por refúgio, imigrante por questões econômicas ou ambientais.
Imigrantes indocumentados	São aqueles que estão em situação de documentação irregular.
Refugiados	Guerras civis, perseguições políticas ou catástrofes ambientais são alguns fatos responsáveis pela imigração forçada. Quando pessoas pertencentes a esse grupo chegam a outro país, elas são qualificadas como refugiadas. Um exemplo é a população síria, que está abandonando o país devido à guerra civil.
Solicitantes de refúgio	São pessoas que foram forçadas a fugir de seu país, mas que ainda aguardam confirmação do status de refugiado.
Apátridas	Pessoas que não possuem nacionalidade.

Fonte: Revista Forum (2017).

A Resolução Normativa n. 97 do Conselho Nacional de Imigração (Cnig) concede vistos aos nacionais do Haiti, para que façam um caminho seguro até o Brasil. O visto humanitário tem validade de cinco anos, podendo ser estendido por mais cinco, e sua concessão é competência do Ministério das Relações Exteriores.

Outro ordenamento consiste na Resolução Normativa n. 108/2014 do CNIG, que dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar, beneficiando todas as pessoas que se encontram na condição de migrantes ou refugiadas. Essa normativa possibilita e viabiliza o

reagrupamento de famílias e ou parentes dos haitianos já residentes em território brasileiro.

A Constituição estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Assim, brasileiros e estrangeiros residentes no País têm assegurada a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, bem como direitos relativos a saúde, educação, trabalho, previdência social, entre outros. Nesse sentido, o migrante e o refugiado que possuem um visto de permanência no Brasil gozam dos mesmos direitos garantidos aos brasileiros, ressalvados os direitos políticos, pois estes, de acordo com a Constituição Federal de 1988, são direito somente aos brasileiros natos, naturalizados, e aos portugueses, sob o amparo do Estatuto da Igualdade.³²

A Carta Maior também enumera algumas restrições aos estrangeiros, como, por exemplo, a proibição de alistamento militar e o direito ao voto (art. 14),³³ a acessibilidade restrita (mas não vedada) a cargos públicos (art. 37)³⁴ e a vedação do acesso a alguns cargos públicos ligados à representação e à segurança do País (art. 12). Além disso, a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos (art. 222). Ressalvadas essas previsões constitucionais, a distinção entre brasileiros natos e naturalizados é proibida pelo artigo 12 da Constituição Federal.

³² Estatuto da Igualdade é um acordo assinado entre Brasil e Portugal na Cidade de Porto Seguro, Bahia, em 21 de abril de 2000. O Estatuto garante que entre os dois países as duas nacionalidades possuem equivalência de direitos.

³³ Foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição n. 25/2012 (PEC) que garante a estrangeiros residentes no Brasil o direito de votar e ser votado nas eleições municipais, além disso ela modifica o art. 12 da CF/88 para estender aos estrangeiros com residência permanente no país direitos já garantidos aos cidadãos brasileiros. Contudo, a concessão desse benefício a estrangeiros depende de haver reciprocidade em favor de brasileiros nos respectivos países. A PEC segue em tramitação na Câmara Legislativa Federal.

³⁴ Um dos vetos à nova Lei de Migração consiste no dispositivo que permitiria ao imigrante o direito de exercer cargo, emprego ou função pública. Contudo, o art. 207, § 1º, diz que é facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com a legislação vigente.

Apenas os estrangeiros que se tornam brasileiros por meio do processo de naturalização podem participar das eleições como eleitores e como candidatos. Os cargos públicos e a propriedade de empresas de jornalismo, rádio e imagens também só podem ser exercidos por brasileiros natos ou naturalizados.

Anota-se que políticas públicas para migração tomaram a agenda pública governamental, a partir da chegada em massa de haitianos. O governo brasileiro viu-se obrigado a improvisar abrigos para receber os imigrantes que chegavam por terra às cidades de Brasília, AC, e São Paulo, SP.

Em São Paulo, foi criado o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) e após foi aprovada a Lei de Políticas Públicas para Imigrantes. Essas ações fazem de São Paulo um modelo em acolhimento para outras cidades e estados brasileiros.

O CRAI de São Paulo, inaugurado em novembro de 2014, é gerido pelo Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) com o subsídio do Município. O centro oferece acolhida, atendimento em diversas línguas, apoio jurídico, além do encaminhamento para o mercado de trabalho de forma legal, atendimento psicológico, aulas de português e cursos para qualificação profissional.

Com a participação da sociedade, a Lei Municipal n. 15.764, referente a políticas públicas para imigrantes, foi sancionada pelo Prefeito Municipal de São Paulo no dia 07 de julho de 2016, e tornou-se referência nacional. Agora os migrantes têm um conselho próprio, que participa do debate público. Explica Luciana Elena Vasquez, Coordenadora de Políticas Públicas para Migrantes, que: "Esta lei prima pelo respeito aos direitos humanos das pessoas migrantes residentes na cidade, coloca diretrizes para atuação das secretarias municipais e cria o Conselho Municipal de Imigrantes, entre outras disposições." (LUCIO, 2017).

Em qualquer município brasileiro, o caminho para implantar políticas públicas para migrantes internacionais deve ser o debate com a sociedade civil. A xenofobia é um dos principais entraves à

discussão e à implantação de políticas. Os municípios brasileiros devem se conscientizar de que, onde circula o capital internacional circulará também a mão de obra internacional. (LUCIO, 2017).

No Estado de Santa Catarina, o CRAI foi implantado na Cidade de Florianópolis, *depois de intenso impasse no Poder Público e enorme influência da sociedade civil*; seu funcionamento começou em 05 de fevereiro de 2018. A entrega do lugar acontece dois anos após a assinatura de convênio entre o Estado de Santa Catarina e o Ministério da Justiça. Os serviços de atendimento do CRAI-SC serão executados pela Ação Social Arquidiocesana (ASA), e imigrantes e refugiados terão ao seu dispor assistência jurídica, orientação para regularizar documentos, encaminhamento para o mercado de trabalho e atendimento psicológico.

Em Chapecó, SC, a exemplo da maioria dos municípios de Santa Catarina, os serviços oferecidos à população haitiana residente são apenas os direitos constitucionalmente garantidos, no que concerne à saúde e à educação e os oferecidos pelos programas socioassistenciais. A Mitra Diocesana de Chapecó mantém a Pastoral do Migrante, que em parceria com outras instituições, a exemplo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), está oferecendo, de forma gratuita, o curso de português para estrangeiros em vários espaços da Cidade, e atualmente conta com a participação de pelo menos 200 imigrantes e refugiados; promove em parceria com o Grupo de Estudos em Imigrações da Região Oeste de SC (GEIROSC) outras ações como campanhas para arrecadação de roupas e cestas básicas, palestras nas unidades escolares sobre a imigração com a presença haitianos para uma maior aproximação com a comunidade, além da capacitação dos agentes e a participação em eventos locais, regionais e nacionais

Políticas governamentais como a criação da Lei de Políticas Públicas para Migrantes, a exemplo da Cidade de São Paulo, a abertura para a participação de imigrantes em Conselhos Municipais, a implantação de espaços de acolhimento e auxílios

em demandas básicas (como os CRAI de SP e SC) são modelos a serem copiados e implementados enquanto políticas públicas nos demais estados e municípios brasileiros. Com esse tipo de apoio político-governamental, o combate ao racismo, à discriminação e à xenofobia, seja nos espaços públicos seja nos privados, estão entre as atuações necessárias para o enfrentamento dessas problemáticas tão evidentes nos dias de hoje.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da imigração é tema emergente e faz parte do quadro político de todas as instâncias governamentais. Apesar dos exemplos apresentados, são poucas as iniciativas governamentais ou os aportes de recursos financeiros destinados às demandas migratórias.

Tem-se evidenciado certa morosidade e resistência do Estado Brasileiro no trato das questões que envolvem o fluxo das imigrações, o que confirma uma posição de descomprometimento com a acolhida e a integração do imigrante em terras brasileiras, agravada por posturas e discursos discriminatórios, preconceituosos e xenofóbicos contra esse segmento de pessoas no território brasileiro, em contradição ao popular slogan que versa que “o Brasil é um país hospitaleiro”.

Por outro lado, em face do pouco caso governamental à situação migratória, o maior amparo a imigrantes fica por conta da sociedade civil, seja por meio de empresas (pela necessidade da mão de obra), de Igrejas, de Organizações Não Governamentais, de Sindicatos e de grupos de voluntários. A academia vem se aproximando do tema da migração por meio de pesquisas, grupos de estudos e pela implantação de políticas e programas específicos para que os haitianos possam acessar o ensino superior. Esta pesquisa se insere nesse âmbito, em que um grupo de docentes, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e distintas instituições públicas

e privadas se uniram para promover o diálogo e a interlocução com trocas de saberes sobre o tema imigração haitiana.

O maior incremento desta investigação, sem sombras de dúvidas, foi a reafirmação do compromisso dos membros do grupo (todos filhos, netos ou bisnetos de imigrantes) na participação do processo de construção de uma sociedade justa, ética, igualitária, solidária e acolhedora em relação aos imigrantes, quer pelas condições de vulnerabilidade social, quer pela luta em prol da garantia de seus direitos nos termos da Constituição Federal de 1988.

Ademais, o contato com outras culturas e etnias instiga e amplia o senso humanitário, pois obriga a olhar o outro, nesse caso "o estrangeiro", aquele que, de forma voluntária ou forçada, abandonou suas raízes para "sobre-viver" em território brasileiro, com o desejo de que se reconheça nele. Dessa identificação, produz o ganho maior que consiste na riqueza das trocas de experiências, na complexidade e nos desafios de viver em uma comunidade multiétnica com respeito, amor e partilha, condições essenciais para a vida comunitária.

REFERÊNCIAS

ALARCÓN, P. de J. L.; DINIZ, C. A. Estrangeiros e inclusão social: uma análise com fundamento na universalidade dos Direitos Humanos e as intenções constitucionais. **Novos estudos jurídicos**, v. 12, n. 1, p. 43-62, out. 2008. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/452>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

ALARCÓN, P. de J. L. Direitos Humanos e direitos dos refugiados: a dignidade humana e a universalidade dos Direitos Humanos como fundamentos para superar a discricionariedade estatal na concessão do refúgio. **Refúgio, migrações e cidadania**, v. 8, n. 8, 2013.

BARRENECHE, O. Fraternidade e populismo na história da América Latina. Ideias, debates, perspectivas. **Revista da faculdade de direito de Caruaru/ASCES**, n. 43, v. 1, p. 1-11, 2011. Disponível em: <<http://www.asc.es.edu.br/publicacoes/revistadireito/edicoes/2011-1/Barreneche-Final-PORTUGUES.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BICUDO, H. Epígrafe. In: MILESI, R. Por uma nova lei de migração: a perspectiva dos Direitos Humanos. In: GREGORI, J. et al. **Refúgio, migrações e cidadania**. Caderno de debates, Brasília: UNHCR-ACNUR: IMDH, n. 2, p. 77-96, ago. 2007.

BRASIL. Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002. Promulga a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 maio 2002.

BRASIL. Decreto n. 8.501, de 18 de agosto de 2015. Promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, firmada em Nova Iorque, em 30 de agosto de 1961. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 ago. 2015.

BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 julho 1997.

BRITTO, C. A. **Teoria da constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CAMARENA, J. P. **De los derechos del hombre a los derechos humanos**. México: Flores, 2014.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías**. La ley del más débil. 4. ed. Madrid: Trotta, 2004.

GLOBAL MIGRATION GROUP. **International migration and human rights**: challenges and opportunities on the threshold of the 60th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **MIGRANTES, APÁTRIDAS E REFUGIADOS**: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos, 2015. (Série pensando o direito; 57).

LUCIO, V. Brasil concentra esforços para melhorar a situação dos imigrantes e refugiados no país. Rede Fórum, 01 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2017/03/01/brasil-concentra-esforços-para-melhorar-a-situacao-dos-imigrantes-e-refugiados-no-pais/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

NACIONES UNIDAS. **Respuesta a los grandes desplazamientos de refugiados y migrantes.** 2017.

NEVES, A. C. **Os direitos do estrangeiro:** respeitar os direitos do homem. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos** (Pacto de São José da Costa Rica). São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados.** Genebra: Assembleia Geral das Nações Unidas, 28 jul. 1951.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 dez. 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Internacional Para Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares.** Adotada pela Resolução 45/158, de 18 de dezembro de 1990, da Assembleia-Geral (entrada em vigor a 1 de Julho de 2003).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.** Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

PROTOCOLO ESPECIAL RELATIVO À APÁTRIDA (1930). Assinados em Haia em 12 de abril de 1930. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/protocolo-especial-relativo-a-apatrida-1930.html>>. Acesso em: 12 maio 2017.

REVISTA FÓRUM. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2017/03/tabel1.png>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SANTANA, U. et al. Nota Técnico-Jurídica sobre o Novo Projeto de Lei de Migração – PL SDC 7/2016. **ANAJURE**, 26 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.anajure.org.br/nota-tecnico-juridica-sobre-o-novo-projeto-de-lei-de-migracao-pl-sdc-72016/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

TRINDADE, A. A. C. Deslocados e a proteção dos migrantes na legislação internacional dos Direitos Humanos. **Caderno de debates refúgio, migrações e cidadania**, Brasília, DF: UNHCR-ACNUR: IMDH, n. 3, nov, 2008, p. 53-93, 2008.

TRINDADE, A. A. C. **O direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

VITALLE, E. *Iusmigrandi*. Espanha: Melusina, 2006.



Capítulo II

ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL E O OESTE DE SANTA CATARINA: AUTOPERCEPÇÃO ACERCA DA SUA INSERÇÃO E DO ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA COMUNIDADE BRASILEIRA

Izabella Barison Matos¹

1 DOS OBJETIVOS E DA TÉCNICA DA NARRATIVA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS AO OBJETO DA PESQUISA

Nesta pesquisa tem-se como objetivo geral analisar as diferentes formas de acolhimento, ambientação e socialização dos imigrantes haitianos no contexto social e organizacional do Oeste de Santa Catarina, cujos dois objetivos específicos, desenvolvidos nos próximos parágrafos, são: elaborar narrativa histórica da trajetória da imigração do Haiti para o Brasil, especificamente o Oeste de Santa Catarina; e identificar a autopercepção dos imigrantes haitianos acerca da sua inserção e acesso aos direitos fundamentais na comunidade brasileira. Ambos serão complementados pelas análises dos demais pesquisadores que trabalharão outros objetivos específicos, uma vez que não se trata de esgotar nos próximos parágrafos a questão em pauta.

Importante destacar que o tema surgiu do interesse de pesquisadores – da Universidade do Oeste Catarinense (Unoesc) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) de Chapecó (SC) – motivados pela temática que contempla reflexos sociais, econômicos e culturais. A imigração haitiana no Oeste tem sido objeto de atenção

¹ Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz; Mestre em Sociologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora – Adjunto IV – no curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul; Professora do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; izabmatos@gmail.com

de outros pesquisadores de diversas áreas e diferentes universidades (Universidade do Oeste de Santa Catarina/Unoesc, Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS e Universidade Comunitária da Região de Chapecó/Unochapecó), que se caracterizam como estudos interdisciplinares. No entanto, embora existam poucos estudos concluídos, que serão referenciados nos próximos parágrafos, alguns ainda não estão disponíveis, pois se encontram em coleta de dados ou em fase de análise.

Entendemos que os impactos dos processos de imigração e de migração nos municípios brasileiros, de médio e pequeno porte, ainda são pouco estudados, fazendo-se “[...] necessário compreender o fenômeno da imigração dentro das especificidades dos territórios nos quais ele ocorre.” (GRANADA et al., 2017, p. 288). Assim, as reflexões nesse texto foram realizadas a partir de narrativas de 31 haitianos,² colhidas em diferentes momentos com haitianos universitários trabalhadores (entrevistas individuais) e haitianos somente trabalhadores ou desempregados (grupo focal), majoritariamente vindos com vistos de permanência de caráter humanitário, com idades entre 18 e 30 anos e com três a quatro anos de chegada no Brasil.

Optamos pela narrativa, pois se trata de um discurso que caracteriza certa temporalidade (passado) com o olhar do presente; assim, contempla o quê e o como, a saber: tanto a história (o quê), com ações concretas e acontecimentos nos quais quem narra destaca lugares e pessoas, quanto o discurso (como), que é a forma como o conteúdo é transmitido (GODO; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2010) e é outro aspecto característico da narrativa que empreende a recuperação da história, da experiência vivida, dando sentido e ressignificando a experiência. Importante salientar que apresenta forte conteúdo simbólico em que o passado, o presente e o futuro se articulam, e ao lembrarem de fatos e situações vivenciadas, os

² Serão identificados por uma letra apenas, seguido de H (haitianos).

haitianos podem encontrar possíveis explicações, reorganizando os acontecimentos da sua vida e projetar o futuro e suas possibilidades.

Também foram realizadas duas entrevistas³ com representantes de entidades que oferecem serviços e assistência aos imigrantes, as quais se configuram como Redes de Acolhimento: a Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó (PMDC) e o Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello (CRDH), ligado à UFFS, ambos em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, Município com cerca de 190 mil habitantes (IBGE, 2010). Reuniões com parte da comunidade haitiana de Chapecó, realizadas com o objetivo de criar a Associação de Haitianos em Chapecó, e com grupos de universitários haitianos, em diferentes momentos desde o segundo semestre de 2014, também subsidiaram algumas análises.

1.1 DA DECISÃO DE IR EMBORA DO HAITI: POR QUE O BRASIL E O OESTE CATARINENSE?

Antes de iniciar, um pouco do contexto recente do Haiti: possui 10.255,644 habitantes, dos quais cerca de 40% estão em estado de subnutrição, 34% são analfabetos, somente 17% têm acesso à rede sanitária, e 61% vivem com menos de um dólar por dia (MAGALHÃES, 2017). Não nos deteremos à conjuntura social, econômica e política do Haiti; no entanto, em alguns momentos traremos alguns dados ilustrativos a fim de oportunizar maior compreensão acerca da diáspora histórica dos haitianos. Esta é citada como “migração da dependência” (MAGALHÃES, 2017, p. 21), uma vez que implica processos históricos de abandono do País – para diferentes destinos, nas últimas cinco décadas – que apontam para uma “tradição migrante”. Esta pode explicar o fluxo migratório Haiti-Brasil para além dos desdobramentos do terremoto de 2010, se considerarmos, também, a crise econômica

³ Serão identificados por uma letra apenas, seguida da sigla da instituição (CRDH ou PMDC).

persistente, os sucessivos governos corruptos, adicionando-se a degradação ambiental desde a colonização.

As falas revelam que os haitianos são um povo migrante, que tem o desejo de sair do País, e não é de agora. Essa declaração foi ouvida várias vezes nas narrativas, e a justificativa é que faltam oportunidades no seu País e são apontados como motivações concretas: o fato de o Haiti ser governado há décadas por políticos corruptos; a ausência de infraestrutura e de políticas públicas; a pobreza; as tragédias naturais; e a prática cotidiana do patrimonialismo, com o favorecimento da elite socioeconômica, em detrimento da maioria da população. Mas há outro dado importante: motivações subjetivas são apontadas: o imaginário confere aos Estados Unidos da América (EUA) a ideia de que para um haitiano “Não há melhor lugar do que morar nos Estados Unidos da América (EUA), um lugar especial e sempre foi o ‘Eldorado’ para os haitianos.” (P-H, informação verbal).

Matéria veiculada pela mídia corrobora essa afirmação: “Falam que nosso país [Haiti] não tem nada, mas aqui [Brasil] também não tem tanto assim. Nós pensávamos que seria parecido com os Estados Unidos. Lá é muito melhor.” (MARTINS, 2015, p. 40). Assim, entende-se que, se falar francês era até pouco tempo sinal de distinção entre haitianos – uma vez que a França era um destino muito buscado em décadas anteriores e pelo fato de o Haiti ter o francês como segunda língua –, na contemporaneidade, no Haiti, o domínio da língua inglesa confere posição de maior prestígio social. Importante lembrar que crioulo é a língua mais falada, pois as classes populares não têm domínio da francesa, que é para os mais escolarizados (Y-H, informação verbal). Ultimamente, o Canadá tem se apresentado também como destino.

A República Dominicana é apontada como local onde há muitos haitianos que vão estudar, mais pela proximidade, uma vez que faz fronteira seca com o Haiti. Então, como o Brasil surge como destino? As justificativas são diversas: muitos vieram para trabalhar, pois não há empregos lá, outros com o intuito de estudar ou fazer os dois: estudar e trabalhar; uma vez que as poucas possibilidades de ensino

superior no Haiti são caras. Uma alternativa citada é a de se graduar na República Dominicana, mas também, como não conseguem pagar os estudos, acabam desistindo. No entanto, é inegável que a instalação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah)⁴ deu visibilidade ao Brasil como possível destino. O objetivo da Minustah era a promoção da paz e restauração da ordem, em abril de 2004, tendo o Exército Brasileiro como líder dessa missão.

Nesse período houve a intensificação das relações entre integrantes do exército brasileiro e haitianos, sendo que alguns deles aprenderam a língua portuguesa; assim, além de um país que estava ajudando o Haiti, o Brasil também se revelou um país de oportunidades (ALESSI, 2013). Em 2014, o Brasil vivia situação de pleno emprego e, internacionalmente, gozava de uma visão otimista com a economia, dando sinais alvissareiros e a moeda brasileira valorizada perante o dólar. Além disso, segundo um dos participantes desta pesquisa, o Brasil exerceu atração, pois os haitianos são “apaixonados pelo futebol e perceberam que havia muitos negros em campo [nos times].” (P-H, informação verbal). Os preparativos para a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), que se realizariam no Brasil, despertaram interesse pela necessidade de mão de obra para a construção civil. Esse aspecto, citado por um haitiano imigrante, é corroborado por Alessi (2013), que assinala o fato de o Brasil ter se tornado atraente aos olhos dos haitianos pelos motivos citados. Outros dados são relevantes para entender o motivo de o Brasil ter sido destino:

[...] fechamento de fronteiras de outras regiões [...], principalmente dos tradicionais países de imigração, como EUA e nações da União Europeia. A relativa estabilidade econômica do Brasil, que ficou famosa no mundo diante da crise econômica de 2008, também faz parte deste retrato imaginário, que envolve ainda a ideia de que nosso país é acolhedor, não tem guerras [...]

⁴ Em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Minustah por meio da Resolução n. 1.542. Ocorreu após a crise política com a deposição do presidente do País, Jean-Bertrand Aristide (ALESSI, 2013).

além do baixo índice de desemprego nos últimos anos. (SALLES, 2015, p. 28).

No entanto, as falas revelaram que os destinos finais no Brasil decorriam de fatores não planejados previamente, ou seja, bastava algum parente ou conhecido sinalizar que havia oportunidade de trabalho para que os conterrâneos se mobilizassem para ir “em busca de uma vida melhor” ou alegar “problemas de segurança” no Haiti ou a ausência de assistência pública à saúde, “buscando país que desse atendimento em saúde”, como motivações para irem embora; segundo participantes desta pesquisa, durante o grupo focal. Embora verídica, a história de empresários, entre eles catarinenses que foram ao Acre, em 2011, buscar os primeiros imigrantes, não precisou mais ser repetida, pois o “boca a boca” trouxe mais haitianos, que passaram majoritariamente a trabalhar em agroindústrias. Esse fato é relatado pelo entrevistado, representante da Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó, da seguinte forma:

Quando os primeiros imigrantes vieram para o Brasil, foram trazidos pela BRF, e a empresa cuidou de alugar casas e, depois, foi distribuindo os imigrantes conforme disponibilidade das moradias, ponto que facilitou para todos. Como os imigrantes [...] acabaram trazendo colegas, parentes [...] se acomodam oferecendo estadia e, com isso, rateando o valor gasto com aluguel. Eles têm o pensamento de como pode sobrar mais dinheiro, economizar mais. (E-PMDC, informação verbal).

Em 2014, dentre todos os estados, Santa Catarina detinha o maior número de migrantes haitianos no trabalho formal, com salários médios de R\$ 1.138,00 (MAGALHÃES, 2017). Mais recentemente, com a crise econômica brasileira, que teve início na metade de 2014, haitianos residentes no Oeste catarinense têm migrado para postos de trabalho em empresas da construção civil e madeireiras. Esse fenômeno não ocorre somente em Chapecó, pois foi apontado em estudo (GRANADA et al., 2017) que tais deslocamentos ocorrem no mesmo território (município) para postos/vagas com salários mais

baixos. Segundo a Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó, não é possível ter controle sobre a imigração e a migração, pois o "boca a boca" faz com que, ao saber por colega ou parente, que estão em outra cidade, que há oportunidade de emprego, o imigrante desloca-se rapidamente, sem avaliar as condições que abandona e as que poderá encontrar: "Ao saber de vagas de trabalho, se comunicam via *WhatsApp* e, num instante, se mudam de cidade, moradia." (E-Pastoral, informação verbal). Esse mesmo relata que:

Ultimamente, estão encontrando dificuldades em conseguir trabalho com carteira assinada, sendo que muitos estão entrando no mercado informal, sem carteira assinada, em funções como servente de pedreiro, entre outras. Temos casos de imigrantes que fizeram três anos de medicina e procuram a pastoral para trabalhar em funções operacionais, principalmente no setor produtivo. Outros eram donos de empresa, venderam seus negócios, cabritos, foram ajudados por familiares, para vir ao Brasil, buscar condições melhores. (E-PMDC, informação verbal).

Tal mobilidade é provocada pela possibilidade de emprego, no entanto acaba dificultando o atendimento dispensado por algumas instituições oficiais ou não (XAVIER, 2017), pois não conseguem mais localizar o paradeiro; assim, as diferentes políticas de apoio são desestimuladas. Embora a comunidade haitiana seja conhecida por sua organização em redes fraternas e mesmo na criação de associações, como as existentes em Camboriú (MAGALHÃES, 2017) e em Chapecó (SILVEIRA; ARINI, 2016), a mobilidade é um fator problemático citado pelas duas instituições: CRDH e PMDC.

Segundo informações do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello, situado em Chapecó, e da Pastoral do Migrante – embora possam não ser fidedignas, pois carecem de precisão – se estimava que até 2016, havia cerca de 4 mil haitianos na região de Chapecó (SILVEIRA; ARINI, 2016). O representante da citada Pastoral informa que são majoritariamente do gênero masculino "cerca de 90%", pois os homens vêm na frente

a fim de primeiro se estabelecerem e, depois, encontrarem emprego, moradia e terem certa estabilidade. Após, avisam as mulheres que, por vezes, trazem os filhos. Alguns não tiveram Chapecó como destino primeiro, vieram de Caxias do Sul, Curitiba, Florianópolis e Camboriú. Segundo o entrevistado citado, em 2016 as mulheres começaram chegar em maior número e, por estarem muito tempo longe, – “alguns 4 anos, logo engravidam.” (E-PMDC, informação verbal). É preciso lembrar que, para os haitianos, “os filhos são considerados uma riqueza.” (P-H, informação verbal). Esses novos imigrantes podem ser descritos da seguinte forma:

Vindos de países não tradicionais, cultura não ocidentalizada, concepção de mundo diferente, com grau de consciência política, cor negra ou morena, muitos [...] são evangélicos, mantêm valores familiares, comunitários e religiosos, migram sem a família, mas com seu apoio. São migrantes econômicos [...] muitos haitianos têm escolaridade superior ou iniciada. (SALLES, 2015, p. 28).

1.2 BRASIL: O QUE ERA PROMESSA DE FUTURO ESTÁ VIRANDO PASSADO⁵

No segundo semestre de 2016 ocorreu uma diáspora divulgada pela mídia nacional: haitianos estariam indo para os EUA e os residentes em cidades do Sudoeste brasileiro estavam se dirigindo para o Chile, principalmente (ADIEU..., 2016). Segundo dados dessa reportagem, tendo como fonte a Polícia Federal do Brasil e o Ministério do Interior do Chile, 1.372 haitianos saíram do Brasil em 2015, e em 2016, foram 3.324. A reportagem alerta que os números não são muito confiáveis, pois uma mesma pessoa pode ter saído e entrado mais de uma vez. A expressão “Brasil, não bem agora”, dita por um dos haitianos que foi para o Chile, revela o fato citado por estudo que aponta as dificuldades da situação dos haitianos no Brasil em decorrência

⁵ Adieu (2016).

tanto dos baixos salários quanto “[...] das variações cambiais com a frequente desvalorização da moeda local em face do dólar ou do Euro, gerando preocupação aos imigrantes que não conseguem retribuir o apoio recebido pelos familiares.” (GRANADA et al., 2017, p. 289). Segundo um entrevistado: “Temos também a informação de que muitos acabaram voltando para os Estados Unidos, situação que ficou mais difícil com o ingresso do novo governo, Trump” (E-PMDC, informação verbal).

Mas quem vem para o Brasil? Pelos dados obtidos com os haitianos e os entrevistados das duas instituições, pode-se dizer que há haitianos portadores de diplomas de graduação (Administração e Ciências Contábeis, segundo informações da Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó), há quem iniciou os estudos no Curso de Medicina, na República Dominicana (nessa situação, identificamos três haitianos), há quem fale várias línguas (crioulo, francês e espanhol – às vezes inglês), e “cerca de 10% não têm ensino médio concluído” (E-PMDC, informação verbal) e pouca qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. Há uma pequena parcela que detém diplomas de Educação Básica e que tem acessado a graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) de Chapecó, que criou em 2013 o Prohaiti. Trata-se de uma iniciativa da Reitoria, que prevê semestralmente o Processo Seletivo Especial para Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos, que consiste na oferta de vagas suplementares para haitianos em alguns cursos de graduação; o aprovado é matriculado como aluno regular e está submetido às regras do Regulamento de Graduação. No segundo semestre de 2017 havia cerca de 50 haitianos matriculados (T-CRDH).

Em relação à chegada em Chapecó, podemos dizer que citam diferentes itinerários: poucos vieram de avião (com visto) até São Paulo, geralmente embarcaram no Haiti ou na República Dominicana com escala no Equador, seguindo por via terrestre a partir de São Paulo. Mas a maioria veio por terra (sem visto) e desses ouvem-se frases como: “Deus fez o caminho” (Y-H) e “Não gosto de explicar pra pessoas como foi [a viagem]” (W-H, informações verbais); revelam

travessia de forma clandestina e nada segura, sem garantir que cheguem ao destino, com a contratação de “coiotes”. Estes cobram cerca de U\$ 2.500,00, por pessoa/travessia, que são arrecadados pelos que querem vir ao Brasil, por meio de um empreendimento familiar. Após a chegada e a instalação no Brasil, o migrante haitiano tem o compromisso de devolver o recurso financeiro, na forma de remessas mensais. Artigo recente corrobora essa afirmação, ao dizer que “[...] o projeto migratório, muitas vezes, é resultado de um esforço coletivo da família e parentes, que esperam a retribuição do emigrante uma vez instalado no país de destino.” (GRANADA et al., 2017, p. 289).

Segundo informações obtidas com o haitiano N-H, quando há esposa e filho no Haiti as remessas atingem a cifra mensal de U\$ 300,00; caso não tenha, gira em torno de U\$ 100,00 a 200,00. Falas como: “Eu faço sacrifício [...] eu procuro mandar dinheiro, mas não consigo” (U-H, informação verbal) ilustram o dilema vivido a cada mês pela comunidade haitiana. Tais remessas representam uma das principais formas de entrada de recursos existentes na América Latina, sendo que há indicadores de sua importância no Haiti; assim, as remessas permitem a ascensão da linha de pobreza de 2,5 milhões de pessoas na América Latina (MAGALHÃES, 2017). Cada R\$ 1,00 corresponde a 19,66 *gourde*, que é a unidade monetária do Haiti.

Inclusive, segundo relato de participante da pesquisa, “a emigração é um importante negócio para o Haiti” (P-H, informação verbal), uma vez que esses ingressos sustentam a economia haitiana. Se por um lado, familiares sobrevivem graças a isso, por outro lado, cria certa dependência e acomodação e pouco ajuda a mudar o quadro de economia informal característica do Haiti (P-H), informação verbal. Embora a mídia exaustivamente tenha divulgado que a diáspora ocorreu em razão do terremoto, há outras versões. Para entendermos melhor como ocorre a chegada ao Brasil e quais as maiores dificuldades enfrentadas, também nos valeremos de matérias da mídia que têm acompanhado as diferentes travessias dos processos migratórios na atualidade. Assim, pode-se dizer que a incipiência de estudos é mais uma justificativa para contribuir

com a geração de conhecimento acerca desses imigrantes, a fim de possibilitar maior apropriação da cultura e do modo de ser e viver da comunidade haitiana no Oeste catarinense. No início dessa década, à travessia clandestina, em direção ao Oeste catarinense, adicionavam-se as péssimas condições de acolhida: dias e dias em um abrigo com superlotação sem muitas condições de higiene, em Brasileia, no Acre (Y-H, informação verbal).

Segundo a narrativa dessa haitiana (Y), era suportável, pois para alguns havia perspectiva de emprego e para outros parentes ou amigos estavam à espera. O mapa, a seguir, ilustra a trajetória dos haitianos, em 2014, até os estados do Sul, dentre eles, Santa Catarina. Por outro lado, concordamos com Alessi (2013, p. 84) quando trata do fato de o Governo brasileiro não ter criado “[...] estrutura física ou preparação dos órgãos governamentais (como a Polícia Federal ou o Conselho Nacional de Imigração) para essa acolhida.” Uma fala de imigrante haitiano, em Chapecó há três anos, quando da reportagem, resume essa afirmação: “O governo do Brasil não está preparado para nos receber.” (SALLES, 2015, p. 28).

Mapa 1 – Rota dos haitianos tendo o Brasil como destino

A ROTA DOS HAITIANOS NO BRASIL

Número de imigrantes em Brasileia (AC) bate recorde



Fonte: Sousa (2014).

Para citar uma das dificuldades de caracterização dessa população registre-se que após várias tentativas, o grupo de pesquisadores obteve um número aproximado de haitianos morando em Chapecó, por meio do banco de dados WIN- Saúde, criado pela Secretaria de Saúde do Município de Chapecó (SESAU). Esse software registra todas as pessoas que solicitam assistência na área da saúde junto aos Centros de Saúde da Família (CSF) para qualquer procedimento. Dados da Polícia Federal são parciais, pois só registram aqueles que demandam documentação ou informação; da mesma forma os do Ministério do Trabalho. Assim, podemos dizer que atualmente há 1.763 haitianos, entre homens, mulheres e crianças, distribuídos nos diversos bairros de Chapecó (SECRETARIA DE SAÚDE DE CHAPECÓ, 2017).

1.3 DIFICULDADES: A BARREIRA LINGUÍSTICA, O PRECONCEITO, A SEGREGAÇÃO, O FRIO, A DUREZA DO TRABALHO E MAIS

Além da barreira linguística, de adaptação ao Brasil, do clima muito frio – “No frio dói tudo. Estou sempre gripada” (Y-H, informação verbal) –, com temperaturas oscilando muito, e da própria temperatura nos locais de trabalho (agroindústrias, principalmente), pode-se citar o racismo, a discriminação, que é verbalizada por vários dos participantes da pesquisa, e outros trabalhos (SILVEIRA; ARINI, 2016). Estudo cita que a aceitação de postos de trabalho considerados “[...] pesados e pouco reconhecidos socialmente, a falta de suporte social formal e informal [...]” (GRANADA et al., 2017, p. 290) implicam sentimento de isolamento, uma vez que as redes sociais não são muito estruturadas, há dificuldades em obter informações corretas e de entender o funcionamento dos serviços públicos e, conseqüentemente, ter acesso às políticas públicas e órgãos públicos em geral.

Um dos haitianos relatou que a discriminação, por vezes, é maior dentro do espaço da Universidade (SILVEIRA; ARINI, 2016). A mídia nacional e internacional vem chamando a atenção para

o fato de o Brasil voltar a ser um país de imigração, mas também, denunciando casos de violência contra imigrantes, portanto, de xenofobia (MARTINS, 2015). Imigrante haitiano, após uma série de grosserias e de preconceito sofrido nas repartições públicas, que lhe mandavam de um lado para outro, e no comércio local de Chapecó dizendo para ele voltar para o Haiti, disse à jornalista; "Eu não tenho vergonha de ser haitiano, aliás, tenho orgulho. Tenho é vergonha dessa sociedade desinformada." (SALLES, 2015, p. 28). É curioso observar que nas falas dos participantes da pesquisa é recorrente o discurso sobre o fato histórico de o Haiti ter sido o primeiro país que lutou e obteve a independência, em 1804, libertando-se como colônia francesa. A narrativa de uma haitiana é emblemática: "O negro brasileiro não se valoriza e internalizou a subserviência e a humildade. Negro haitiano tem orgulho de 1804 e é consciente dos seus direitos." (Y-H, informação verbal).

As questões referentes às dificuldades na compreensão do processo burocrático e protocolar para alugar um imóvel foi e ainda é um grande entrave. No Haiti o pagamento é anual e não há as exigências como as das imobiliárias de Chapecó em apresentar conta corrente em banco, fiador com imóvel e comprovação de renda, por exemplo. Assim, os haitianos ficam à mercê de senhorios que tratam verbalmente de valores que, a cada mês, têm que ser negociados; provavelmente, também, pelo fato de ser caro – "Aqui o aluguel é muito caro [...] para R\$ 500,00 por um quartinho." (Haitiano – Grupo focal, informação verbal). Por isso, alugam para poucas pessoas e acabam trazendo mais conterrâneos para dividir a casa/apartamento e a conta no final do mês; o que pode não ser bem visto aos olhos de quem aluga. Esse dilema acaba sendo responsável pelas constantes mudanças de endereço, que dificultam o conhecimento sobre sua localização, fato já citado anteriormente e ponto de reportagem da mídia (COUTINHO, 2015).

Em relação à barreira linguística – "Temos muita dificuldade de falar português" (Haitiano – Grupo focal, informação verbal) –, é possível levantar algumas problematizações: 1. Estão familiarizados

com a língua espanhola, e ela não é nada parecida com a portuguesa, embora poucos estejam estudando português para estrangeiros, em cursos ofertados semanalmente pela UFFS e pela Pastoral do Migrante; 2. A apropriação da língua é muito lenta; 3. Apresentam características migratórias – parecem estar sempre de passagem –, e essa incerteza pode dificultar, também, o processo de aprendizagem, uma vez que não haverá outro país de destino com língua portuguesa.

Os momentos de lazer parecem se resumir a irem ao culto evangélico e a algumas partidas de futebol. Reclamam da falta de ter onde ir nos momentos de folga: “Aqui: trabalhar, entrar em casa, dormir e trabalhar de novo.” (Haitiano – Grupo focal, informação verbal). Em relação ao trabalho, há muitas reclamações citadas em diferentes momentos, tanto nas narrativas individuais quanto no grupo focal: “Eles [empregadores] pensam que somos burros”; “Na verdade não precisam do nosso conhecimento, só da nossa força”; “É bem difícil trabalhar em frigorífico”; “O trabalho é pesado mesmo” (W-H, informações verbais). Registram o descontentamento em relação à impossibilidade de ascensão profissional, citando o caso de um colega haitiano que está há cerca de quatro anos na empresa/frigorífico e que não consegue melhorar de função. Segundo informaram, nas suas fichas funcionais consta que são analfabetos e por isso não conseguem promoção.

Motivados por uma vida melhor, fogem da fome, da miséria, da violência, das doenças e da destruição. Ao chegarem ao Oeste catarinense, têm se deparado com dificuldades no convívio em uma sociedade de cultura ítalo-germânica, sabidamente excludente e preconceituosa em relação aos negros e que, historicamente, tinha uma relação de preconceito com os “brasileiros”, cujo sistema de vida era considerado incompatível com a dos colonos italianos e alemães que ocupavam a região Oeste (RENK, 1999). Negro, no nosso cotidiano, é relacionado a conotações negativas, expressas sob diferentes formas numa linguagem naturalizada: “o negócio está preto”, “denegrir a imagem” ou mesmo na simples expressão “ovelha

negra", sinalizando alguém que dá problemas, que é diferente do restante (RENK, 1997).

Enfim, é importante salientar que tais manifestações têm ocorrido de diferentes formas e, aliada ao preconceito do "negro", adiciona-se ao momento de crise econômica e financeira que reduziu as vagas no mercado de trabalho, colocando trabalhadores imigrantes na mesma condição dos brasileiros. Tal situação tem exacerbando situações extremas de não sociabilidade e acolhida, ao mesmo tempo em que denunciam o não atendimento de operadores de políticas públicas a essa população, refletindo o que a sociedade pensa e faz. Isso se revela na experiência cotidiana no CRDH em relação à comunidade haitiana, relatada na entrevista com seu coordenador (T- CRDH).

As diferenças de acesso aos serviços públicos, associadas à condição de pobreza em contextos como o atual, no qual as políticas públicas não têm capacidade de dar respostas adequadas, é o que torna o contexto da pobreza determinante para condições de maior vulnerabilidade social e emocional desse segmento migrante. Em Chapecó nota-se a segregação socioespacial (MAGALHÃES, 2017), bastando circularmos pelos bairros da Grande EFAPI, local de moradia de grande parte dos haitianos, pois é onde se localizam as agroindústrias e outras empresas nas quais eles trabalham. Embora as condições de vida no Brasil sejam melhores que no Haiti, não deixam de ser precárias. A realidade brasileira pós-crise econômico-financeira, no que tange à comunidade haitiana, pode ser vista no centro do comércio de Chapecó: os ambulantes vendendo diferentes produtos cujas mercadorias são dispostas nas calçadas têm formado um contingente de trabalhadores informais como nas grandes cidades.

Nesta região, no Oeste de maneira particular, conforme apontaram em estudo anterior Zenie Filippim (2014), observa-se a presença do Estado, uma quase omissão no que diz respeito à atuação direta da administração pública (local/regional/nacional), de modo a minimizar os impactos decorrentes da adaptação dos migrantes, destacando-se aqui o custo humano e as diferenças culturais, além de assegurar, por meio de programas públicos, a sua inserção plena

nesse contexto regional. Ao descrevermos a problemática de pesquisa explicávamos que o intenso fluxo de imigrantes haitianos ao Oeste de Santa Catarina tem se deparado com dificuldades no convívio em uma sociedade de cultura predominantemente ítalo-germânica, conforme explicitado anteriormente.

Diferentemente de outros, os haitianos recebiam visto de permanência de caráter humanitário, que concede direito à permanência imediata, ou seja, não eram considerados refugiados (COUTINHO, 2015). Se por um lado facilitava a obtenção da documentação, por outro, padeciam das mesmas dificuldades que os demais: o não domínio da língua portuguesa, condições de trabalho consideradas muito "severas" e, recentemente, a falta de trabalho. Coutinho (2015) salienta que a inexistência de rede oficial de apoio aos recém-chegados, aliada a uma lei de refúgio permissiva, acabava transferindo para o Brasil a condição de pobreza, desemprego e violência das quais querem se livrar. Nesse momento, algumas mudanças na legislação aconteceram e a situação não é mais a mesma. No entanto, esses aspectos não serão tratados aqui, mas merecem novas investigações.

Uma das principais contribuições científicas dessa proposta é sua abordagem interdisciplinar realizada por pesquisadores com diferentes olhares sobre o mesmo fenômeno da imigração haitiana para o Oeste de Santa Catarina. A equipe de pesquisadores buscou congregiar seu conhecimento teórico e prático de diferentes disciplinas e campos do saber (humanas e sociais) para trabalhar com o problema de pesquisa. Essas diferentes abordagens foram analisadas e interpretadas coletivamente, buscando cercar o fenômeno de diferentes ângulos e favorecendo a ampliação do conhecimento sobre ele.

REFERÊNCIAS

ADIEU, B. **Folha de São Paulo**, 08 maio 2016. Cotidiano, p. B9.

ALESSI, B. L. M. A Migração de Haitianos para o Brasil. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 82-86, abr./jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2013/04/AMigra%C3%A7%C3%A3o-de-Haitianos-para-o-Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CADINHO de raças. **Zero Hora**, p. 4, 24 maio 2015.

COUTINHO, L. Bem-vindos ao Brasil. **Veja**, p. 92-97, 10 jun. 2015.

DESESPERADOS. Refugiados à deriva. **Zero Hora**, p. 22-23, 24 maio 2015.

ENI, K.; FILIPPIM, E. S. **Migração haitiana para o Brasil**: acolhimento e políticas públicas. Pretexto (Belo Horizonte. Impresso), v. 15, p. 11-27, 2014.

FIBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/painel>>. Acesso em: 05 out. 2017.

GODO, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. Análise da narrativa. In: ALVES, M. A.; BILKSTEIN, I. **Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 403-428.

MAGALHÃES, L. F. A. A Imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sóciodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. Tese (Doutorado)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Demografia, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

MARTINS, M. O Haiti não é aqui. **Carta Capital**, 11 nov. 2015.

GRANADA, D. et al. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface, comunicação, Saúde e Educação**, v. 21, n. 61, p. 285-296, 2017.

RENK, A. A. **Dicionário nada convencional**. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, A. A. **Migrações**. Chapecó: Grifos, 1999.

SALLES, M. Fronteiras Humanas. **Vanilla, Diário do Sudoeste**, p. 27-31, ago./set. 2015.

SECRETARIA DE SAÚDE DE CHAPECÓ. **Relatório Win-Saúde**. Chapecó: SESAU, 2017.

SILVEIRA, L. M.; ARINI, S. M. **O Haiti também é aqui**: estudantes haitianos na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)–Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

SOUSA, I. im de abrigo no acre pode atrair haitianos para MT. *Mí-dianews*, 14 abr. 2014. Disponível em: <<http://midianews.com.br/cotidiano/fim-de-abrigo-no-acre-pode-atrair-haitianos-para-mt/194745>>. Acesso em: 04 out. 2017.

XAVIER, M. Imigração: do sonho à realidade. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 6-11, 10 set. 2016.



Capítulo III

IMIGRAÇÃO HAITIANA E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)¹

Lilian Marta da Silveira²
Sandra Mara Arini³
Izabella Barison Matos⁴

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar, a busca por uma vida melhor e por assistência médica, boas perspectivas de trabalho, emprego e estudo são algumas das motivações objetivas elencadas pelos haitianos participantes da pesquisa, que também revelam motivações subjetivas. A trajetória até o Brasil traz marcas, que são lembradas com muito sofrimento por alguns dos haitianos pelo fato de virem por meio de coites, por meio de uma travessia ilegal e péssimas condições na chegada ao Norte do Brasil. Poucos são os que já vêm com visto de permanência de caráter humanitário.

¹ Este material contém resultados da pesquisa sobre haitianos no Oeste Catarinense: SILVEIRA, Lilian Marta; ARINI, Sandra Mara. O Haiti também é aqui: estudantes haitianos na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2016. 21 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)–Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016, orientado pela prof^a Izabella Barison Matos. Também conta com dados de outra pesquisa intitulada A imigração haitiana no Oeste Catarinense: desafios e perspectivas, financiada pela FAPESC. Algumas análises constantes neste já foram apresentadas no evento Nacional da Rede Mapa, em 21 de novembro de 2017, Unoesc Joaçaba, sob o título: Haitianos, imigração, inserção na sociedade oestina e acesso ao ensino superior, e faz parte dos Anais do evento, no prelo.

² Pós-graduanda em Gestão Escolar da Educação Básica pela Universidade Federal da Fronteira Sul; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul; lilian.silveira-cco@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul; sandra.arini@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora no Curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul; Professora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; izabmatos@gmail.com

A demanda por ensino superior para haitianos na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) de Chapecó, ocorreu por meio de um grupo que buscou dirigentes da UFFS, em 2013, dando início às tratativas, e culminando na criação do Programa de Acesso à Educação Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul para Estudantes Haitianos (Prohaiti), que se mantém como oferta de vagas em alguns cursos superiores a cada semestre.

Metodologicamente a pesquisa que originou a maior parte dos dados constantes nos próximos parágrafos teve abordagem qualitativa e, como instrumentos de produção de dados, entrevistas, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e diário de campo; obteve Parecer n. 1.496.144 do Comitê de Ética em Pesquisa. Foram entrevistados 33 sujeitos (21 estudantes haitianos e 12 gestores da UFFS). Como procedimento de análise e interpretação dos dados foi adotado o hermenêutico-dialético (MINAYO, 2011).

Neste capítulo apresentaremos breve histórico sobre o Haiti, algumas considerações sobre os movimentos migratórios dos haitianos e a sua inserção no ensino superior na Universidade Federal da Fronteira Sul, apresentando algumas considerações acerca dos temas explicitados.

2 HAITI: QUE PAÍS É ESSE CUJO POVO VAI EMBORA?

Dados recentes mostram que o Haiti tem 10.255,644 habitantes, dos quais cerca de 40% se encontram em estado de subnutrição, 34% são analfabetos, 17% têm acesso à rede sanitária, e 61% vivem com menos de um dólar por dia (MAGALHÃES, 2017). A diáspora de haitianos com o Brasil como destino pode ser entendida para além dos desdobramentos do terremoto de 2010: a crise econômica persistente, os sucessivos governos corruptos, adicionando-se a degradação ambiental, desde a colonização (DIAMOND, 2009).

Com o intuito de promover a paz e restaurar a ordem no País, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou as Missões das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), em abril de

2004, ficando o exército brasileiro como líder dessa missão (ALESSI, 2013). Ramos, Rodrigues e Almeida (2011) mostram que esse quadro se agravou, em 2010, com o terremoto que atingiu diretamente a capital Porto Príncipe, bem como as cidades de Leogane e Jacmel, ocasionando milhares de mortos e feridos.

Dessa forma, as circunstâncias têm obrigado os haitianos a emigrar em busca de trabalho, segurança e, principalmente, pela decisão de encontrar um lugar para terem melhores condições de vida e, também, estudar. As motivações para emigrar são objetivas, conforme elencadas, mas também são subjetivas e remetem ao imaginário dos haitianos, que elegeram os Estados Unidos da América (EUA) como destino ideal, segundo pesquisa de Magalhães (2017), corroborada pelas informações verbais obtidas.

Seitenfus (2014) informa que há, aproximadamente, quatro milhões de haitianos fora do Haiti. Atualmente estima-se que estejam morando em Chapecó e região cerca de quatro mil, segundo informações obtidas no Centro de Referência do Direitos Humanos (CRDH) Marcelino Chiarello-UFFS, de Chapecó.

Embora não seja uma afirmação segura e exata, pois nenhum órgão oficial possui tal informação precisa, sabemos que há pesquisas em curso para que, entre outros, obtenham-se tais dados. A fim de compreendermos melhor esse processo é preciso resgatar aspectos da história desse país que durante séculos vem sofrendo com a instabilidade política e problemas sociais e econômicos.

Em 1492, Cristóvão Colombo chegou à América Central, onde hoje conhecemos como Haiti, que faz fronteira com a República Dominicana, dividindo territorialmente uma ilha no Caribe, denominada de Ilha Hispaniola. Diamond (2009), ao analisar a sociedade desses dois países, traçou um panorama histórico-econômico-cultural e social desolador. O Haiti teve sucessivos governos corruptos, políticas públicas de saúde e de educação ineficientes e baixa produtividade agrícola (DIAMOND, 2009).

Na década passada, o Haiti já sofria com a falta de saneamento básico, água, eletricidade, educação e saúde, bem como um

considerável aumento de casos de AIDS, tuberculose e malária, que estavam, à época, entre as taxas mais altas do mundo (DIAMOND, 2009). A densidade populacional era de 386 pessoas/Km² que viviam da agricultura de subsistência, sendo a economia de mercado calcada na exportação do café e da cana-de-açúcar. Também se destacam a confecção de vestuário, pequena exploração turística e o comércio de drogas, que faz o trajeto Colômbia-Haiti-EUA. A população haitiana é extremamente estratificada: muitos pobres nas áreas rurais e nas periferias da capital do país, que são católicos, praticam o vodu e outras religiões de matriz africana.

No passado, o Haiti era rico em florestas de pinheiros, mas os constantes desmatamentos, desde os tempos da colonização francesa, acarretaram sérios problemas atuais de perda de fertilidade do solo, erosão, rios e nascentes desprotegidos, uma vez que não há mais matas ciliares. Com as mudanças climáticas houve diminuição de chuvas, impactando negativamente a economia do país, tornando o Haiti “[...] o mais pobre do mundo fora da África.” (DIAMOND, 2009, p. 399).

Os nativos foram dizimados pelas doenças dos colonizadores e trabalho escravo. Em 1519 havia um milhão de habitantes; menos de três décadas depois, 11 mil nativos, que foram reduzidos a três mil (DIAMOND, 2009). Com a falta de mão de obra, a opção encontrada pelos colonizadores foi trazer escravos da África. Valler (2007) e Diamond (2009) salientam as diversas investidas de piratas franceses, holandeses e ingleses interessados no comércio escravo e no desenvolvimento de grandes plantações de monocultura: cana-de-açúcar e café. Assim, no século XVII a parte francesa do Haiti tornou-se a colônia mais rica do Novo Mundo.

Com o tempo, outras terras (México, Peru e Bolívia) se tornaram mais atrativas, pelo grande número de nativos e de riquezas naturais, desinteressando os colonizadores espanhóis pela Ilha (DIAMOND, 2009). Após perder a batalha para os ex-escravos, no início do século XIX, a França vendeu suas posses aos EUA e abandonou a região; o Haiti foi o primeiro país a abolir a escravidão, no ano 1804. Com medo de novas investidas colonialistas, haitianos mataram “brancos” e

destruíram grandes plantações, optando pela cultura de subsistência local (VALLER, 2007).

Diamond (2009) aponta que esse modelo fundiário – de subsistência – e econômico parece ter sido o principal responsável pela pobreza do País. Isso, aliado à inexistência de investimentos estatais na economia, instabilidade político-administrativa com sucessivos governos ditatoriais e corruptos⁵ confere ao Haiti poucas perspectivas para se tornar um país com êxito no curto prazo.

No Haiti a presidência foi assumida por Papa Doc Duvalier e, depois, por seu filho Baby Doc Duvalier; ambos administraram o país de forma a obter lucros para si mesmos; em 1986, revoltas populares expulsaram Baby Doc da presidência, e nova ditadura foi imposta ao País. Em 1990, Jean-Bertrand Aristide assume a presidência, sendo o primeiro líder haitiano a ser democraticamente eleito, com 67% de votos. Aristide foi presidente do Haiti em três períodos: em 1991, de 1994 a 1996, e de 2001 a 2004 (VALLER, 2007). Embora padre, seu governo foi tão corrupto e despótico como o de seus antecessores (DIAMOND, 2009; VALLER, 2007). Com o fim do seu mandato, o Haiti ficou “em situação de extrema vulnerabilidade com expressivas parcelas da sociedade civil, que conviviam com níveis alarmantes de pobreza, insegurança e violência.” (VALLER, 2007, p. 16).

Mais de um milhão de haitianos emigrou para os EUA na década de 1960 (DIAMOND, 2009). Tal diáspora ocorre na contemporaneidade e apresenta uma característica comum: os emigrantes “[...] enviam para casa [Haiti] ganhos que representam uma fração significativa” (DIAMOND, 2009, p. 408), o que impactou positivamente na economia haitiana. Estima-se que milhões de haitianos se encontram em diferentes países, com maior concentração nos Estados Unidos, República Dominicana, Canadá, França e Cuba (TÉLÉMAQUE, 2012).

Importante ressaltar outros dados acerca do Haiti: além de a população não poder contar com fontes alternativas de energia –

⁵ Vinte e um presidentes, do total de 22, foram mortos ou depostos no período de 1843 a 1915 (DIAMOND, 2009).

pois não tem floresta para poder transformar em carvão, principal fonte de energia e, muito menos água – também não conta com população escolarizada e profissionalizada a fim de enfrentar os diferentes problemas. A situação de vulnerabilidade do Haiti, na atualidade, pode ser demonstrada pela iniciativa, em 30 de abril de 2004, da Organização das Nações Unidas (ONU), com a criação das Missões das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), a fim de auxiliar no enfrentamento das dificuldades em diferentes âmbitos (ALESSI, 2013). O Brasil ficou como líder dessa missão, em decorrência da presença dos militares no País, tendo como principal objetivo promover a paz.

Importante registrar que a pobreza do Haiti se deve, também, a alguns condicionamentos, como a sua geologia, que apresenta áreas montanhosas, onde “[...] a terra plana é muito menor do que a da República Dominicana, há mais terrenos de calcário, os solos são menos espessos e menos férteis e têm uma capacidade de recuperação menor.” (DIAMOND, 2009, p. 408). Nesse contexto, o País tem enfrentando uma profunda crise econômica, política e social, e para agravar ainda mais a situação, o terremoto de 2010 atingiu a capital do Haiti e deixou cerca de 222.570 mortos, entre homens e mulheres, e 300.572 feridos. Com o impacto do terremoto, parte da população abandonou o Haiti, e a República Dominicana foi um dos países que mais recebeu esses imigrantes, ficando com um grande número de pessoas feridas, que necessitavam de atendimento médico (RAMOS; RODRIGUES; ALMEIDA, 2011).

Desde então, o Brasil tem sido um dos destinos preferidos na América do Sul, principalmente o Centro-Oeste (São Paulo) e os três estados da região Sul. Em Chapecó,⁶ no Oeste de Santa Catarina, os primeiros haitianos chegaram trazidos por empresários, que foram até ao Estado do Acre em busca de mão de obra, pois havia vagas em

⁶ Município com 205.795 habitantes, localizado no Oeste de Santa Catarina, cuja economia historicamente é tradicionalmente focada na agroindústria agrícola e suinícola (IBGE, 2016).

postos de trabalho locais que não eram preenchidas por trabalhadores do entorno. Atualmente há 1.763 haitianos (SECRETARIA DE SAÚDE DE CHAPECÓ, 2017), entre homens, mulheres e crianças, distribuídos nos diversos bairros de Chapecó.

3 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A mídia tem mostrado os processos migratórios pelo mundo, em especial nos países europeus: viagens clandestinas com imagens de pessoas em embarcações superlotadas que, por vezes, registram naufrágios com mortes em alto mar. Motivos como guerras, pobreza, questões políticas e religiosas têm forçado milhares de pessoas a emigrar. Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) (2015) informa que hoje, no mundo, há cerca de 232 milhões de migrantes (3,2% da população) dos quais 59% vivem em regiões desenvolvidas (MUNDO..., 2013). Predominantemente a Europa ainda tem sido o destino mais procurado, atualmente com 72 milhões de imigrantes, seguida dos Estados Unidos, com 46 milhões, sendo que no continente americano há 11 milhões de mexicanos (ÊXODO..., 2015).

É sabido que a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas, mas o que os obriga a fazê-lo, são questões de sobrevivência e, em menor número, casos de perseguição política, por raça, etnia, nacionalidade ou credo religioso. Um dos principais responsáveis pela expulsão de pessoas de um país é o fator econômico (KLEIN, 2010). Segundo o Conselho Nacional de Imigração, entraram ilegalmente, no Brasil, em 2009 cerca de nove mil haitianos (ALESSI, 2013, p. 83); como não são considerados refugiados, recebem visto humanitário, que tem caráter especial, concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do Brasil em Porto Príncipe, capital do Haiti (ZENI; FILIPPIM, 2014).

Assim, de acordo com a Lei n. 6.815 do Conselho Nacional de Imigração n. 97, "poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, por razões humanitárias aos cidadãos haitianos, com duração de 5 anos." (BRASIL, 2012). Recentemente, devido à crise

econômica brasileira, a mídia divulgou que parte da comunidade haitiana que está no Sudeste está procurando outros destinos, dentre os quais o Chile (CRISE..., 2016), e, em menor número, os Estados Unidos da América; estima-se, que em 2016, segundo dados da Polícia Federal, 3.234 haitianos saíram do nosso País.

O país vizinho – a República Dominicana – é um dos destinos que haitianos procuram para estudar ou trabalhar. Nas duas pesquisas citadas os entrevistados afirmaram que além deles, conhecem casos de compatriotas que iniciaram os estudos e não conseguiram concluir, pois o valor da mensalidade na universidade é elevado; assim, também acabam indo embora.

Nas falas dos estudantes haitianos são citados diferentes itinerários para chegar ao Brasil. A grande maioria emigra do Haiti e, alguns, da República Dominicana, passando pelo Panamá, Equador, Peru até chegar ao Brasil, no Estado do Acre. A viagem pode ser de duas formas: com o visto humanitário, realizada pelo maior número dos entrevistados, ou, também, ilegal ou clandestinamente, descrita por três estudantes: "Eu não cheguei aqui no Brasil legal, eu venho ilegal." (E18). "Há agenciamentos feitos com 'coiotes', que são pessoas, às vezes vinculadas ao governo, que cobram em média US\$ 2,500,00" (E09) para fazer a travessia (informações verbais). Assim, ao aceitar a viagem somente com o destino certo e sem saber como ocorrerá o percurso, o haitiano não pode mais voltar; se optar por isso terá que pagar os custos novamente. Segundo um dos entrevistados, as condições adversas "é tipo uma vergonha para a vida, [...] numa simples viagem tudo o que uma pessoa luta para construir, é quase destruir." (E02, informação verbal).

4 A UFFS E A INSERÇÃO DE HAITIANOS NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada em 2009, a partir do amplo debate entre setores da sociedade, visando interiorizar a educação pública em regiões distantes dos grandes

centros acadêmicos. Importante registrar que, em 2005, com o Movimento Pró-Universidade Federal (MPUF), surge uma importante conquista para a interiorização do ensino público federal; além do compromisso com a educação básica, a UFFS é considerada a primeira universidade oriunda dos movimentos sociais (TREVISOL, 2015). Nesses anos a UFFS tem mostrado grande vinculação e identidade com seu território, além de forte comprometimento social focado nas demandas da sociedade/comunidade (TREVISOL, 2015).

Abrangendo a mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul – Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná –, compreendendo 396 municípios, com 121 mil km² e quatro milhões de habitantes (Mapa 1), os seis campi estão distribuídos nos três estados do Sul, a saber: Santa Catarina: Chapecó, Campussede Reitoria; Paraná: Realeza e Laranjeiras do Sul; e Rio Grande do Sul: Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo. Localizam-se em regiões distantes das capitais dos três estados do Sul – entre 400 e 700 quilômetros das grandes cidades.

Mapa 1 – Mapa do território correspondente à área de abrangência da mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul



Fonte: Ministério da Integração Nacional (2013).

Em 2013, a UFFS aprimorou o acesso às vagas com as cotas e, um ano depois, aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), como forma de processo seletivo; assim, a maioria dos ingressantes tem sido oriunda de escolas públicas, de famílias de baixa renda e filhos de pequenos produtores urbanos e rurais da região que a UFFS abrange (TREVISOL, 2015). O processo de acesso aos cursos superiores na UFFS atualmente é feito pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que também potencializa esse compromisso com a sociedade, conjuntamente com o fator da escola pública.

Em 2017 contava com 44 cursos de graduação; na pós-graduação há quatro cursos lato sensu/Especialização, 11 mestrados, um deles em associação, e dois doutorados – modalidade DINTER. O ingresso na graduação ocorre de acordo com a lei da reserva de vagas nas instituições federais de educação (Lei n. 12.711/2012, Decreto n. 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC n. 18/2012). Ao desenvolver uma política de ingresso que respeita e atende à atual situação das escolas de ensino médio público nos três estados, a UFFS reserva em torno de 90% das vagas para quem cursar ensino médio exclusivamente em escola pública. Dados obtidos junto aos entrevistados e às instituições que os acolhem informam que há haitianos com diplomas de ensino médio concluído, com curso superior não concluído (geralmente Medicina, cursado na República Dominicana), pequena parcela que detém diplomas de Educação Básica e, mesmo alguns, com diploma de curso superior (Administração e Ciências Contábeis). Importante registrar que falam crioulo, francês, espanhol e uma parcela deles tem domínio da língua inglesa.

Com a chegada de haitianos, em 2011-2012, iniciaram-se tratativas por acesso ao ensino superior, e tal demanda por ensino superior se realizou por meio de um grupo deles que buscou dirigentes da UFFS que, em 2013, criaram o Programa de Acesso à Educação Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul para Estudantes Haitianos (Prohaiti). A partir daí, a inserção de estudantes haitianos acontece pelo Prohaiti, que foi aprovado por consenso do plenário

do Conselho Universitário (Consuni) da UFFS, em 12 de dezembro de 2013, com a presença do embaixador do Haiti (Sr. Madsen Cherubin).

Assim, iniciou em 2013, contemplando a oferta de vagas para todos os campi. Na ata dessa reunião os pontos abordados foram “garantia da oferta de vagas, não somente em Chapecó, garantia de apoio linguístico, não restringir a busca por auxílio financeiro, inserção de haitianos no futuro centro de línguas, como professores de francês.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2013). A Resolução n. 32/2013 do Consuni, na mesma data, institui o Prohaiti, que segue alguns procedimentos para sua operacionalização:

O Programa consistirá na oferta de vagas suplementares para estudantes haitianos nos cursos de graduação da UFFS. [...] ofertadas por meio de processo seletivo especial, regido por edital próprio [...] O aluno haitiano selecionado [...] será matriculado como aluno regular no curso de graduação da UFFS e estará submetido às regras do Regulamento de Graduação.

O Prohaiti, no processo seletivo especial para acesso à educação superior da UFFS para estudantes haitianos, prevê oferta de vagas suplementares nos cursos de Graduação da UFFS, para atender ao disposto na Resolução n. 32/2013 do Consuni, que instituiu o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos, atendendo também à Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração, que dispõe sobre a concessão de visto permanente por razões humanitárias a nacionais do Haiti (alterada pela Resolução Normativa n. 123, de 13 de setembro de 2016), e à Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

O processo seletivo é constituído de uma prova de redação, em caráter eliminatório, e de uma prova com 20 questões objetivas de múltipla escolha, para avaliar os conhecimentos em Língua Portuguesa, em caráter classificatório. A prova foi marcada para o dia 04 de fevereiro de 2018, das 14h às 17h (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2017). Em relação à documentação, há tratativas

relativas à equivalência do Ensino Médio (2º Grau) dos candidatos haitianos, que é emitida pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), segundo edital (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2017).

No entanto, também é de conhecimento de parte da comunidade acadêmica e de dirigentes universitários, a persistência das dificuldades enfrentadas pelos estudantes haitianos. Algumas dessas dificuldades são: não domínio da língua portuguesa escrita e falada,⁷ visto que alguns têm domínio da língua espanhola. De maneira geral apresentam baixo capital econômico e social, dificuldades de adaptação à nova vida, tanto na dimensão pessoal quanto na profissional. Sabe-se que estudantes haitianos trabalham em diferentes turnos e no contra turno da universidade – principalmente em agroindústrias. No entanto, a crise econômica brasileira também tem atingido a comunidade haitiana na região e já se registra desemprego entre esses trabalhadores e diversificação na atuação profissional.

É sabido, também, que haitianos, estudantes ou não, estão inseridos em outros espaços educativos da UFFS: Projeto de Extensão Português para Estrangeiros, Projeto de Extensão Web Rádio em Direitos Humanos e Oficina de Produção Escrita. No Projeto de Extensão Português para Estrangeiros são ministradas aulas presenciais de Língua Portuguesa, oportunizando uma vivência com a língua, mas como leitura e escrita (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015). Nos demais projetos de extensão, estudantes têm a possibilidade de aportar novas experiências na formação para além da sala de aula. A UFFS, mesmo sendo uma universidade recente, conta com vários projetos de pesquisa, cultura e extensão. Por meio desses projetos estudantes têm a oportunidade de aprender, conhecer e vivenciar a formação para além da universidade.

⁷ A língua mais falada no Haiti, pela maioria da população, é crioulo; parte também fala francês.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES HAITIANOS

São 20 homens e uma mulher. Desses 21 estudantes, oito frequentam a 1ª fase, seis estão entre a 2ª e a 3ª fases, e sete, entre a 4ª e a 5ª fases. Dez estão em cursos com turno integral, seis à noite e cinco no período matutino.

Gráfico 1 – Cursos e número de estudantes 2016/1



Fonte: os autores.

4.2 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR ANTES DA UFFS

No primeiro semestre de 2016 havia 37 estudantes haitianos matriculados na UFFS de Chapecó, sendo que um deles está em mobilidade acadêmica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), segundo informações da comissão Prohaiti. Ao perguntarmos se estudavam no (Haiti ou República Dominicana) antes de ingressar na UFFS, 16 estudantes disseram que sim, e cinco não. Os cursos iniciados e não concluídos são variados, com predominância em Administração, Engenharia Civil e Informática. A fala de um deles é representativa: "Eu estudava Administração dois anos na Universidade do Estado do Haiti, faltava três semestres pra terminar, você sabe que, depois do terremoto, não dava mais pra ficar." (E17, informação verbal). Dados obtidos no Centro de Referência em Direitos Humanos

revelam que, no segundo semestre de 2017, havia cerca de 50 haitianos matriculados na UFFS.

4.3 INGRESSAR NA UFFS: UMA OPORTUNIDADE ESPECIAL, UMA GRANDE CHANCE!

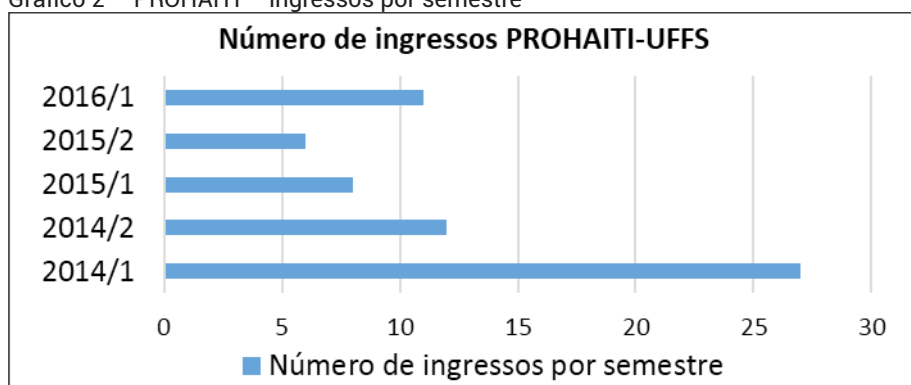
O ingresso de haitianos na UFFS ocorre pelo Programa para Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos (Prohaiti), por edital semestral. Para que isso fosse possível, a demanda pelo ingresso na UFFS ocorreu em 2013. Conforme informações da Assessoria para Assuntos Internacionais, no dia 30 de agosto do mesmo ano, recebeu um e-mail com o título "vontade de estudar". Nele, um haitiano descreve que foi até a UFFS no dia anterior, mas, como não encontrou ninguém, enviou a seguinte mensagem "pedir o Senhor se tem uma possibilidade pra que eu posso estudar aqui [...] meu sonho é 'estudar'. [...] Eu estava no terceiro ano do curso de Administração [...] em Haiti." (informação verbal).

Assim, de acordo com os estudantes haitianos, eles souberam sobre a divulgação do Prohaiti pela internet e, também, por amigos que já frequentam algum curso na UFFS. Para fazer a inscrição "tem que ter os diplomas, os históricos que provam que a gente fez o ensino médio [...] fizeram um acordo com Haiti, [...] e também, a legalização do Ministério das Relações Exteriores." (E08, informação verbal). Posterior à inscrição é necessário fazer uma prova que, para os que têm um pouco de conhecimento da língua portuguesa, é "tranquila" (E06) mas, para os que não têm domínio, é considerada uma prova complexa e cansativa: "cheguei aqui na UFFS eu vi todas as coisas diferente, [...] a palavra português [...] eu não entendi nada." (E05, informações verbais).

Para os estudantes que ingressaram até o ano 2015, havia uma prova com mais ou menos 60 questões, envolvendo matemática, português, história e inglês, baseada no ENEM. A partir do ano 2016, essa prova foi reformulada e passou a ser uma redação que avalia o domínio da língua portuguesa escrita, segundo informações da

Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI) (informação verbal). Mediante esse resultado, o aluno se matricula nos cursos disponíveis; assim, nem sempre o curso frequentado é de seu interesse, em razão da nota da prova de seleção: "Eu escolher Ciência da Computação, não dar certo, [...] eu peguei Ciências Sociais, na verdade não é o curso que eu gosto." (E10, informação verbal). O Edital n. 497/UFFS/2016 disponibilizou seis vagas nos cursos de Administração, Ciências da Computação e Pedagogia. De acordo com dados da Secretaria Acadêmica do campus Chapecó, desde 2013, no Prohaiti ingressaram 64 estudantes haitianos, demonstrados no Gráfico 2:

Gráfico 2 – PROHAITI – ingressos por semestre



Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados da Secretaria Acadêmica UFFS de Chapecó.

Considerada como um privilégio pelos estudantes haitianos entrevistados, a inserção dos estudantes, por meio do Prohaiti, é muito valorizada, uma vez que proporciona ensino gratuito; diferentemente de outros países, como os Estados Unidos, onde é necessário pagar uma taxa para estudar. Informam que até mesmo no Haiti, em decorrência da concorrência na universidade pública, o acesso é difícil: "pega só 100 aluno [...] toda região do Haiti vem participar na prova [...] primeiro [...] segundo [...] terceiro ano não consegui [...] tem 6 mil, 7 mil postulante que vai entrar pra fazer Psicologia, vai escolhe só 100 por ano." (E18, informação verbal).

Assim, os participantes da pesquisa entendem que o acesso à uma universidade federal brasileira é um grande passo, um apoio, uma forma de adquirirem novos conhecimentos, uma nova chance em suas vidas. Esses são momentos que, às vezes, se tornam difíceis e que exigem sacrifícios para permanecer, pois envolvem a administração do tempo e energias para dar conta dos estudos associados ao trabalho. A fala a seguir ilustra tal situação: "cada semestre eu faço quatro disciplinas, deixo um dia pra estudar, fazer as coisas. Juntar estudo com trabalho é um 'pouco difícil.'" (E17, informação verbal).

5 PROHAITI – UFFS: DIÁLOGOS COM GESTORES E ESTUDANTES HAITIANOS

O Prohaiti é considerado, pelos estudantes haitianos entrevistados, como um ótimo projeto/programa. A maioria destaca não ter conhecimento amplo a respeito do Programa, mas reconhece a importância em suas vidas, principalmente pela oportunidade oferecida. Dessa forma, em diversos momentos nas entrevistas, agradecem a quem propiciou a sua criação e implementação. Verbalizam da seguinte forma, por exemplo: "oportunidade especial [...] pra nós que não estão na nossa terra, tentei entrar na faculdade no Equador não tem programa não tem nada, [...] não sei quando vou parar de agradecer. [...] Venho aqui estudar de graça, tenho que agradecer." (E16, informação verbal).

Os estudantes haitianos perguntavam, durante a entrevista, sobre o futuro do Prohaiti, se ele continuará ou terá um fim. Ao mesmo tempo, sugeriam para que a Comissão Prohaiti tivesse maior acompanhamento sobre o que está acontecendo com eles, bem como sua situação na UFFS. Para os gestores da UFFS, o Prohaiti é um bom programa, que precisa melhorar em alguns pontos. Conforme um dos gestores entrevistados, "é um programa com o foco no acesso, [...] precisa avançar visando à permanência." (informação verbal). O Prohaiti é considerado pela diretora de campus do ano 2016 como um programa de acesso muito importante, principalmente pelo fato de a UFFS levar

em conta os direitos humanos e as políticas inclusivas. Através do contato com os haitianos podemos conhecer outras culturas, além disso, contribuir para a internacionalização da universidade.

Vivendo em um país que não é o seu, imersos em uma região com traços culturais de colonizadores europeus, que são diferentes dos seus, os haitianos, de forma geral, relatam sentir-se bem na UFFS. “Não tenho problemas [...] eu estou muito feliz com eles.” (E11, informação verbal). Dos 21 estudantes entrevistados, oito dizem que as relações estabelecidas nesse espaço os deixam felizes, possibilitando trocas de experiências. Assim, viver fora do país exige adaptação, situações que às vezes causam desconfortos, e eles encontram na universidade diferentes tipos de pessoas, aquelas que são receptivas, que acolhem os estudantes com respeito e gentileza, e outras que nem aceitam um estrangeiro nos trabalhos em grupo, em sala de aula.

Em relação aos professores, alguns ajudam, tiram dúvidas, pedem se o aluno entendeu, mas há outros que nem percebem que em seu componente curricular frequenta um estudante estrangeiro: “Tem professores que colaboram, tem outros que estão nem aí, [...] nem sabem quem eu sou, se sou haitiana, se sou brasileira.” (E8, informação verbal).

6 “NEGROS ENTRE BRANCOS, TAMBÉM SOMOS HUMANOS”!

Em contrapartida ao que os haitianos dizem sobre como se sentem na universidade, algo merece destaque: “a gente ouve falar da oportunidade, eu fiquei assustado nisso aqui.” (E07, informação verbal). Esse sujeito referia-se ao preconceito ao chegar a Santa Catarina, apontando que o preconceito racial é forte nessa região. Situações de discriminação são vivenciadas no cotidiano, a ponto de um deles dizer que no ônibus (da UFFS para o centro de Chapecó) muitas vezes ninguém senta ao seu lado. Sentem-se alvo de olhares e de desaprovação; entendem que há uma separação entre pessoas da cor “preta” e as da cor “branca”.

O preconceito no Brasil acontece de todas as formas e não se restringe apenas à cor da pele; alguns relatam que sofrem discriminação com mais frequência nos espaços da UFFS do que fora dela. Para alguns, ela é considerada como um problema, simbolizando tristeza e desconforto. Apesar dessas situações, eles reconhecem seus direitos e apontam que é necessário intensificar a consciência coletiva, por meio da fraternidade, "Tem que respeitar, nós somos humanos [...] tem gente que trata mal, [...] parei de pensar pra não fazer mal." (E16, informação verbal).

7 PERMANÊNCIA NA UFFS: ENFRENTAMENTO A SER FEITO

Permanecer no ensino superior é uma tarefa difícil, o estudante brasileiro das classes populares é sempre trabalhador, a exemplo dos colegas haitianos. No entanto, estes alegam não saber que teriam que trabalhar e estudar e se deparam com muitas dificuldades. Um dos entrevistados verbaliza da seguinte forma: "Dificuldade? Eu acho que de 1 a 10, eu tenho as 10." (E01, informação verbal). A principal delas refere-se à questão do trabalho: dos 21, 10 estudantes entrevistados são funcionários das agroindústrias de Chapecó, SC, e alegam falta de tempo para estudar, pesquisar e fazer os trabalhos inerentes ao curso. Uma das falas é representativa: "Tenho pouquinho tempo para estudar eu tenho que trabalhar [...] tenho sono, não posso estudar." (E6, informação verbal).

Em razão do horário de trabalho, a alternativa encontrada para permanecer na UFFS, principalmente aos que cursam no período integral, é postergar algumas disciplinas para os próximos semestres. Nesse mesmo contexto, outra dificuldade encontrada pelos haitianos no início da graduação é o não domínio da língua portuguesa, alguns não conseguem entender o que os colegas ou os professores estão falando. Assim acabam reprovando: "Tenho dificuldade sobre a língua portuguesa e por causa disso reprovei em duas matérias." (E07, informação verbal).

Outro problema enfrentado pelos haitianos refere-se a demandas financeiras. Alguns relatam que, no Brasil, o custo de vida

é elevado, o valor do aluguel, acompanhado das despesas básicas, vai além do salário que recebem. Um dos estudantes relaciona a situação brasileira com a dos Estados Unidos “Aqui no Brasil é pouquinho dinheiro [...] depois eu sei que vou para os EUA [...] Com dois mil reais não consegue comprar carro nem casa aqui no Brasil.” (E03, informação verbal).

A questão de socialização também é apontada pelos estudantes. Quatro dos entrevistados dizem sentirem-se sozinhos na sala de aula: “tem problema de confraternizar com nós, em trabalhos de grupo” (E17, informação verbal), do que se compreende que no meio acadêmico alguns, sentem-se isolados ou excluídos. Por outro lado, há um caso diferente, representado por um aluno haitiano, no “início teve um colega sempre me ajudava, nas produções textuais, e eu ajudava em cálculos e química, é uma contribuição” (E9, informação verbal), demonstrando, assim, uma parceria entre colegas brasileiros e haitianos.

8 PERMANÊNCIA NA UFFS: AUXÍLIOS SOCIOECONÔMICOS SÃO SUFICIENTES? ENFRENTAMENTO A SER FEITO?

Cabe ressaltar que a UFFS conta com o Setor de Assuntos Estudantis (SAE). Conforme as falas de gestores da UFFS, como todos os estudantes brasileiros, os haitianos também podem solicitar cadastro socioeconômico (Resolução n. 001/2011) e, em seguida, inscreverem-se para os auxílios previstos nos editais (Edital n. 035/2016). Os auxílios alimentação, moradia, transporte, estudantil, e também auxílio ingresso são concedidos a partir do índice de vulnerabilidade de cada um (representante do Serviço de Assistência ao Estudante, informação verbal). Assim, de acordo com alguns estudantes haitianos, os auxílios socioeconômicos não estão sendo suficientes para garantir a permanência deles nos cursos de graduação “este negócio, a pessoa tá recebendo uns auxílios, se tu não tiver, uma outra, um outro fundo, alguém que tá te ajudando você vai morrer! Porque tu tem que pagar o aluguel.” (E01, informação verbal).

No decorrer dessa pesquisa, evidenciamos que para os haitianos, imigrar significa uma forma de reconstruir suas vidas, pelo fato de o seu país se encontrar em situação de extrema vulnerabilidade. Mesmo recebendo ajuda internacional de vários países e ONGs, o Haiti necessita ser reconstruído, pois com o terremoto em 2010 e números alarmantes de cólera, piorou a situação que já era preocupante, assim "é preciso construir estradas, erguer barragens, participar da organização do Estado, do Sistema Judiciário." (SEITENFUS, 2014, p. 412).

Assim, entendemos que o Prohaiti vai ao encontro dessa realidade, tanto em sua implementação de acordo com as demandas dos próprios haitianos e, também, pelo próprio lema da universidade em defender os direitos humanos e priorizar o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas. Analisamos que, ao adentrarem pelo Prohaiti, alguns estudantes reclamam que não recebem o acolhimento do qual necessitam, acham que a comissão Prohaiti tem a responsabilidade de tudo que é relacionado à vida acadêmica deles. Nesse sentido, acreditamos que há uma falta de conhecimento sobre a função e o papel da comissão, e como o ensino superior brasileiro se estrutura.

Quando chegam à UFFS se deparam com muitas dificuldades, e pela região ser colonizada por imigrantes europeus, sentem no cotidiano o preconceito racial, às vezes maior dentro do ambiente universitário do que fora dele. Um exemplo é relatado por um dos gestores: "um estudante [...] teve uma banana colocada na sua mochila, isso é um ato inegável de racismo, a banana é uma representação social do negro como macaco, um branco não fica ofendido quando recebe uma banana, o negro sim." (informação verbal).

Alguns meios midiáticos (BBC BRASIL, 2015) têm o hábito de focar, muitas vezes, nos dilemas do povo haitiano, construindo uma visão que eles são um problema. Dessa maneira, incitam a sociedade a vê-los de forma desqualificativa, na qual não são valorizados. Mesmo sendo um programa, o Prohaiti não conta com um projeto específico; sua legitimidade ocorre pela Resolução n. 32/2013, do CONSUNI da UFFS. Assim, carece de elaboração de programa a fim de garantir sua existência, independentemente das gestões futuras.

A Comissão Prohaiti, no ano 2016, foi reformulada, e debates estão sendo feitos com o objetivo de organizar e integrar estudantes e membros do Prohaiti com a comunidade acadêmica.

A inserção de haitianos na UFFS é uma iniciativa muito importante, porém, como está em fase de reformulação, as demandas estão centradas nas dificuldades de permanência. Conforme Zeni e Phillipim (2014), para que projetos e programas possam ser implementados, é necessário envolvimento e mediação da sociedade e do Estado. No caso do Prohaiti o acesso está sendo oferecido; a pergunta que se faz é: como proporcionar a permanência? Nesse sentido, a ideia aqui é não minimizar a responsabilidade da Comissão Prohaiti, mas envolver docentes, discentes, funcionários e comunidade externa, levantando essas questões e tentando encontrar soluções para seu enfrentamento.

Percebemos, também, que os auxílios oferecidos pelo SAE não estão dando conta das necessidades desses estudantes. Alguns não recebem o auxílio-moradia devido a critérios do próprio edital, que somente contempla aqueles que não têm moradia anterior em Chapecó; no caso dos haitianos, como eles moram no Município, não são elegíveis.

Podemos dizer que, por meio desta pesquisa, conhecemos os dois lados, tanto o dos estudantes, quanto o dos gestores. Todos são conscientes da importância do Prohaiti e apontam para algumas mudanças que podem ser feitas. Desde a criação do Prohaiti ingressaram 64 haitianos; em 2016/1 havia 37 estudantes haitianos matriculados, demonstrando que a evasão, até o momento, é de, aproximadamente, 24%. Em 2017, no segundo semestre, havia 50 haitianos na UFFS.

Colocamos em pauta também a questão do trabalho, a maioria que está atuando nas agroindústrias parece não gostar do que faz. Em alguns momentos dão a entender que acham o trabalho exaustivo e que se encontram em situação de exploração. Tal entendimento é referido da seguinte forma por um dos entrevistados: "a empresa do

Chapecó [...] e outro do Brasil pensa pra receber haitiano pra trabalhar como escravo." (E04, informação verbal).

Em 2017/2, além de Chapecó, outros três campi abriram vagas, a saber: Campus Chapecó: Pedagogia (10), Administração (2) Agronomia (2), Ciência da Computação (2), Ciências Sociais (2), Engenharia Ambiental (2), Filosofia (2), Geografia (2), História (2), Letras (2), matemática (2); Campus Erechim: Pedagogia (2) Agronomia (2), Arquitetura e Urbanismo (2), Ciências Sociais (2), Engenharia Ambiental (2), Filosofia (2), Geografia (4), História (2); Campus Laranjeiras do Sul: Pedagogia (2), Agronomia (2), Ciências Econômicas (2), Engenharia de Alimentos (2), Engenharia de Aquicultura (2), Interdisciplinar Educação do Campo (2); e Campus Realeza: Ciências Biológicas (2), Física (2), Letras (2), Medicina Veterinária (2), Nutrição (2), Química (2) (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2017).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecemos um pouco da história sobre o Haiti, verificamos como ocorre o acolhimento e a inserção desses imigrantes na UFFS, levantamos como os haitianos têm percebido esse novo contexto em suas vidas, bem como os problemas enfrentados por eles a fim de proporcionar subsídios ao Prohaiti, que está em processo de avaliação. Os resultados preliminares apontam para a necessidade de elaborar projeto/programa Prohaiti, uma vez que é regido por resoluções e editais e precisa ser legitimado como política pública. Da mesma forma, pelos relatos de estudantes e de gestores, devem ser criadas estratégias de enfrentamento mais eficazes para que a permanência de haitianos na universidade não seja inviabilizada pelo fato de serem estudantes trabalhadores, pelas atitudes racistas de parte da comunidade acadêmica ou pelas barreiras linguísticas.

A existência do Prohaiti na UFFS é vista como uma grande oportunidade para os haitianos, para os familiares que ficaram no Haiti e também para gestores da UFFS, em razão das trocas culturais entre brasileiros e haitianos e da própria internacionalização da

universidade. Essa nova realidade exige adaptações, pois as dificuldades existem e permanecer aqui é um desafio para todos. O Prohaiti ainda tem como foco o acesso, e precisa avançar em questões de permanência, sendo um dos grandes desafios desse programa.

Os principais problemas enfrentados pelos haitianos, referentes a essa nova vida, remetem ao fato de terem que trabalhar e estudar, bem como limitações com o idioma, que dificultam a integração e a socialização com colegas e a sociedade chapecoense. O preconceito na região é grande pelo fato de serem estrangeiros e negros, e certos comportamentos e atitudes refletem atitudes racistas, causando constrangimentos e frustrações para os haitianos, pois são alvos de discriminação étnica e racial e estão expostos a diferentes formas de violência dos direitos humanos no seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALESSI, B. L. M. A Migração de Haitianos para o Brasil. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 82-86, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjuntura-global/files/2013/04/AMigra%C3%A7%C3%A3o-de-Haitianos-para-o-Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BBC BRASIL. Pesquisa revela constante racismo a imigrantes no Brasil. **Terra**, 26 ago. 2015. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/racismo-contr-imigrantes-no-brasil-e-constante-diz-pesquisador,95b70f30578db585a2713f9eac303f16zdlkRCRD.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. **Lei n. 6.815**. Conselho Nacional de Imigração. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. (Alterada pela Resolução Normativa nº 102/2013). Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/54e748424.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CRISE faz haitiano trocar Brasil pelo Chile. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 maio 2016.

DIAMOND, J. **Colapso**: como as sociedades escolhem os fracassos ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ÊXODO: Entenda a crise migratória no Mundo. Produzido por 10 MINUTES, 02 set. 2015. Vídeo. (10 min). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=iCbMaPGulCI>>. Acesso em: 01 out. 2015.

GRANADA, D. et al. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface, comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 285-296, 2017.

IBGE. **Estimativas de população para 1º de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 30 maio 2016.

KLEIN, S. H. Migração Internacional na história das Américas. IN: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. cap. 2, p. 13-32. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=sFEuUUyJrSEC&printsec=frontcover&dq=Imigra%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CCYQ6AEwAmoVChMIz5G-janyAIVAYkQCh0klQa=-#v=onepage&q=Imigra%C3%A7%C3%A3o&f=false>>. Acesso: 21 set. 2015.

MAGALHÃES, L. F. A. **A Imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sóciodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 322 p. Tese (Doutorado em Demografia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

MARTINS, M. O Haiti não é aqui. **Carta Capital**. São Paulo, nov. 2015.

MINAYO, M. C. de (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/images/proppg/CNS__RESOLUAO_466_PESQUISA_EM_HUMANOS__DO__13_06_13_1.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2015.

MUNDO tem 232 milhões de migrantes internacionais, calcula ONU. **ONUBR**, 11 set. 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mundo-tem-232-milhoes-de-migrantes-internacionais-calcula-ONU/>> Acesso em: 11 out. 2015.

RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. **30 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: CL-A Cultural, 2011.

RENK, A. A. **Dicionário nada convencional**. Chapecó: Grifos, 1997.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, a. 1, n. 1, jul. 2009.

SEITENFUS, R. **HAITI: Dilemas e Fracassos Internacionais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

TÉLÉMAQUE, J. **Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações**. 2012. 95 p. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TREVISOL, J. V. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, J. Carlos; VALENTINI, J. Delmir; ZARTH, A. Paulo (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015. cap. 16, p. 333-352.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Ata da 11ª Sessão Ordinária do CONSUNI**. Chapecó, dez. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Edital n. 1097/GR/UFFS/2017**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/disponivel-edital-do-processo-seletivo-especial-para-estudantes-haitianos-2013-prohaiti>. Acesso em: 14 dez. 2017.

VALLER, F. W. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007.

ZENI, K.; FILIPPIM, S. E. Migração haitiana para o Brasil: Acolhimento e políticas públicas. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 11-27, abr./jun. 2014.



Capítulo IV

O SISTEMA DE SAÚDE DO HAITI¹

Pauliny Junior Moi-meme²
Roger Dos Santos Rosa³

1 HAITI: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PAÍS

A República do Haiti, conhecida como a Pérola das Antilhas,⁴ está localizada no Caribe, ao Leste da República Dominicana, compartilhando a Ilha de Haiti. Apresenta uma área de 27.750 km², predominantemente montanhosa. A população haitiana, em 2015, era de 10,9 milhões de habitantes, e está majoritariamente (37%) concentrada na região metropolitana do País (HAITI, 2015).

Figura 1 – Mapa da República do Haiti



Fonte: Mapa Mundi (2017).

¹ Este texto é parte da Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGCol) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em junho de 2017.

² Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Doutor em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Nome dado a Santo Domingo, antiga colônia da França, pelos colonos em razão da enorme quantidade de açúcar que se produzia na ilha. Também expressão utilizada nos anos 1960 quando o Haiti estava no apogeu da indústria do turismo.

Pessoas com menos de 15 anos representam 36,5% da população, aqueles com idade entre 15 e 64 anos são 58,3%, enquanto a população com 65 anos ou mais, 5,1%. Metade da população de todo o País é composta por mulheres. Essa pequena diferença é observada para todas as idades ativas, particularmente entre 10 e 39 anos (HAITI, 2015).

Segundo o Banco Mundial (2015), o Haiti é classificado como um país de baixo rendimento, com um Produto Interno Bruto (PIB) de 8,7 bilhões de dólares americanos, renda bruta per capita de US\$ 812 em 2014 e esperança de vida ao nascer de 63 anos em 2013. Um total de 58,3% da população haitiana vive abaixo da linha de pobreza. Em 2014, a taxa de crescimento do PIB foi de 2,7%, e a inflação, de 4,6%. A economia, após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, busca paulatinamente a estabilidade e o crescimento. Os resultados, após seis anos, parecem pouco evidentes, mas um progresso considerável tem sido feito na educação, na moradia, na infraestrutura urbana e no turismo. No entanto, muitos desafios permanecem, e os progressos em algumas áreas continuam a ser limitados para um impacto significativo no desenvolvimento e na redução da pobreza.

Até o final do século XX, a economia do País era essencialmente agrícola, mas em torno da primeira década do século XXI, diante dos problemas de erosão dos solos, da falta de infraestruturas adequadas e de investimento sustentável no setor e da balança importação-exportação deficitária, o setor agrícola tem sido muito afetado, desvalorizado e não priorizado, mas ainda representa cerca de 26% do PIB. Segundo a *Chambre de Commerce et de l'Industrie d'Haiti* (CCIH) (2015), os principais produtos exportados pelos diferentes setores da atividade econômica são cacau, café, manga e óleos essenciais, além de produtos da indústria de transformação, da indústria têxtil e o artesanato. Para preencher as lacunas causadas pelo mau desempenho da produção nacional, a importação da maioria dos produtos de necessidades básicas, como o arroz, produtos de petróleo e derivados, é muito elevada (CHAMBRE DE COMMERCE ET DE L'INDUSTRIE D'HAITI, 2015).

Nos aspectos sociais, o Banco Mundial (2015) coloca o Haiti como um dos países com maior desigualdade social no mundo,

com índice de Gini de 0,61 em 2012. A maioria dos haitianos vive em situação precária, com menos de US\$ 2 por dia. O acesso à educação, à saúde, à água potável e à energia de forma global e universal continua sendo um grande desafio para as gerações futuras. Os resultados da pesquisa *Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services V (EMMUS V)*, a maior pesquisa no setor saúde no Haiti, mostraram que 74% das mulheres e 79% dos homens são alfabetizados, e apenas 15% das mulheres e 9% dos homens de 15 a 49 anos não têm nível de instrução (CAYEMITTES et al., 2013).

A mesma pesquisa mostra, além disso, uma forte desigualdade de sobrevivência entre os mais ricos e os mais pobres. Assim, para a saúde materna e infantil, por exemplo, as taxas de mortalidade neonatal e pós-natal atingem, respectivamente, 32/1.000 e 30/1.000 entre os 20% mais pobres, em comparação com 27/1.000 e 24/1.000 entre os 20% dos mais ricos. O risco de morrer entre o primeiro e o quinto aniversário é quase quatro vezes maior entre os 20% mais pobres (44/1.000) do que entre os 20% mais ricos (12/1.000). Quase dois terços da população (61%) vive em comunidades dispersas, o que enfraquece as estratégias de atendimento (CAYEMITTES et al., 2013).

2 PERFIL DE SAÚDE DO HAITI

As principais causas de morbidade são doenças infecciosas transmissíveis (tuberculose e outras infecções agudas respiratórias e crônicas, HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, doenças como filarios, malária, dengue); doenças de origem hídrica; zoonoses, como o antrax (especialmente prevalente em algumas regiões do País, como Cul de Sac e Baintet) e a raiva humana; doenças crônicas (cardiovasculares, neoplasias e diabetes); e traumas (HAITI, 2013).

As doenças cardiovasculares e as neoplasias, devido a sua incidência e prevalência cada vez maiores, tornaram-se uma preocupação crescente de saúde pública, sugerindo que o Haiti está passando por uma transição epidemiológica (HAITI, 2013). A seguir

apresentam-se alguns indicadores de morbidade que ajudam a compreender a situação haitiana:

- a) prevalência da HIV/AIDS: 2,2%;
- b) incidência de tuberculose: 132 / 100.000;
- c) prevalência de tuberculose: 306 / 100.000 habitantes;
- d) prevalência de infecções respiratórias agudas (IRA) em crianças: 20,4%. (As IRAs estão no topo da lista nos últimos quatro anos, seguidas por malária, anemia e parasitoses intestinais);
- e) prevalência de malária: 4,9%;
- f) prevalência de dengue clássica: 0,72 / 100.000 habitantes;
- g) neoplasia em mulheres com 15 anos ou mais: 1417 / 100.000, de 1980 a 1990.

Os dados anteriormente apresentados são do Plano Diretor de Saúde 2012-2022, mas existe uma variabilidade de um documento dito oficial para outro que demonstra também a inconsistência do sistema de informação sanitária. Os padrões de doenças específicas do sexo feminino são dominados por infecções relacionadas à HIV/AIDS, doenças oportunistas, deficiências nutricionais, patologias relacionadas à gravidez e ao puerpério.

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a taxa bruta de mortalidade em 2012 era de 8,7/1.000 habitantes, e a esperança de vida para o mesmo ano de 62,7 anos. A taxa de fecundidade, segundo a mesma fonte, era de 3,2 no mesmo ano era (UNICEF, 2012). No que diz respeito às causas específicas de mortalidade, a mortalidade infantil deve-se especialmente às diarreias, às infecções respiratórias agudas e às deficiências nutricionais. De acordo com estimativas das Nações Unidas, a mortalidade materno-infantil é de 350 por 100 mil nascidos vivos.

A primeira causa de mortalidade nos adultos é a hipertensão arterial, seguida pela HIV/AIDS e diarreia aquosa (HAITI, 2013). A alta morbimortalidade das doenças ditas da pobreza tem contribuído

para a manutenção do círculo vicioso da pobreza no Haiti pelo fato de que os jovens são os mais afetados, com perda de dias de trabalho, provocando efeitos danosos sobre a economia nacional.

3 O SISTEMA DE SAÚDE DO HAITI

O direito à saúde da população é reconhecido pela Constituição do Haiti, que em seu artigo 23 afirma: "O Estado está vinculado à obrigação de fornecer os meios para assegurar uma proteção adequada a todos os cidadãos e também a manutenção e restauração da sua saúde, fornecendo as infraestruturas necessárias." (HAITI, 1987). Essa tarefa é delegada ao Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP), que norteia suas ações à luz da Política Nacional de Saúde por ele elaborada em consulta com outros setores e conforme a política geral do governo central. O Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP), desde 1996, nas suas políticas, reconhece que todos os haitianos têm o direito fundamental a cuidados de saúde preventiva e curativa de qualidade, sem discriminação.

3.1 POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE (PNS)

No Haiti existe uma Política Nacional de Saúde que norteia as ações do governo. Segundo o MSPP,

A Política Nacional de Saúde (PNS) é a expressão das políticas e visão do estado no setor da saúde, que inclui as orientações gerais as quais todos os envolvidos no sistema devem seguir, independentemente do seu estatuto (privado, público ou misto). A PNS é desenvolvida de acordo com a missão do MSPP respeitando a visão do Estado e tendo em conta as prioridades para atender às necessidades reais da população. Portanto, a PNS é a ferramenta prevista para guiar o sistema. (HAITI, 2013, tradução nossa).

A PNS tal como se conhece hoje em dia, apesar dos ajustes em razão das mudanças na situação sanitária, é fruto da luta popular dos

anos 1980 que levou ao fim da ditadura. A primeira Política Nacional de Saúde foi publicada em 1982 sob o nome *Grandes orientações do Ministério de Saúde Pública e da População* e foi mantida, apesar dos distúrbios políticos e das mudanças no poder, até o ano 1991 (BIJOU, 2008). A política nacional de saúde tende a honrar um preceito da Constituição 1985 que consagra o direito do povo à saúde, aos serviços sociais e à moradia decente. Então, a política nacional sempre buscará dar satisfação aos ideais da Constituição e alinhar seus objetivos com a realidade socio sanitária nacional, regional e global.

3.2 COMPONENTES DO SISTEMA DE SAÚDE

O sistema é composto de: elementos superestruturais, especialmente como a política nacional de saúde; elementos estruturais, encontrados em diferentes níveis institucionais; e componentes da infraestrutura, que incluem as instituições prestadoras de serviços. Os setores público, privado e misto são os três estatutos possíveis de entidades que operam nesse sistema cuja regulação é assegurada pelo Ministério da Saúde.

3.3 PRINCÍPIOS BÁSICOS DO SISTEMA DE SAÚDE

Com o objetivo de cumprir sua missão, o MSPP se baseia em certos princípios básicos que constituem as diretrizes das suas ações:

- a) entende-se por Universalidade a garantia a todos os haitianos de um acesso fácil à rede de serviços;
- b) o princípio da Integralidade garante cuidados de saúde a cada indivíduo de forma abrangente;
- c) o princípio da Equidade pretende oferecer aos usuários um serviço de saúde com qualidade similar, independentemente do seu lugar de residência e situação socioeconômica;
- d) o princípio da Qualidade obriga os prestadores a fornecer um serviço de alta qualidade.

3.4 ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DE SAÚDE PÚBLICA E DA POPULAÇÃO (MSPP)

O Decreto-Lei de 05 de janeiro de 2006, no jornal *Le Moniteur* (Jornal Oficial da República do Haiti) traz a informação sobre a organização e o funcionamento do MSPP. O MSPP é o órgão do Poder Executivo responsável pela formulação da Política Nacional de Saúde, como parte da política geral definida pelo Chefe do Governo. O Ministério garante a regulação e o controle de qualquer ação pública ou privada no setor da saúde.

Ao abordar esse aspecto do sistema de saúde do Haiti, devemos considerar que o sistema está no centro de algumas mudanças para melhorar o desempenho e a governança e, dessa forma, tornar-se mais eficiente e com melhoria do atendimento aos usuários. Contudo, os esforços feitos pelo Ministério de Saúde Pública para que sejam efetivas as reformas organizacionais têm sido bloqueados no parlamento haitiano.

O Ministério de Saúde e da População faz parte da Administração Central, mais especificamente dos Órgãos do Poder Executivo. Para levar a cabo sua missão, a estrutura organizacional do Ministério da Saúde Pública e da População foi claramente definida no Decreto-Lei de 5 de janeiro de 2006. A estrutura do Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP) compõe-se de:

- a) Escritório do Ministro;
- b) Direção Geral;
- c) Direções Centrais;
- d) Unidades de Coordenação Centrais;
- e) Direções Departamentais;
- f) Coordenações das Unidades Municipais da Saúde.

3.4.1 Escritório do Ministro

O Escritório do Ministro compreende as seguintes estruturas de apoio: o Gabinete do Ministro e sua secretaria particular. O Gabinete

é um órgão de concepção, de reflexão e de conselho, cuja missão é assistir ao Ministro na formulação e na aplicação da política setorial (política de saúde) do Ministério. De outro lado, a secretaria particular do Ministro é encarregada de todas as questões administrativas do Ministro e garante, ao mesmo tempo, o monitoramento destas.

3.4.2 Direção Geral

A Direção Geral está sob a subordinação do Ministro e é um órgão de gestão, de monitoramento, de coordenação, de controle das diferentes unidades, direções e dos serviços territoriais desconcentrados que têm a missão de implementar as políticas setoriais do Ministério. É encabeçada por um profissional que deve ter ampla experiência em saúde pública, conhecido como Diretor Geral, e suas atribuições são definidas por leis. Para cumprir sua missão, a Direção Geral é apoiada pela seguinte estrutura:

- a) Secretaria;
- b) Unidade de Apoio à Descentralização Sanitária (UADS);
- c) Unidade de Programação e de Avaliação (UPE);
- d) Unidade Jurídica.

A Direção Geral também é responsável pelo Centro de Informação e de Formação em Administração da Saúde, dos Hospitais Universitários (HU), das Direções Centrais Técnicas e Administrativas, as quais totalizam 11, e das Direções Desconcentradas, que são 10, correspondentes ao número de departamento geográfico.

3.4.3 Direções Centrais

As Direções Centrais, divididas em Direções Técnicas e Direção Administrativa, são em número de 10 no Ministério da Saúde.

As Direções Técnicas são:

- a) População e de Desenvolvimento Humano;
- b) Organização dos Serviços de Saúde;
- c) Formação e de Aperfeiçoamento nas Ciências da Saúde;
- d) Saúde da Família;
- e) Cuidados de Enfermagem;
- f) Promoção da Saúde e da Proteção do Meio Ambiente;
- g) Farmácia, do Medicamento e da Medicina Tradicional;
- h) Epidemiologia, de Laboratório e de Pesquisa.

A Direção Administrativa está composta por:

- a) Direção de Administração e do Orçamento;
- b) Direção dos Recursos Humanos.

3.4.4 Unidades de Coordenação Central

Unidade de Coordenação das Doenças Infecciosas e Transmissíveis, DTS/HIV/SIDA, Tuberculose, Malária, Filariose Linfática, Hanseníase.

Essa Unidade está dividida em quatro outras unidades técnicas de coordenação:

- a) DTS/HIV/SIDA, Tuberculose, Malária e Filariose Linfática, Hanseníase;
- b) Unidade de Coordenação Nacional do Programa de Vacinação;
- c) Unidade de Coordenação Nacional de Programa de Nutrição;
- d) Unidade de Coordenação de Seguridade dos Hospitais.

A Lei Orgânica define a função de cada entidade e as missões específicas de cada unidade e direção.

3.4.5 Direções Departamentais

As Direções dos Departamentos Sanitários são entidades desconcentradas do *Ministère de la Santé et de la Population* (MSPP) e correspondem à subdivisão territorial do país. Suas atribuições principais são:

- a) aplicar a política sanitária do Governo em nível regional;
- b) planificar as ações necessárias para a implementação das políticas definidas pelo Ministério de Saúde;
- c) garantir, em colaboração com os demais atores (Direção dos Hospitais Departamentais e Comunitários de Referência, as Coordenações dos UCS, as Equipes técnicas), o fornecimento de cuidados preventivos e curativos tal como definidos pelo MSPP;
- d) coordenar, supervisionar e controlar instituições sanitárias públicas e privadas além das Organizações Não Governamentais que trabalham abaixo da sua jurisdição.

Os Departamentos sanitários estão compostos de:

- a) Escritório Departamental;
- b) Hospital Departamental;
- c) Coordenações das Unidades Municipais de Saúde;
- d) Hospitais Municipais de Referência;
- e) Estabelecimento de saúde de atenção básica (agente de saúde, voluntários, dispensários, centro de saúde com ou sem leito).

No marco das transformações estruturais pelas quais passa o sistema de saúde haitiano, o MSPP apresenta (em uma estrutura administrativa menor que as Direções Departamentais) as Coordenações das Unidades Distritais de Saúde, conhecido com a sigla UAS, unidades são hoje consideradas como "o micro sistema de base do novo modelo."

(HAITI, 2015). A implementação das Coordenações das Unidades Distritais de Saúde é um processo que, na maioria dos Distritos, ainda está na fase de estagnação devido à falta de vontade política.

3.5 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO

A estrutura do sistema de cuidados tem como níveis: primário, secundário e terciário, com um grau de complexidade gradiente.

3.5.1 Nível Primário

O nível primário é dividido em três níveis denominados *Echelon*.

O Nível 1 inclui o *Centro Comunitário de Saúde* (CCS), situado no bairro e/ou na seção municipal e mais frequentemente nas regiões rurais. Oferece serviços básicos (curativo, promoção e prevenção) de saúde a uma população de cinco a seis mil pessoas. A enfermeira ou técnica de enfermagem é o profissional mais qualificado no CCS e supervisiona o trabalho dos Agentes Polivalentes Comunitários de Saúde (ASCP, na sigla em francês).

O Nível 2 refere-se ao *Centro de Saúde*. Existem duas variantes: um rural e outro semiurbano. Fornecem cobertura a uma população de 25 a 30 mil habitantes e têm capacidade de 10 a 15 leitos. Os profissionais com o nível mais qualificado são médicos gerais e enfermeiros.

O Nível 3 é o *Hospital Comunitário de Referência*. O tipo do hospital vai depender do tamanho do distrito e do nível de estruturação urbana do município. Exerce uma função de apoio ao Centro de Saúde e sua equipe, tem um nível maior de resolutividade e com uma gama de serviços de saúde mais ampla. Tem uma capacidade de cinquenta leitos e serve uma população de 250 a 300 mil pessoas.

O Pacote de Serviços Essenciais (PSE)⁵ que oferece o MSPP a esse nível é fornecido por instituições de natureza pública, privada com fins lucrativos, privada sem fins lucrativos (principalmente

⁵ Trata-se de um conjunto de intervenções essenciais, integrado e escolhido entre os mais eficazes que o Estado, em razão dos recursos disponíveis; compromete-se a se

Organizações Não Governamentais (ONGs) e os classificados como “misto”, em que setor público e privado operam em co-gestão da instituição para atender às necessidades de saúde da população.

3.5.2 Nível Secundário

Faz referência principalmente ao Hospital Departamental, que é estrutura fundamental para a referência desde o nível primário. O Hospital departamental se localiza na capital do Departamento, abrange uma população de 450 a 550 mil pessoas. Sua capacidade resolutiva abarca os quatro serviços de base (Pediatria, Cirurgia, Ginecologia e Obstetrícia e Medicina Interna), bem como as subespecialidades.

3.5.3 Nível Terciário

Agrupa os hospitais universitários⁶ e outras instituições de saúde especializadas.

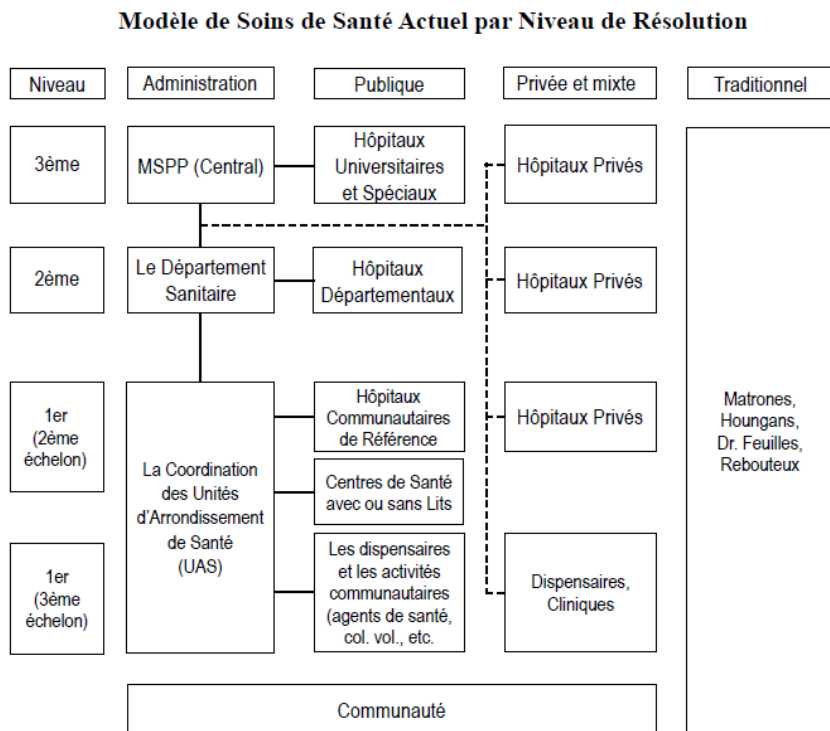
Esse sistema de atendimento é encabeçado por um sistema administrativo que, de igual maneira, é dividido em três níveis. O Nível 1 é representado pelas Coordenações das Unidades Distritais de Saúde. O Nível 2 é assegurado pela Direção do Departamento Sanitário. Finalmente, o Nível 3 correspondente ao nível central, ou seja, o Ministério de Saúde Pública e da População.

O Diagrama 1 esquematiza a estrutura do Ministério de Saúde em suas duas vertentes: nível administrativo e nível de complexidade e resolutividade.

colocar à disposição de toda a população, no objetivo de melhorar o nível de saúde. Cabe destacar também que os serviços incluídos nos Pacotes Essenciais de Serviços nem sempre estão presentes no sistema público.

⁶ Evidentemente, há enormes diferenças entre um hospital universitário (HU) no Haiti e um hospital universitário no Brasil. No Haiti, os HU abrangem as referências no conjunto do território nacional, e com as especialidades e subespecialidades das mais frequentes, faltando estruturas e recursos humanos.

Figura 2 – Estrutura do MSPP segundo nível de resolatividade e administrativa



Fonte: Haiti (2013).

Cabe destacar que o setor de saúde no Haiti compreende também um setor privado de atendimento, bem forte ao lado do setor público, e não menos importante que um setor de medicina "tradicional" (popular).

Segundo o Relatório sobre as Instituições Sanitárias do MSPP, em 2011, o Sistema contava com 908 instalações sanitárias distribuídas da seguinte forma: 278 instituições públicas (30,6%), 419 instituições privadas (46,1%) e 211 instituições mistas (23,2%) (HAITI, 2012).

O Governo do Haiti fornece serviços de saúde que atingem apenas parte da população. Segundo Cayemittes et al. (2007), essa parte coberta representa somente 60% da população haitiana. A situação obriga a população a procurar outras fontes de prestação de serviços de saúde. Os habitantes da área urbana que têm capacidade

econômica utilizam o setor privado, enquanto o estrato mais baixo, que vive na área rural, recorre às vezes à medicina tradicional.

3.6 FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO HAITI

O Haiti, ao final da primeira década do século XXI, enfrentou muitos problemas como catástrofes naturais e tumultos políticos que afetaram de forma substancial o crescimento econômico, o que, por sua vez, acentua ainda mais as desigualdades, inequidades e ineficiências no setor. O País estagnou em um imbróglcio de corrupção e subdesenvolvimento que, ao longo dos anos, afetou muito a parcela de recursos econômicos destinados à saúde.

O setor da saúde é subfinanciado, sobretudo quando se compara com países com o mesmo Produto Interno Bruto (PIB). As despesas em saúde no Haiti correspondiam em 2010 de 8 a 9,6% do PIB. No que diz respeito aos gastos totais em saúde por habitante, depois de período estacionário entre 1995 até 2002, cresceu muito em 2010 em decorrência do terremoto (durante aquele momento o Haiti foi beneficiário da generosidade da ajuda internacional) e até 2013 chegava a 160 dólares internacionais.

Entretanto, parte do gasto público em saúde conhece, logo após, um declínio notável. Segundo uma nota informativa do MSPP sobre as despesas em saúde, a parte que o Estado gasta na segunda metade dos anos 1990 situava-se em torno de 30 a 40%, entre 20 e 30% nos anos 2000 a 2011, para passar a ser inferior a 10% em 2012, especificamente 9%, e 8% em 2013.

A seguir, descreve-se como o sistema de saúde do Haiti é financiado. A fonte de informações é o Relatório das Contas Nacionais de Saúde 2010-2011 (Compte Nationaux de Santé 2010-2011). Assemelha-se a uma ouvidoria interna das despesas do MSPP. Segundo o Relatório, os fundos para o financiamento do sistema de saúde em Haiti provêm de três fontes: famílias; Estado (público); e cooperação externa.

3.6.1 O financiamento do setor público

As fontes são os impostos cobrados sobre as famílias e as empresas, independentemente do tamanho. Parte dos valores arrecadados é atribuída a instituições públicas incumbidas de financiar ou prestar serviços de saúde à população. O orçamento do MSPP é o canal por meio do qual os fundos são administrados para garantir a entrega de serviços de qualidade a toda a população.

3.6.2 O financiamento da cooperação externa

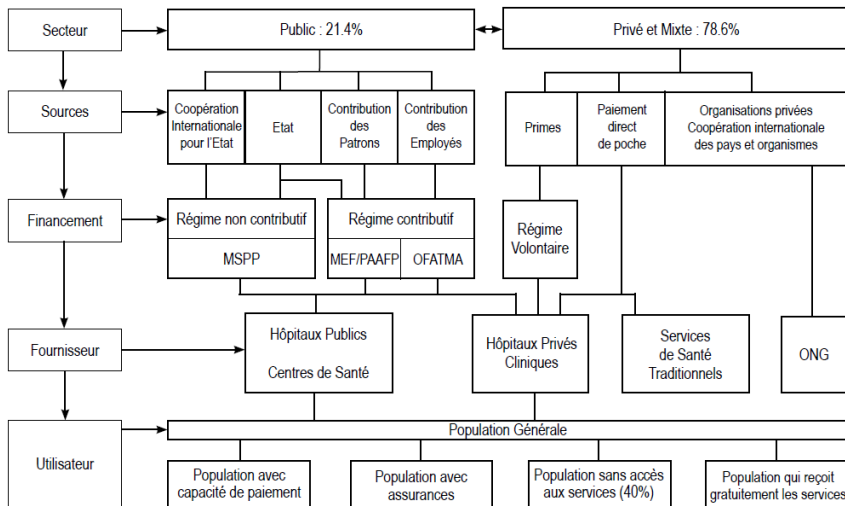
O sistema de saúde do Haiti tem uma dependência crônica da ajuda externa. Mais de uma dúzia de doadores estabeleceram parceria com o MSPP através de doações e empréstimos. Eles intervinham tanto com despesas de capital quanto com despesas correntes, e são os principais parceiros de financiamento dos programas prioritários (Tuberculose, HIV/SIDA, saúde reprodutiva, programa de vacinação, Malária, atenção integrada às doenças da infância, nutrição, Cólera, etc.). Os Fundos de Cooperação Externa (empréstimos ou doações) provêm de fontes bilaterais e multilaterais. O financiamento é canalizado por intermédio de agências doadoras bilaterais, algumas das quais tratam diretamente com o estado e outras com organizações não governamentais (ONGs), enquanto o financiamento multilateral transita através de agências das Nações Unidas que, na maioria das vezes, cooperam diretamente com os fornecedores.

3.6.3 O financiamento das famílias

As despesas das famílias no financiamento da saúde no Haiti são consideráveis. Elas intervêm por meio de pagamentos diretos no momento da aquisição de serviços, que podem ser um obstáculo ao acesso. A utilização do seguro como um serviço de pagamento indireto ocorre por meio de contribuições das companhias de seguros. Os custos dos cuidados para as famílias são menores em instituições

públicas do que em estruturas privadas. A maior parte das despesas das famílias é dedicada à compra de medicamentos e honorários médicos em instituições privadas. No Diagrama 2 apresenta-se a estrutura do financiamento do Sistema de Saúde do Haiti.

Diagrama 2 – Estrutura de financiamento do Sistema de Saúde do Haiti



Fonte: Haiti (2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP), desde 1996, reconhece por meio de suas políticas públicas que todos os haitianos têm o direito fundamental a cuidados de saúde preventiva e curativa de qualidade, sem discriminação. Sobre o perfil de saúde da população haitiana pode-se dizer que doenças infecciosas transmissíveis, doenças de origem hídrica, zoonoses, doenças crônicas e traumas são as principais causas de morbidade. As doenças cardiovasculares e as neoplasias tornaram-se preocupação crescente de saúde pública, devido à transição epidemiológica pela qual o Haiti passa.

A Política Nacional de Saúde (PNS) é fruto de movimentos populares dos anos 1980 que contribuíram com o fim da ditadura.

Ao abordar esse aspecto do sistema de saúde do Haiti, devemos considerar que o sistema está no centro de algumas mudanças para melhorar a eficiência e a eficácia do atendimento aos usuários. Contudo, os esforços do Ministério de Saúde Pública e da População – para que sejam efetivas as reformas organizacionais – encontraram resistências no parlamento haitiano.

Em termos de estrutura, o MSPP apresenta: Escritório do Ministro, Direção Geral, Direções Centrais, Unidades de Coordenação Centrais, Direções Departamentais e Coordenações das Unidades Municipais da Saúde. A organização do sistema de assistência tem três níveis primário, secundário e terciário, com um grau de complexidade gradiente. Cabe destacar que o setor de saúde no Haiti compreende também o setor privado, que é bem forte; e não menos importante, há a medicina “tradicional” (popular), muito praticada pela população.

O financiamento do sistema de saúde do Haiti provém de três fontes: das famílias, do Estado (público) e da Cooperação Externa. Em relação ao financiamento público, parte dos valores arrecadados (impostos e taxas) é remetida a instituições públicas incumbidas de financiar ou prestar serviços de saúde à população. Importante registrar que o sistema de saúde do Haiti tem grande dependência crônica de ajuda externa e que as despesas das famílias no financiamento da saúde no Haiti são consideráveis.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: aspectos gerais. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>>. Acesso em: 15 maio 2016.

BIJOU, A. M. J. **Evolution de la Santé Publique en Haïti de 1974 à 2004**. Port-au-Prince, 2008. Disponível em: <<http://josettebijou.blogspot.com.br/2008/08/evolution-de-la-sant-publique-de-1974.html>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

CAYEMITTES, M. et al. **Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services, Haïti, 2005-2006**. Calverton, Maryland, USA: Ministère de la Santé Publique et de la Population, Institut Haïtien de l'Enfance et Macro International Inc., 2007.

CAYEMITTES, M. et al. **Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services, Haïti, 2012**. Calverton, Maryland, USA: MSPP, IHE et ICF International, 2013.

CHAMBRE DE COMMERCE ET DE L'INDUSTRIE D'HAÏTI. **Le secteur agricole**. Port-au-Prince, 2015. Disponible em: <<http://www.ccih.org.ht/home/le-secteur-agricole>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

HAÏTI. **Le Corps Législatif**. La Constitution de la République d'Haïti de 1987 amendée. Port-au-Prince, 1987.

HAÏTI. Ministère de la Santé Publique et de la Population. **Le Paquet Essentiel de Services**. Port-au-Prince, out. 2015. Disponible em: <<http://mspp.gouv.ht/site/downloads/Manuel%20du%20PES%20Lancement%201er%20Septembre%202016.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2017.

HAÏTI. Ministère de la Santé Publique et de la Population. **Plan directeur de Santé 2012-2022**. Port-au-Prince, 2013. Disponible em: <<http://www.mspp.gouv.ht/site/downloads/Plan%20Directeur%20de%20Sant%C3%A9%202012%202022%20version%20web.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

HAÏTI. Ministère de la Santé Publique et de la Population. **Rapport Des etats généraux de la santé**, Port-au-Prince, 16-19 janvier. 2012. Disponible em : <[http://www.mspp.gouv.ht/site/downloads/Rapport%20des%20Etats-G%C3%A9n%C3%A9raux%20de%20la%20Sant%C3%A9%20\(2012\).pdf](http://www.mspp.gouv.ht/site/downloads/Rapport%20des%20Etats-G%C3%A9n%C3%A9raux%20de%20la%20Sant%C3%A9%20(2012).pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2015.

HAÏTI. Ministère de la Santé Publique et de la Population. **Rapport des Comptes Nationaux de Santé 2010-2011**. Port-au-Prince, 2013. Disponible em: <<http://www.mspp.gouv.ht/site/downloads/Comptes%20Nationaux%20de%20Sante.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância**. Haïti, statistique. Disponible <http://www.unicef.org/french/infobycountry/haiti_statistics.html>. Acesso em: 30 abr. 2016.



Capítulo V

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM O HAITI¹

Joyce Mendes de Andrade Schramm²

Stela Nazareth Meneghel³

Erica Kastrup⁴

Alcindo Antônio Ferla⁵

Ricardo Burg Ceccim⁶

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os primeiros agentes de provisão de serviços de saúde em caráter filantrópico além-fronteiras foram as missões religiosas, principalmente católicas, iniciadas no século XIX, que, com o objetivo de evangelizar os povos nativos das Américas, África e Ásia, realizavam ações humanitárias, construindo hospitais e clínicas e realizando assistência (ROEMER, 1993).

Também no século XIX nasceu a primeira iniciativa de provisão de serviços de saúde internacional coordenada por pessoas da sociedade civil. A Cruz Vermelha foi fundada em 1863 na Suíça com o objetivo de prestar assistência a soldados feridos independentemente de sua nacionalidade, num espírito filantropo-humanitário. Nos anos seguintes outros países europeus formaram as sociedades da Cruz Vermelha que, posteriormente passaram a prestar serviços também em situações de desastres naturais, incêndios e outros. Em 1919 essas unidades nacionais se associaram e fundou-se a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, que hoje conta com representação em cerca de 164 países.

¹ Agradecemos a todos os profissionais de saúde que participaram do Curso de Formação em Vigilância da Saúde promovido pela Cooperação Brasileira no Haiti.

² Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouc – Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos da Fundação Oswaldo Cruz; joyce.mendes.andrade@gmail.com

³ Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; stelameneghel@gmail.com

⁴ Analista de gestão em cooperação internacional na Fiocruz; ericakastrup@gmail.com

⁵ Professor Adjunto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ferlaalcindo@gmail.com

⁶ Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; burgceccim@gmail.com

Outras instituições filantrópicas privadas são historicamente conhecidas em suas ações no âmbito da saúde internacional, como a Fundação Rockefeller, que teve ampla atuação nas primeiras décadas do século XX, na assistência e na educação em saúde pública, assim como as fundações Kellog e Ford, em momentos posteriores no século XX. A despeito dos programas e atividades empreendidos por essas organizações, há controvérsias quanto aos reais objetivos de suas intervenções, já que elas contribuíram para a defesa dos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos (FRANCO-AGUDELO, 1984).

A proliferação de organizações da sociedade civil encarregadas de realizar ações de caráter social, conhecidas como organizações não governamentais (ONGs) ocorreu nos anos 1990 com a expansão da globalização, do neoliberalismo e dos princípios de reforma do Estado, no momento em que também se finalizava a Guerra Fria e os temas sociais ganhavam relevância na agenda internacional (MEIRELES; EL-AOUAR, 2002; ALMEIDA et al., 2010). Embora não haja uma definição precisa no direito internacional, as ONGs são organizações privadas sem fins lucrativos com o objetivo de utilidade social criadas por pessoas físicas que atuam local, nacional ou internacionalmente, no último caso sem prescindir de um decreto ou tratado entre países. Atuam em diversos setores da agenda social, ambiental ou econômica realizando atividades diversas como ativismo político, assistência humanitária pós-desastres, oferta de serviços de saúde, atividades educativas, entre outras. No campo da cooperação internacional, são, muitas vezes, responsáveis por realizar atividades em territórios vulnerabilizados, com ações financiadas por um sistema de ajuda ao desenvolvimento que tem como financiadores agências internacionais como o Banco Mundial, Organizações do Sistema das Nações Unidas e FMI, ou grandes fundações filantrópicas ligadas a grandes corporações, como Rockefeller, Ford e Bill e Melinda Gates, que canalizam recursos a essas instituições via contratos, convênios e editais. Seu financiamento pode também ser realizado a partir da venda de produtos cujos lucros são revertidos para a realização de suas atividades.

Essas organizações atuam principalmente sob a hipótese de que o aparato estatal é incapaz, ineficiente ou insuficiente para garantir a seguridade social, e representariam uma alternativa para a realização de atividades de interesse público com maior eficiência, agilidade e efetividade. Entretanto, esses argumentos são controversos, e a atuação das ONGs é um tema bastante discutido. Se por um lado os que as defendem indicam como efeitos favoráveis os ganhos relativos à eficiência e à possibilidade de se ampliar a cobertura de serviços e de ações educativas sem a burocracia que geralmente envolve a ação governamental, os críticos apontam riscos em relação à vulnerabilidade dos governos locais diante da atuação, amplamente autônoma e independente, dessas instituições.

Muitas críticas recaem sobre a própria estrutura do sistema de ajuda internacional, cuja cadeia burocrática e administrativa consome grande parte dos recursos, perpetuando-se um «negócio» que se retroalimenta sob o discurso da filantropia, ao mesmo tempo em que os financiadores definem as agendas e prioridades de alocação de recursos sem que sejam consideradas especificidades e necessidades dos países beneficiários. Do lado do receptor, os países têm que lidar com uma multiplicidade de iniciativas com diferentes modelos de projetos e de prestação de contas que geram uma complexa burocracia para a gestão interna da ajuda. Muitas vezes essas iniciativas são desarticuladas entre si e com as políticas nacionais, o que acaba por dificultar a governabilidade das autoridades locais e promover seu desempoderamento, deixando poucos benefícios de longo prazo (ALMEIDA, 2013; SOGGE, 2004). São relatados, ainda, problemas de caráter ético relativos à coleta de dados e tratamento de informações obtidas por ONGs em territórios estrangeiros.

Dessa forma, pode-se afirmar que a atuação desregulamentada da ajuda internacional em territórios vulnerabilizados pode fragilizar ainda mais a capacidade de governo, erodindo contratos sociais nos quais o poder público se responsabiliza pela provisão de serviços.

Especificamente na área de saúde, muitos autores indicam que a ajuda internacional a países em desenvolvimento foi historicamente

utilizada como um mecanismo de manutenção da dominação dos países ricos, sem que as ações se destinassem a romper com problemas estruturais e assimetrias de poder (COUTINHO, 2005; BIRN; PILLARY; HOLTZ, 2009). Historicamente o foco da cooperação Norte-Sul em saúde foi o combate às grandes epidemias, como a febre amarela no início do século XX, a varíola nos anos 1960 e 1970 e o HIV/AIDS nas décadas seguintes, mas esse esforço não contribuiu de maneira significativa para que os países-alvo dessas ações adquirissem autonomia na consolidação de seus sistemas de saúde. Em relação aos modelos de cooperação, tradicionalmente os países doadores reproduzem em solo estrangeiro lógicas adotadas em seus territórios, ignorando aspectos históricos, culturais e políticos que em grande medida determinam os processos saúde-doença naquele local (BIRN; PILLARY; HOLTZ, 2009; BUSS; FERREIRA, 2012).

Esses debates ganharam relevância a partir dos anos 2000 com a realização de uma série de conferências que buscavam ampliar a eficácia da ajuda internacional, em um momento em que a saúde se afirmava como objeto de cooperação entre países e de política externa, o que motivou a discussão sobre formas alternativas de cooperação internacional em saúde (ALMEIDA et al., 2010; BIRN; PILLARY; HOLTZ, 2009).

Nesse contexto, a destinação de recursos para a saúde global aumentou significativamente entre os anos 1990 e 2007, sendo que o aumento da participação das ONGs no dispendio de recursos públicos e privados em atividades de cooperação internacional em saúde foi espantoso (RAVINSHANKAR et al., 2009).

2 AS ONGS NO HAITI

A história haitiana foi profundamente marcada pela instabilidade política, pela ineficácia da administração pública, corrupção, sistema de exclusão social e reprodução sistemática de inequidades e catástrofes naturais. Esses indicadores contribuíram para a precariedade do país, considerado um «estado fraco», carente ou inexistente. A intervenção

militar do Estados Unidos durante os primeiros 15 anos do século XX, a imposição da França de cobrar uma indenização pelas perdas ocorridas durante a Revolução dos Escravos e a ditadura de Duvalier fragilizaram ainda mais a sociedade haitiana.

Na década de 1990 houve suspensão de empréstimos de agências internacionais em decorrência da dissolução do Parlamento, que ocorreu durante o Governo Preval. Ao mesmo tempo, dezenas de ONGs iniciam atividades em setores ligados a saúde, nutrição, ambiente, entre outros, historicamente considerados responsabilidade do Estado. Em 1997, é publicado um relatório financiado pelo Banco Mundial que preconiza o enxugamento das atividades estatais, abrindo espaço para a atuação das ONGs e do setor privado e captando recursos de doadores. Pouco mais tarde, o Banco Interamericano de Desenvolvimento suspendeu quaisquer financiamentos enquanto não ocorressem reformas e privatização de serviços, modelo que iria enfraquecer ainda mais as instituições estatais e incrementar a emergência de organizações do setor privado visando lucros. Após o retorno ao poder do Governo Aristide, o Banco Mundial concedeu um empréstimo ao País que injetou vitalidade aos serviços públicos ao mesmo tempo que iniciava uma disputa política entre o Estado e as ONGs (SHULLER, 2007).

Por esse motivo, a atuação da cooperação internacional, em suas diferentes formas, esteve historicamente presente no Haiti; em particular, as Organizações Não Governamentais são as instituições mais representativas em relação ao número total de instituições envolvidas nessas atividades. Mesmo antes do terremoto que atingiu o País em 2010, as ONGs recebiam quase todos os recursos de ajuda oficial por meio de diferentes acordos: bilaterais, como com a USAID ou com a Associação Canadense para o Desenvolvimento Internacional; multinacionais, como com a União Europeia; e com entidades públicas ou privadas, como o Fundo Global de Combate a AIDS, Malária e Tuberculose. Além disso, através de Fundos de Assistência Econômica e Social, as ONGs começaram a receber recursos de

empréstimos do próprio Haiti, especialmente por intermédio do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (SHULLER, 2007).

A Constituição do Haiti, em seu Art. 5, define organização não governamental (ONG) como uma “organização ou instituição privada, apolítica e sem fins lucrativos, que busca realizar os objetivos do desenvolvimento nos níveis nacional, departamental ou comunitário, e usa recursos para realizá-los.»

O governo haitiano, por meio do seu Ministério do Planejamento e Cooperação Externa, tem o direito de reconhecer ou recusar o status legal de qualquer ONG, além de realizar o seu monitoramento e controle. A lei haitiana coloca como responsabilidades das ONGs a submissão a todas as leis do País, a elaboração de relatório anual, a divulgação do efetivo de funcionários estrangeiros, a notificação da interrupção ou cessação do trabalho e a execução dos programas e projetos submetidos, embora se questione se essas condicionalidades são realmente cumpridas.

O terremoto colocou em evidência elementos que não são novidades no Haiti: o peso das forças estrangeiras (de outros países, entidades multilaterais, ONGs), a fragilidade do Estado haitiano e a necessidade urgente de ajuda à população local (NEIBURG, 2010). Além disso, no contexto pós-terremoto, as ONGs trouxeram um impacto negativo sobre as associações de vizinhança, marcadas pela tradição cultural da *youn-edè-lòt* (ajuda mútua) e *konblit* (grupos de trabalho coletivo), que foram os atores que realmente prestaram ajuda à população no que tange a cuidado, alimentação e abrigo.

Entre as críticas à ajuda internacional, há dúvida se a assistência humanitária chega de fato até a população ou se perde na trama burocrática de implantação das próprias ONGs. Desde os anos 1960 foram criadas mais de 10 mil ONGs no Haiti, muitas operando sem controle estatal, duplicando atividades e usando os recursos que deveriam ser utilizados no País. Além disso, promovem uma divisão territorial em sua atuação e exercem soberanias locais, pulverizando a ação unificadora dos poderes públicos (LES ONG..., 2013).

3 INFORMAÇÕES SOBRE AS ONGS

As informações foram acessadas pelos profissionais de saúde dos 10 distritos sanitários do País que participaram do Curso de Epidemiologia de Serviços, no módulo organização de serviços (MENEGHEL et al., 2016). Inserida na discussão sobre os serviços de saúde prestados à população, no módulo sobre o Sistema de Saúde do Haiti, emergiu a discussão crítica acerca da grande quantidade de organizações que atuam em cooperação presentes no País e da pouca governança sobre elas, no sentido de saber quem e quantas são, que serviços prestam, como estão sendo avaliados esses serviços, em que locais estão atuando e o tempo de atuação. Os documentos que registram a implementação dessas instituições são incompletos e na maior parte das vezes, torna-se quase impossível obter as informações necessárias sobre a atuação delas no nível departamental, dificultando o planejamento das ações de saúde. A tipificação das organizações é realizada de acordo com os seus objetivos e âmbito da intervenção, classificando-as como humanitárias, desenvolvimentistas, ambientalistas e defensoras dos direitos humanos. As humanitárias prestam socorro em catástrofes naturais e crises humanitárias, como guerras e conflitos armados. As desenvolvimentistas trabalham na luta contra a pobreza e a desigualdade. As ambientalistas atuam na defesa do ambiente e as que defendem os direitos humanos prestam assistência às vítimas de conflitos armados e discriminações (PÉLISSIER, 2013).

Os trabalhadores-estudantes dos 10 departamentos sanitários do País mapearam as ONGs que atuam no território, tipificando-as de acordo com o setor em que se inserem e o tipo de intervenções que se propõem a realizar, fazendo uma primeira subdivisão entre as que atuam nos setores ambiental e no setor de saúde. Quanto ao tipo de ação proporcionada pelas organizações foram consideradas ações de educação e promoção de saúde ou prestação direta de serviços (prevenção, diagnóstico, tratamento, fornecimento de medicação e/ou insumos). Foram igualmente coletadas informações

sobre construção, considerando-se a realização de reformas ou manutenção de prédios, água e saneamento ambiental. Para fins de análise, foram incluídas todas as organizações instaladas no País, incluindo as agências pertencentes às Nações Unidas, nesse caso a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Programa de Alimentação Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as cooperações bilaterais prestadas por outros países.

As informações foram coletadas segundo as seguintes atividades: reunião com o responsável pelo Serviço de Estatística da Direção Departamental, revisão e atualização da lista de instituições e contato com os coordenadores das instituições para identificar as informações recentes sobre a atuação das instituições nos diferentes departamentos sanitários no País. Os resultados estão apresentados a seguir.

3.1 ATUAÇÃO DAS ONGS NO HAITI

Os resultados das análises referentes à atuação das instituições envolvidas em cooperação nos departamentos sanitários no Haiti estão apresentados a seguir.

A partir das informações apresentadas na Tabela 1 observa-se o número de organizações que atuavam nos departamentos sanitários do Haiti de acordo com o tipo de atividade desenvolvida. Segundo os resultados aqui apresentados, o maior número de instituições está nos departamentos sanitários do Oeste, Norte e Sudeste, sendo que no departamento do Oeste, em termos absolutos, o número de organizações é mais expressivo. Há um número relevante de organizações atuando nos programas de saúde, tanto na promoção da saúde quanto na prestação de atenção. As organizações que dão suporte às ações de saneamento e tratamento de água são em número menor comparadas às outras ações.

Tabela 1 – Número de organizações que atuam nos departamentos sanitários segundo o tipo de atividade desenvolvida (Haiti, 2012)

Número total de instituições que atuam em cooperação nos departamentos sanitários					
Departamentos Sanitários	Atuação em programas	Tratamento	Ações de construção	Ações de aneamento	Ações para fornecimento de água
Artibonite	17	17	6	3	3
Centro	3	1	3	2	2
Norte	30	12	6	2	1
Nordeste	17	-	5	4	-
Noroeste	15	8	-	-	-
Sul	16	4	-	4	3
Sudeste	26	5	4	4	3
Oeste	37	12	8	3	5
Grand Anse	19	-	-	-	-
Nippe	11	-	1	2	4

Fonte: os autores.

Nota: (-) nenhuma ONG atuando nessa categoria no respectivo Departamento Sanitário

Entre as atividades desenvolvidas pelos programas estão educação popular, mobilização social, medidas preventivas, como o caso da distribuição de mosquiteiros e formação de profissionais de saúde, sendo que os programas que recebem apoio externo são fundamentalmente os programas materno-infantil, controle da malária, desnutrição e prevenção do cólera. Em dois departamentos sanitários, são disponibilizados recursos financeiros para pagamento de profissionais de saúde haitianos. Os principais programas-alvo das ações de cuidado em saúde que envolvem diagnóstico e tratamento são o programa materno-infantil, desnutrição, tuberculose, HIV/SIDA e malária. Ações relacionadas à Filariose são de menor expressão. Não foram identificadas ações relacionadas às doenças crônicas entre as propostas de atuação das cooperação no campo da saúde, embora epidemiologicamente as doenças cardiovasculares se apresentem com tendência ao acréscimo.

As principais atividades de construção registradas foram reconstrução de unidades básicas de saúde e construção de novas e hospitais.

Em relação às ações de fornecimento de água potável e saneamento, podem ser citadas construção de latrinas, distribuição de produtos para cloração da água e recuperação de centrais de tratamento de água. Outras ações merecem destaque como mobilização social para a prevenção do cólera e o tratamento de água.

Na Tabela 2, que apresenta o tempo de atuação das organizações segundo os departamentos sanitários, as análises correspondem apenas a seis departamentos, uma vez que as informações referentes ao tempo de atuação para os outros departamentos não estavam disponíveis nas fontes consultadas.

Tabela 2 – Tempo de atuação nos departamentos sanitários (Haiti, 2012)

Departamentos Sanitários	Tempo de atuação das organizações nos departamentos sanitários			
	Pelo menos 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Artibonite	10	17	19	4
Centro	4	5	0	3
Norte	ND	ND	ND	ND
Nordeste	ND	ND	ND	ND
Noroeste	3	3	5	8
Sul	1	2	2	17
Sudeste	2	1	9	13
Oeste	ND	ND	ND	ND
Grand Anse	5	3	0	0
Nippe	ND	ND	ND	ND

Fonte: os autores

Nota: ND informação não disponível.

Observa-se que em quatro departamentos o número de instituições é mais expressivo para os períodos menores de um ano e entre um e dois anos de atuação no País nos Departamentos do Noroeste, Centro, Artibonite e Grad Anse, sendo que neste último não havia registro de instituições atuando por período maior que dois anos. Destaca-se um maior número de instituições no território

por um período maior que cinco anos nos Departamentos do Sul e Sudeste.

Em relação ao tipo de atuação, a partir das informações coletadas, os programas e ações de tratamento, incluindo nesse grupo a prestação de cuidados, foram as mais representativas tanto em relação às instituições que iniciaram suas ações mais recentemente quanto àquelas que tradicionalmente desenvolvem atividades no Haiti há mais de cinco anos.

4 DISCUSSÃO

Nessa investigação de campo, os estudantes profissionais de saúde se defrontaram inicialmente com a inexistência de um local, em nível regional, capaz de fornecer informações atualizadas e fidedignas acerca da atuação das ONGs nos departamentos. Foi observado um número elevado de organizações que atuam na cooperação no Haiti, sobretudo nos Departamentos Sanitários do Norte, Oeste e Sudeste, ofertando serviços e ações voltadas para a prevenção e o tratamento de enfermidades e agravos. Há, também, expressiva ação da cooperação como um todo nos cuidados curativos, e em especial a cooperação cubana, que atua em todo o território nacional, incluindo as áreas de difícil acesso. É importante ressaltar que a cooperação cubana não é realizada por ONGs, mas por servidores públicos cubanos que, por determinados períodos, desenvolvem atividades no Haiti.

Também são achados deste trabalho a baixa atividade de cooperação no departamento sanitário do Centro e uma atuação mais importante nos últimos dois anos anteriores à coleta das informações no departamento de Grand Anse.

As ações ofertadas concentram-se em alguns programas de saúde com atividades de promoção e assistência, buscando suprir as ausências do próprio sistema de saúde haitiano cujas informações de saúde são bastante incompletas e não há disponível uma análise da situação de saúde para o País.

O mapeamento das ONGs revelou um cenário que os estudantes já haviam discutido durante o Curso de Formação, ao apontar a duplicidade de ações e a ausência de outras, as lacunas na atenção e no fornecimento de cuidados, e o descaso com as demandas da população e com as prioridades do governo. As ONGs reproduzem a globalização de várias maneiras, fragilizando a capacidade de governo e erodindo contratos sociais nos quais o poder público é responsável pela provisão de serviços.

Os salários pagos aos profissionais que trabalham nas ONGs são, em média, três vezes superiores aos do setor público, criando um círculo perverso em que há priorização de financiamento fora do governo, que fica cada vez mais frágil, reforçando a tendência de *ONGização* e a criação de feudos, autonomizados tanto pela população quanto pelo governo, e respondendo a agendas políticas externas. Além disso, um grande número de postos qualificados nos setores públicos é abandonado por profissionais que se vinculam às organizações de ajuda internacional, representando uma dupla perda para a economia haitiana (SCHULLER, 2009, 2010a, 2010b). Outro fator, além da disparidade salarial, é que os altos salários do pessoal que atua nas ONG têm como efeito o aumento de preços da alimentação e dos aluguéis, inflacionando a vida cotidiana. A discussão sobre o tema no curso, a partir do mapeamento efetuado nos departamentos, foi intensa e, como não poderia deixar de ser, politizada. Por um lado, muitos estudantes defendem a permanência delas no território haitiano e indicam como efeitos favoráveis o financiamento dos custos de atividades de campo, o aumento da cobertura de serviços de saúde, a formação de agentes locais de saúde e a assistência técnica.

Salientaram, também, a diferença entre ONGs nacionais e estrangeiras, embora o Estado haitiano considere nacional uma ONG que tenha sede no País e três quartos de seu *staff* haitiano. Dessa maneira, torna-se difícil identificar quais são efetivamente haitianas, daquelas que são híbridas ou estrangeiras com cobertura no País. Acreditam que Centros como o Groupe Haïtien d'Étude du Sarcome de Kaposi et des infections Opportunistes (GHESKIO) (<http://www.gheskio.org>)

gheskio.org/wp/), a primeira instituição dedicada à luta contra HIV/AIDS, e a FONKOZE (<http://www.fonkoze.org/>), uma organização que presta serviços de microcrédito e atua em 80% do território, têm prestado serviços importantes em suas áreas de atuação.

Entre os que criticam a permanência das ONGs no País, constata-se que as ONGs estrangeiras são usadas pelos governos para realizar os projetos que seriam da responsabilidade do Estado, e suas prioridades e interesses estão alinhados aos países de origem e muitas vezes não são submetidas a nenhum controle por parte do Estado.

As informações produzidas no País são repassadas primeiramente às agências financiadoras, e, em geral, as planilhas financeiras não são divulgadas aos agentes locais. Além do mais, muitas possuem bancos de dados de pacientes ou outros grupos que não são disponibilizados ao governo haitiano. No caso de produção de informação, população e profissionais atuam muitas vezes sem compreender os reais objetivos da coleta de dados.

Segundo Pierre Étienne (1996, p. 236), «as ONGs são a ponta de lança de políticas neoliberais que certos governos ocidentais usam para enfraquecer o Estado nos países do Sul, trabalhando para reforçar a dependência em relação aos países capitalistas.»

As ONGs possuem efeitos positivos e negativos, porém os objetivos humanitários que muitas delas atendem são limitados e aplicáveis em muitas situações apenas às de emergência sanitária. É como se as ONGs se limitassem a tratar os sintomas e não as causas, sem interferir nos determinantes dos problemas e ajudar na promoção do desenvolvimento do País. Em relação às doenças que se tornaram epidêmicas, como no caso do cólera, é preciso atuar sobre as causas estruturais, como o abastecimento de água e o sistema de disposição de dejetos, completamente precário nas periferias do País como um todo. Sem alterar os determinantes sociais e distais da saúde, as ações ofertadas serão apenas paliativas (PÉLISSIER, 2013). Apesar da Constituição do país considerar a saúde como Direito Universal, 90% dos serviços de saúde são privados e não atendem adequadamente s beneficiários haitianos (PÉLISSIER, 2013).

As contradições da ajuda humanitária são muitas em um País com a governabilidade fragilizada, pela falta de recursos e uma das piores posições mundiais no ranking dos indicadores socioeconômicos e de morbimortalidade, torna o trabalho com a promoção e atenção primária um desafio constante.

5 CONCLUSÕES

As observações apresentadas neste trabalho apontam que em termos de perspectivas as soluções em longo prazo requerem a adoção de formas de solidariedade mais específicas e que apostem na reconstrução das funções do Estado. Aí está o cerne do problema que mantém o Haiti em um círculo vicioso atrelado à dependência e à pobreza. A solução preconizada pelo Primeiro-Ministro Laurent Lamothe é canalizar a ajuda por meio do governo e reorientar suas ações de acordo com as prioridades governamentais, exigindo maior transparência, já que a solidariedade mal-ordenada não produz resultados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 1.

ALMEIDA, C. M. et al. A concepção brasileira de 'cooperação Sul-Sul estruturante em saúde'. **RECIIS-Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 25-35, 2010.

BIRN, A. E.; PILLAY, Y.; HOLTZ, T. H. International Health Agencies. **Textbook of International Health.** Oxford, 3r. ed., p.62-3, 2009.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. Brasil e saúde global. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. (Org.). **Política Externa Brasileira: As práticas das políticas e a política das práticas.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 241-265.

COUTINHO, J. A. As ONGs: origens e (des) caminhos. **Lutas Sociais**, p. 57-64, 2005.

FRANCO-AGUDELO, S. **Saúde e imperialismo**: a ação antimalárica na América Latina e a Fundação Rockefeller. Textos de apoio. Rio de Janeiro: PEC/ENSP/ABRASCO, 1984.

LES ONG. Maintiennent Haïti dans le sous-développement. **YOU-PHIL.COM**, 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.youphil.com/fr/article/04685-ong-haiti-sous-developpement?ypcli=ano>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

MEIRELES, E. C.; EL-AOUAR, W. A. O desafio das ONGs ante a minimização do papel do Estado no cenário global. **REGE-USP**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 1-12, 2002.

MENEGHEL, S. N. et al. Formação em epidemiologia e vigilância da saúde: Cooperação Tripartite Brasil- Cuba-Haiti. **Hist. Cienc. Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 495-508, 2016.

NEIBURG, F. O Haiti antes e depois do terremoto. **Jornal O Globo**, p. 34, 24 jan. 2010,

PÉLISSIER, P. E. Le role de ONG das les pays en development, les casd’Haiti. **Université d’Ottawa**, 2013.

RAVINSHANKAR, N. et al. Financing of global health: tracking development assistance for health from 1990 to 2007. **The Lancet**, v. 373, p. 2113-2124, 2009.

ROEMER, M. I. Internationalism in Medicine and Public Health. In: BYNUM, W. F. & PORTER, R. (Org.). **Companion Encyclopedia of the History of Medicine**. London: New York: Routledge, 1993. v. 2.

SCHULLER, M. *Fault lines*: Haiti s earthquake and reconstruction through the eyes of many. **Huffpost**, 05 Feb. 2010. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/mark-schuller/fault-lines-haitis-earthq_b_483455.html. Acesso em: 24 jun. 2010.

SCHULLER, M. Gluing Globalization: NGO s as intermediaries in Haiti. **political-and-legal-anthropology-review**, v. 32, n. 1, p. 84-104, 2009.

SCHULLER, M. Invasion or infusion? Understanding the role of NGOs in Contemporary Haiti. **The Journal of Haitian Studies**, v. 13, n. 2, p. 96-119, 2007.

SCHULLER, M. Starfish and seawalls: responding to Haiti's earthquake, now and long-term. **Common Dreams**, 15 Jan. 2010a. Disponível em: <<http://www.commondreams.org/view/2010/01/15-11>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

SOGGE, D. **DAR Y TOMAR**: ¿qué sucede con la ayuda internacional?. Barcelona: Icaria Editorial, 2004.



Capítulo VI

OS HAITIANOS NAS EMPRESAS NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE UMA AGROINDÚSTRIA

Darlan José Roman¹
Eliane Salete Filippim²
Jacir Favretto³
Luccas Santin Padilha⁴

1 INTRODUÇÃO

A questão da imigração de haitianos para o Brasil tem chamado a atenção de pesquisadores, gestores e agentes de políticas públicas, seja pelo elevado contingente, seja pela forma de sua inserção nas organizações e na sociedade brasileira (PADILHA et al., 2017). A presença de haitianos no País ocorre desde 1949, mas o número cresceu consideravelmente a partir de 2010, chegando atualmente a cerca de 60 mil, configurando-se, assim, uma nova realidade no fluxo migratório, tanto nos aspectos sociocultural, econômico e político, quanto na dimensão da prática (ALMEIDA, 2017).

O tema da imigração haitiana traz consigo inúmeros fatores pelos quais pode ser abordado, como raciais, laborais, de gênero e culturais, além de recomendar olhar para o ponto de vista do sujeito, da organização e do contexto social no qual se insere. Neste estudo, o tema foi abordado com ênfase nos fatores laborais e o nível de análise foi o organizacional. Dessa maneira, teve-se como objetivo geral investigar como a presença de trabalhadores imigrantes haitianos é abordada por gestores no contexto organizacional.

¹ Professor permanente nos cursos de doutorado e mestrado em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina; darlan.roman@unoesc.edu.br

² Professora e pesquisadora na área de Administração na Universidade do Oeste de Santa Catarina; eliane.filippim@unoesc.edu.br

³ Pós-Doutor em Contabilidade e Atuária pela Universidade de São Paulo; Doutor em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina e na Universidade do Contestado; jacir.favretto@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; luccas_santin@hotmail.com

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, pela aplicação de estudo de caso em agroindústria, aqui denominada Empresa Agro, localizada no Oeste de Santa Catarina, Sul do Brasil, que, em 2017, empregava 348 imigrantes oriundos do Haiti. A técnica de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada realizada com gestores da Empresa X e os dados analisados com a utilização da Análise de Conteúdo.

O estudo é iniciado com a revisão da literatura sobre a caracterização do Haiti e da imigração haitiana. Na sequência é apresentada a parte que trata dos procedimentos metodológicos utilizados. A penúltima seção aborda os resultados, para os quais se optou por uma apresentação descritiva dos dados obtidos por meio das entrevistas. Finaliza-se com as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A Independência Negra do Haiti foi conquistada duramente e ocorreu em 1804, contudo as potências da época impuseram ao país inúmeros entraves, o que provocou a sua exclusão e marginalidade na divisão internacional do trabalho (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016). A situação de pobreza à qual o Haiti foi lançado provocou inúmeras ondas imigratórias, primeiro para República Dominicana e Cuba, depois para Estados Unidos e França e, mais recentemente, intensificou-se a imigração de haitianos para o Brasil (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016). Os haitianos passaram a buscar a imigração para o Brasil mais intensamente após o terremoto que ocorreu no Haiti em 2010, e o Estado de São Paulo foi o principal destino deles, seguido pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2017). É possível que a imigração de haitianos para o Brasil tenha sido facilitada pela ajuda humanitária oferecida e pelo acesso ao emprego (OLIVEIRA et al., 2016).

Para Almeida (2017, p. 102), "a imigração representa o deslocamento de indivíduos de um lugar para outro por diversas razões, a principal delas é a busca de melhores condições de vida

em um novo território." Como característica do processo migratório, Almeida (2017) apresenta a transformação do provisório para o contato prolongado e intenso com a sociedade. Dessa maneira, o acesso ao trabalho permite que o imigrante exista socialmente e, ao não conseguir trabalho, o imigrante enfrenta dificuldades para sobrevivência, para lidar com o novo idioma e para acessar direitos sociais e políticos (ALMEIDA, 2017).

As migrações internacionais são motivadas por múltiplos fatores, porém a centralidade do trabalho foi e continua sendo elemento motivador fundamental, adensado, sobretudo, pelas novas dinâmicas técnicas, informacionais, eletrônicas e virtuais (TEDESCO, 2016a).

O acesso ao Brasil pelos haitianos ocorre desde 2010, na maioria das vezes, pelos Estados do Acre e do Amazonas, especialmente pelo Município de Brasileia (Acre), uma vez que nessa região havia serviço de acolhida promovido pelo Governo do Estado e por instituições religiosas (ZENI; FILIPPIM, 2014; MAGALHÃES; BAENINGER, 2016; ALMEIDA, 2017).

Os haitianos chegados eram encaminhados para obter o visto e para municípios nos quais teriam maiores oportunidades de trabalho (ALMEIDA, 2017). Para obter o visto, os haitianos geralmente procuram a Polícia Federal, que lhes fornece carta de autorização com a qual estão autorizados a solicitar o CPF e a Carteira de Trabalho, e a partir daí buscam o visto de permanência (ALMEIDA, 2017). A chegada dos imigrantes haitianos ao Brasil tem sido um acontecimento que interpela diferentes atores, instituições e discursos em torno de questões coletivas que essa imigração suscita (COGO, 2016).

Para Santa Catarina, Magalhães e Baeninger (2016) indicam que os primeiros haitianos vieram a partir de 2011, em razão de forte atuação de três empresas catarinenses no recrutamento de força de trabalho de haitianos no Acre, e realizavam, nessas empresas, tarefas mais intensas no uso da força física. A partir de 2014 tem-se verificado mobilidade desses imigrantes também para o Oeste de Santa Catarina, região na qual atuam sobretudo em frigoríficos, como é o caso da organização foco deste estudo.

De acordo com Zamberlam et al. (2014 apud MAGALHÃES; BAENINGER, 2016), a absorção de mão de obra de imigrante tem sido feita pelos frigoríficos devido à elevada desistência de trabalhadores nacionais, que consideram essa atividade massacrante e penosa. Magalhães e Baeninger (2016) apontam, ainda, a alocação discriminadora nos postos de trabalho dos trabalhadores haitianos, alocados preferencialmente em etapas de produção e em setores que demandam mais esforços e intensidade de trabalho, além da utilização da estratégia de sub-remunerado em relação aos seus colegas brasileiros.

No tratamento da temática dos haitianos no contexto organizacional, nem sempre a questão racial é evidenciada. É possível que, como aponta Carvalho (2007), ela ocorra nas organizações, como no caso da academia, pela postergação da discussão, pelo silêncio sobre os conflitos raciais e pela censura discursiva quando o tema irrompe e para evitar posicionamentos claros. Dessa forma, evita-se possível tensão racial no exame da questão do trabalho de haitianos.

Como lembra Carvalho (2007), Florestan Fernandes, em 1972, já alertava que sem o reconhecimento explícito da negritude, não há demanda por reparação dos danos causados aos atuais descendentes negros, e pode ser que ele ocorra quando não há o reconhecimento da negritude dos haitianos. De fato, o processo de migração é co-responsável pela formação da ideologia de Brasil como nação, embora o País historicamente tenha apresentado traços seletivos em sua política migratória, variando de acordo com o desejo mais ou menos intenso de ter uma paisagem racial construída nos moldes europeus (GUIMARÃES; ALONSO, 2017).

Ao vivenciar ele próprio a realidade de ser negro num Brasil que tentava embranquecer sua população, Guerreiro Ramos (1954, p. 194-195), afirmou:

Ora, o Brasil, como sociedade europeizada, não escapa, quanto à estética social, à patologia coletiva [...] O brasileiro, em geral, e, especialmente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu

e vê os acidentes étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste [...] Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se, aqui, de um caso de alienação que consiste em renunciar à indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior.

De acordo com Barcelos (2017), o embranquecimento é mais função da educação do que da renda, por isso há uma tendência a fugir da categoria de negro, visto que a percepção das relações raciais no Brasil é central para a participação política dos negros enquanto grupo específico. Embora no Brasil exista um senso comum de que se vive uma democracia racial, trata-se mais de uma representação da sociedade brasileira sobre si mesma, que coloca barreiras consideráveis à mobilização racial, fazendo conviver o mito da democracia racial com abismais desigualdades raciais (BARCELOS, 2017).

A ausência de menção à raça tem consequências para a forma como negros interpretam os incidentes de estigmatização e também como reagem a eles no contexto brasileiro, pois o fato de a raça não ser mencionada traz questionamentos se de fato por trás dessa aparente democracia racial não existem tensões não declaradas (SILVA; REIS, 2015).

Embora no caso dos haitianos se articulem múltiplas categorias de interseccionalidades, estando presentes, além da raça, a imigração, a classe social, o domínio da língua, de gênero, entre outras. Essas interseccionalidades estão cada vez mais presentes no debate teórico, visando ampliar a compreensão sobre os modos como múltiplas diferenciações que permeiam o social se articulam e interagem (SILVA; REIS, 2015). O conceito de interseccionalidade contempla eixos de poder, como "raça", etnia, classe e gênero, enquanto construtos que se ressignificam nas relações sociais de forma rizomática (PIZZINATO et al., 2017).

Dessa maneira, “o gênero, o *status* migratório, a origem social, a cor da pele, a prática (ou não prática) de uma determinada religião e a nacionalidade são algumas das inúmeras causas de discriminação. Na maioria dos casos tais causas podem estar sobrepostas numa mesma pessoa.” (DUTRA, 2013, p. 188). O gênero influi tanto na experiência migratória das mulheres quanto nos fatores determinantes para a procura de emprego e no tipo de tarefa possível de ser executada. Para Dutra (2013), a discriminação para com a mulher trabalhadora migrante induz fenômenos como o da segregação ocupacional.

Para Barreto (2015), o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios presentes no Brasil criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de raças, etnias e classes, entre outras. É preciso considerar que a inserção dos haitianos na cultura brasileira, bem como nas organizações, não ocorre de maneira homogênea em todo território nacional, pois, como assinala Jaime (2014), a cultura não é homogênea, mas, sim, marcada por descontinuidades, contradições e conflitos, sendo elaborada e reelaborada nos processos de troca, como os que ocorrem com os imigrantes.

Na questão da imigração dos haitianos e de sua presença nas organizações no Brasil, é relevante considerar que um dos motivos predominantes para sua vinda e permanência no País é a busca por um trabalho que lhes permita fazer remessas de valor para ajudar seus familiares que permanecem no Haiti em suas necessidades de sobrevivência e consumo (ZENI; FILIPPIM, 2014). Para a sua comunicação com esses familiares e também para fortalecer a rede migratória local e externa, usam as tecnologias, as plataformas digitais e os aplicativos (ALMEIDA, 2017). A atuação nas redes sociais permite que amigos e parentes que já migraram deem referências do lugar àqueles que ficaram no Haiti ou estão em outro país, incentivando-se a migrar, construindo, assim, uma rede de relações sociais e laborais (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016). Dessa forma, as novas tecnologias acabam por influenciar as relações laborais dos imigrantes haitianos.

Apesar dessa rede que, de certa forma, oferece solidariedade e proteção, as questões da qualificação, da precarização e flexibilização atingem também o trabalhador haitiano, e mesmo aqueles que têm condições de atuar em setores que requerem qualificação, não há reconhecimento das suas potencialidades (ALMEIDA, 2017). De acordo com o autor, as empresas brasileiras estão desperdiçando mão de obra qualificada, o que demonstra a dificuldade em perceber o haitiano como um sujeito em potencial.

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual se utilizou estratégia do estudo de caso que teve como *lócus* uma empresa agroindustrial, com sede localizada no Oeste de Santa Catarina, Sul do Brasil (denominada aqui como Empresa Agro). A empresa foi eleita por ter atualmente 5.500 funcionários, sendo 348 haitianos, 6% do quadro funcional. A empresa produz alimentos derivados de suínos e aves para o mercado interno e externo.

A coleta de dados se realizou por meio de entrevistas. As entrevistas, do tipo semi-estruturadas, foram realizadas com três supervisores e um operador de produção. Para garantir a confidencialidade dos entrevistados, os entrevistados não foram caracterizados. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Um breve perfil dos entrevistados está resumido na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil entrevistados

Cargo	Idade	Escolaridade	Sexo
Supervisor de produção	30	Superior completo	M
Supervisor de produção	40	Superior completo	M
Supervisor de produção	44	Superior completo	M
Operador de produção	24	Superior completo	M

Fonte: os autores.

A observação foi feita no mês de agosto de 2017, nas dependências da Empresa Agro, tendo como foco gestores que atuam no âmbito de produção. Os dados coletados por meio das entrevistas foram analisados, tendo como base as categorias de análise presentes. As categorias foram organizadas a partir do roteiro de entrevista. Foram abordadas questões relacionadas à vinda dos haitianos, acesso, acolhida, relacionamento no ambiente organizacional, facilidades e dificuldades de convivência.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE

A região na qual se insere a Empresa Agro é formada por municípios de pequeno e médio portes, segundo o critério do IBGE (2017), que define como municípios de pequeno porte 1 aqueles com população de até 20.000 habitantes; de pequeno porte 2, com população de 20.001 a 50.000 habitantes; municípios de médio porte, de 50.001 até 100.000 habitantes, e municípios de grande porte, de 100.001 até 900.000 habitantes. O município-sede da Empresa possui, de acordo com o censo 2010 do IBGE, 68.621 habitantes, sendo considerado de médio porte.

Em relação às características étnicas da população, o IBGE apresenta os dados, denominando de cor ou raça, apenas pessoas com 10 anos ou mais, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Pessoas com 10 anos ou mais referência cor ou raça

Cor ou raça	Quantidade	Percentual (%)
Amarela	190	0,47
Branca	35.457	88,62
Indígena	30	0,07
Parda	3.248	8,12
Preta	1.086	2,71
População com 10 anos ou mais	40.011	

Fonte: IBGE (2017).

A Empresa foco do estudo possui no total de mais de cem mil trabalhadores, e na unidade na qual foi realizada a coleta de dados há 5.500 trabalhadores. Na unidade trabalham 348 haitianos, sendo 260 homens e 88 mulheres. Dos haitianos na unidade, quanto à escolaridade, o que foi possível apurar segundo dados fornecidos pela Empresa é que 271 possuem até a quarta série completa; 51 até a quarta série incompleta; 14 têm ensino fundamental completo; 10, ensino médio completo; um possui ensino médio incompleto, e um possui ensino superior incompleto. Quanto ao período de entrada dos haitianos na Empresa, observou-se que em 2014 entraram 29, em 2015 entraram 108, em 2016 entraram 90 e em 2017 entraram 121.

4.1 CHEGADA DOS PRIMEIROS TRABALHADORES HAITIANOS NO SEU SETOR

Em meados de 2014, organizações com atividades intensivas em mão de obra conviviam com a dificuldade de estabilizar seu quadro funcional. A demanda apresentava sinais condizentes de crescimento e, por vezes, a capacidade produtiva de algumas organizações era afetada negativamente, entre outros fatores, pela escassez de trabalhadores. Havia a necessidade de equilibrar a capacidade com a demanda, e a saída foi importar mão de obra estrangeira. Nesse contexto, destaca-se a vinda de trabalhadores haitianos para preencher a lacuna.

Tudo iniciou que tinha a necessidade de pessoas, mas faltavam essas pessoas. Com o advento, a vinda dos haitianos, isso mudou. Como a economia do Brasil estava boa, eles vinham pelo Acre e vinham de outros países, porque a economia do Brasil era vantagem. (informações verbais).

A organização mobilizou uma equipe que fez o acompanhamento dos primeiros trabalhadores haitianos desde o ponto de origem até o destino final. Na chegada à cidade, os imigrantes foram acolhidos em alojamentos previamente preparados e foram fornecidas vestimentas

e alimentação. O cuidado estendeu-se no momento da inserção dos trabalhadores na organização. Foram observados quais setores e gestores estariam mais alinhados para o primeiro contato com a experiência de lidar com um novo perfil de trabalhadores.

Desde os primeiros que vieram, foram trazidos pela psicóloga e até hoje, os que vieram a tratam como a mãe deles. Ela que deu a chance e eles não esquecem disso. Essa pessoa se torna para ele, se torna referência.

No início eles vieram e ficaram todos em um alojamento, agora eles já têm casas de haitianos. No início, nós supervisores íamos pegar eles até com nossos carros. Ajudamos em levar mudanças de outras cidades, pagamos frete e fomos buscar moveis e equipamentos para ajudá-los. (informações verbais).

Conforme relatado, houve no início a mobilização dos futuros supervisores dos haitianos no sentido de proporcionar uma condição mais favorável de mudança e adaptação deles à nova realidade. À medida que os haitianos se estabeleciam na cidade, iniciava o processo de alocação da mão de obra no interior da organização. Houve o cuidado de verificar setores e profissionais mais alinhados com a realidade dos novos trabalhadores.

"Então quando chegaram na cidade, foram escolhidas algumas áreas, pelo perfil do supervisor também. Agora nós já temos trabalhadores haitianos que estão na terceira férias e sem um dia de falta." (informação verbal).

Curiosamente, a mão de obra haitiana começa a agradar os gestores que mantêm contato direto com esses trabalhadores. Alguns aspectos são destacados, como a pontualidade e a responsabilidade. Dessa forma, os gestores pesquisados demonstram ter desenvolvido uma simpatia aparente para com esses trabalhadores, a ponto de preferirem estes aos brasileiros.

Hoje a mão de obra haitiana é quase que disputada entre nós supervisores. Tanto que a empresa tem

uma meta que é 5% de estrangeiro, nós estamos com 6% e, se dependesse de nós, nós extrapolaríamos esse percentual.

Eles não faltam e se você deixar vir de domingo a domingo eles vêm. Toda sexta-feira eles perguntam se precisa fazer hora extra, porque eles vêm para ganhar dinheiro, inclusive eles se dispõem a ajudar em outras supervisões. (informações verbais).

Contudo, a visão de harmonia entre gestores e trabalhadores haitianos parece encontrar refúgio em ambientes específicos. Os gestores entrevistados entendem que a realidade verificada no ambiente de trabalho deles não é observada em outros ambientes da organização e em alguns segmentos da sociedade. A existência do preconceito é um ponto observado em algumas partes da entrevista.

É questão de perfil. Eu me adaptei bem a eles e eles a mim. Nem todos os supervisores têm o mesmo interesse que nós temos. Tem supervisores que não têm funcionários estrangeiros. Precisa quebrar paradigma, nossa região é muito preconceituosa, e no início precisamos quebrar paradigmas. (informação verbal).

O relato dos gestores aproxima-se do que é relatado por Magalhães e Baeninger (2016), que explicam que os primeiros haitianos vieram a partir de 2011, a partir de forte atuação de três empresas catarinenses no recrutamento de força de trabalho de haitianos no Acre e realizavam, nessas empresas, tarefas mais intensas com o uso da força física.

De forma mais significativa, a partir de 2011, atraídos pela perspectiva de trabalho na então crescente economia brasileira, milhares de haitianos pagaram grandes somas a traficantes, conhecidos como coiotes, para favorecer sua travessia para o Brasil (RAWLINSON et al., 2014). Os haitianos chegados eram encaminhados para obter o visto e para municípios nos quais teriam maiores oportunidades de trabalho (ALMEIDA, 2017).

Os gestores entrevistados entendem que a empresa teve papel importante no processo de transição dos imigrantes haitianos desde a chegada no Brasil até o destino final. De acordo com os relatos, a empresa preocupou-se em capacitar agentes específicos para o processo de recebimento e acolhida dos novos funcionários.

4.2 RELACIONAMENTO DOS HAITIANOS COM OS DEMAIS FUNCIONÁRIOS

O relacionamento dos haitianos com os demais trabalhadores pode ser entendido como normal, de acordo com os entrevistados. Inclusive, os haitianos colaboram em processos de treinamento e capacitação, pois possuem habilidades específicas, como a fluência em várias línguas. Destaca-se o inglês, o francês e o espanhol. Por outro lado, a língua, ao mesmo tempo que se apresenta como um diferencial para a participação em algumas atividades, também é considerada como um ponto que dificulta a maior interação entre as partes. De fato, a dificuldade em se expressar por meio da língua portuguesa é o principal ponto crítico observado pelos gestores e que impacta diretamente no relacionamento.

Eles ajudam nos treinamentos, integração, entrevista de novatos, nós chamamos eles para ajudar nas traduções. A maioria deles fala três línguas, sendo crioulo, espanhol ou inglês e francês. Em alguns casos fala espanhol e inglês.

Eles ajudam na identificação de novos funcionários haitianos bons e os que precisam ter receio. Eles ajudam a gente a identificar. Eles não querem que façam feio para eles. Eles são muito unidos. (informações verbais).

Para Almeida (2007), o acesso ao trabalho permite que o imigrante exista socialmente e, ao não conseguir trabalho, ele enfrenta dificuldades para sobrevivência, para lidar com o novo idioma e para acessar direitos sociais e políticos.

No entanto, em alguns casos, o relacionamento vai além do caráter profissional. Conforme relatado, os haitianos demonstram respeito considerável com aqueles que lhes deram a oportunidade de trabalho, ou seja, aqueles que participaram do processo de seleção. O respeito e a consideração se refletem nas formas de expressão – como um sorriso ou o interesse em saber se a família vai bem.

Você como líder, chamar ele pelo nome, dar um bom dia, eles te atendem sempre com o sorriso no rosto. Eu trabalhava na pendura como supervisor, quando eu passo lá, eles vêm falar comigo. Eles sempre pedem como está a família, respeito com a família, principalmente para os chefes. O chefe deles é quem contratou eles. Quem me deu a chance será o chefe deles. (informação verbal).

Na percepção dos gestores, parece predominar uma aparente harmonia entre trabalhadores haitianos e gestores, contudo a literatura destaca pontos críticos no convívio e adaptação dos migrantes haitianos no ambiente de trabalho. De acordo com Zamberlam et al. (2014 apud MAGALHÃES; BAENINGER, 2016), a absorção de mão de obra de imigrante tem sido feita pelos frigoríficos, em decorrência da elevada desistência de trabalhadores nacionais, que consideram essa atividade massacrante e penosa. Magalhães e Baeninger (2016) apontam, ainda, a alocação discriminadora nos postos de trabalho dos trabalhadores haitianos, alocados preferencialmente em etapas de produção e em setores que demandam mais esforços e intensidade de trabalho, além da utilização da estratégia de sub-remunerado em relação aos seus colegas brasileiros.

4.3 ACOLHIMENTO NA EMPRESA DOS IMIGRANTES HAITIANOS

Em relação ao acolhimento dos trabalhadores haitianos, os gestores entrevistados entendem que o principal motivo da permanência dos haitianos se realiza justamente pela política adotada

pela organização e pela própria cidade, apesar da permanência de “bolsões” de preconceito em algumas instâncias.

Tem muitos que trouxeram a família, esposa, filhos. Em minha supervisão tenho quatro casais de haitianos que trabalham na supervisão. E muitos não querem mais ir embora, porque foram bem acolhidos pela cidade, estão contentes aqui e não querem mais ir. (informação verbal).

A constituição da família também reflete na permanência dos haitianos. À medida que percebem um ambiente seguro e acolhedor, os haitianos passam a fazer parte da convivência comunitária e absorvem e criam sinergias de convivência com reflexos na forma como a comunidade percebe e aceita a necessidade da mudança de concepções prévias sobre hábitos e comportamentos.

“Aqui na cidade tem uma associação dos haitianos. Esses dias, eles organizaram um campeonato de futebol de salão, eles promoveram, devemos ter uns 250 haitianos.” (informação verbal).

Os haitianos também estão organizados por meio de uma associação que exerce uma função importante no sentido da orientação quanto a questões legais, de saúde e lazer. O entrevistado comenta que quando a associação realiza algum evento, como um torneio de futebol, existe a participação e o apoio de colegas de trabalho e dos próprios gestores das organizações nas quais os haitianos trabalham.

Tem o cara que corta o cabelo e vai na casa deles cortar o cabelo. Tem mulheres que arrumam os cabelos das haitianas. O pessoal entendeu que é conveniente atender esse outro nicho de mercado que são os estrangeiros. Eles são uma oportunidade para cidade. Se tivesse um mercado focado especificamente para haitianos, venderia muito para eles. (informação verbal).

A sociedade como um todo passou a apreciar a convivência com os haitianos e, de certa forma, também foi se estruturando para atender às necessidades de um público novo e com características e

preferências próprias. Os dados das entrevistas enfatizam uma certa adaptação do mercado local na medida em que os haitianos passam a ser considerados agentes econômicos e com potencial de fortalecer as transações comerciais.

As migrações internacionais são motivadas por múltiplos fatores, porém a centralidade do trabalho foi e continua sendo elemento motivador fundamental, adensado, sobretudo, pelas novas dinâmicas técnicas, informacionais, eletrônicas e virtuais (TEDESCO, 2016a).

4.4 DIFICULDADES E FACILIDADES DE GERENCIAR TRABALHADORES HAITIANOS QUE SÃO DIFERENTES DE GERENCIAR TRABALHADORES NACIONAIS

Conforme já ressaltado, a principal dificuldade enfrentada pelos gestores em relação aos trabalhadores haitianos é a língua. Apesar de uma considerável parte dos haitianos ser poliglota, a incapacidade de compreensão a partir da língua portuguesa reflete, em alguns casos, no desempenho dos trabalhadores e no próprio relacionamento com a organização e com a sociedade.

A língua também dificulta um pouquinho. Na nossa área, nós fizemos os padrões todos em crioulo. Tem padrão que é em português e em crioulo. Mesmo que tenha um tradutor, nós procuramos fazer os padrões em português e em crioulo, as placas também fizemos em dois idiomas. Placas de saída, entrada, o que pode, o que não pode, a gente tem tudo em duas línguas. (informação verbal).

O comentário ressalta os esforços empreendidos pela organização na tentativa de criar condições menos desafiadoras para os trabalhadores haitianos e também proporcionar uma maior eficiência na comunicação estabelecida entre as partes. É possível perceber que a inclusão dos haitianos trouxe consigo a necessidade de se estabelecerem modificações nas condições operacionais e estruturais da organização.

“Uma das dificuldades é que eles falam muito alto. Parecem que estão brigando, mas é algo normal, estão falando normal. Depois que a gente entende o que eles falam, parece que o tom de voz não é alto.” (informação verbal).

Algumas questões passam a ser compreendidas com a convivência, pois envolvem questões inerentes à forma de convívio entre os haitianos. Dessa forma, o que previamente era caracterizado como uma dificuldade de convivência, passa a ser visto como uma questão natural.

“Eles são muito inteligentes. Eles usam o “não entendimento” a favor deles. Eles usam como conveniência, mas são pontos fora da curva, são alguns.” (informação verbal).

De acordo com um dos entrevistados, inclusive, a questão da língua, em alguns casos extremos, é usada pelos haitianos como um artifício na tentativa de se livrar de uma situação indesejada que possa lhe trazer algum tipo de desconforto. No entanto, esse comportamento é raramente observado e, quando acontece, normalmente funciona como um indicativo de que o trabalhador está querendo se desligar da organização. “Essa última equipe que a gente pegou teve uma facilidade enorme para pegar as atividades da área, coisas que levaria 2 meses para aprender demoraram um mês e de uma qualidade muito boa.” (informação verbal).

Um dos entrevistados comenta que desenvolveu uma capacidade para identificar o perfil de trabalhadores haitianos que melhor se enquadra nas funções sob sua supervisão. O gestor em questão dá preferência para trabalhadores que se encontram em uma faixa de idade específica, que possuem família e que estão envolvidos em atividades com a comunidade, como atividades religiosas.

Vem haitianos com idades menores, mais jovens que tive alguns problemas. Eles fazem o que eles querem, eu uso o perfil para contratar que são os mais de idade, preferencialmente casados, evangélicos, que têm um perfil mais calmo, não participam muito de badalações. (informação verbal).

Apesar dos aspectos dificultadores inerentes à língua portuguesa, os gestores entrevistados reconhecem pontos facilitadores relacionados ao comportamento dos haitianos no ambiente de trabalho. Destaca-se a facilidade de aprendizado. Em alguns casos é necessária a metade do tempo que se gastaria normalmente para ensinar uma nova tarefa ou função. O grau de instrução e entendimento dos trabalhadores haitianos, bem como ao esforço e comprometimento podem ser fatores que refletem diretamente na capacidade de absorção de novos conhecimentos e técnicas.

Eles têm uma consideração pela chefia muito grande. Eles não questionam muito, faz lembrar o "coronelismo" que tinha no Brasil. Mas não é por isso que gostamos deles ou mandamos mais. Respeitamos eles e eles nos respeitam. A geração Y não chegou para eles. (informação verbal).

O comportamento dos haitianos, baseado no respeito e no cumprimento de suas responsabilidades, torna o trabalho dos supervisores mais leve e contribui para a existência de um clima organizacional saudável. Os entrevistados comentam que a obediência dos haitianos não é vista como uma forma de submissão, mas de respeito e de entendimento da estrutura hierárquica.

Os gestores evidenciam a preocupação da empresa em criar condições de adaptação e facilidades para os imigrantes haitianos. No entanto, para Tedesco (2016b), o trabalho em frigorífico em muitos setores é insalubre e os imigrantes são induzidos a realizar tarefas que nem sempre os nativos desejam. Segundo o autor, relatos de imigrantes enfatizam que eles aceitam as condições de trabalho postas, preferindo setores que remunerem melhor, mas, também, estão em maior exposição de riscos, insalubridade e precariedade de forma geral.

4.5 DIFERENÇAS EM TERMOS DE PRODUTIVIDADE ENTRE OS TRABALHADORES BRASILEIROS E HAITIANOS

De acordo com os relatos, em média, os trabalhadores haitianos apresentam maior produtividade em relação aos trabalhadores nacionais. Há, entretanto, algumas exceções, como no caso do trabalho feminino. O comprometimento e a dedicação dos haitianos acabam refletindo num maior retorno de produtividade. Esse maior desempenho é associado à necessidade do haitiano de ganhar dinheiro para o seu sustento e, principalmente, para enviar aos seus familiares que permanecem no Haiti. "Nós temos itens de controle individuais e então eles ficam acompanhando como eles estão. Eles se monitoram e buscam estar sempre melhores que os outros. É uma concorrência saudável. Existe, de 20, um que tem uma dificuldade maior, mas a maioria se destaca." (informação verbal).

O gênero influi tanto na experiência migratória das mulheres quanto nos fatores determinantes para a procura de emprego e no tipo de tarefa possível de ser executada. Para Dutra (2013), a discriminação para com a mulher trabalhadora migrante induz fenômenos como a segregação ocupacional.

A organização investigada apresenta algumas características de produção que refletem nas questões de insalubridade no ambiente de trabalho. Há ambientes mais insalubres que, apesar de remunerarem melhor, despertam pouco interesse nos trabalhadores nacionais. Contudo, é justamente nesses locais, por pagarem mais, que os haitianos querem ser alocados. Esta situação traz como consequência uma melhora nos índices de produtividade, na medida em que as questões relacionadas à rotatividade e ao absenteísmo são superadas.

"As áreas que têm mais haitianos têm menos absenteísmo. Eles não faltam. Faltam menos. Eles são mais resistentes. Nós temos muitos hipocondríacos, todo dia tem uma doença, remédios e com eles não tem isso." (informação verbal).

Em outros casos, apesar da preferência por trabalhadores haitianos, constata-se, em algumas situações, a dificuldade relacionada à adaptação da mulher haitiana no contexto do trabalho. Segundo o entrevistado, por suas características, a mulher haitiana, em situações específicas, apresenta um rendimento inferior às outras trabalhadoras, sendo mais custoso de conseguir a agilidade necessária.

Eu prefiro pegar trabalhadores haitianos, claro que você tem um pouco mais de dificuldade, tem áreas que é mais complicado, por exemplo em áreas que exigem mulheres, a mulher haitiana é mais dura que a brasileira. Menos ágil, mais bruta no sistema de fazer, tem mais dificuldade de lapidar. (informação verbal).

Apesar dessa rede que, de certa forma, oferece solidariedade e proteção, as questões da qualificação, da precarização e da flexibilização atingem também o trabalhador haitiano, e mesmo aqueles que têm condições de atuar em setores que requerem qualificação, não há reconhecimento das suas potencialidades (ALMEIDA, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo teve-se como objetivo geral investigar como a presença de trabalhadores imigrantes haitianos é abordada por gestores no contexto organizacional. Assim, foi realizado um estudo de caso que, por meio de entrevistas semi-estruturadas, permitiu conhecer a percepção de gestores de uma agroindústria do Oeste de Santa Catarina sobre os trabalhadores imigrantes haitianos.

A coleta e análise dos dados foi baseada em categorias de análise. Dessa forma, os entrevistados foram motivados a responder questões sobre a chegada dos primeiros trabalhadores haitianos na empresa e no seu respectivo setor, o relacionamento dos haitianos com os demais funcionários, o acolhimento dos imigrantes haitianos na empresa, as dificuldades e facilidades de gerenciar trabalhadores haitianos, que são diferentes de trabalhadores nacionais, e as

diferenças em termos de produtividade entre os trabalhadores brasileiros e haitianos.

Foi possível perceber a existência de divergências entre a percepção dos gestores e o que está descrito na literatura. Um ponto que ilustra isso está no que diz respeito às oportunidades de crescimento profissional. Os dados obtidos evidenciam a existência de oportunidades e, em alguns momentos, a preferência de gestores pelo trabalhador haitiano. No entanto, informações provenientes da literatura ressaltam que, principalmente no âmbito dos frigoríficos, a mão de obra haitiana é subutilizada.

A dificuldade de expressar-se em português foi outro ponto destacado. Nesse caso, houve concordância entre os gestores e a literatura. Nas duas fontes é possível encontrar pontos em comum sobre os prejuízos que, principalmente, os trabalhadores haitianos enfrentam por não conseguirem se expressar em português. Ressalta-se, no entanto, que grande parte dos trabalhadores haitianos tem conhecimento de múltiplas línguas, a exemplo do francês e do inglês.

O estudo apresentou algumas limitações, principalmente no âmbito da coleta de dados. Inicialmente, havia a intenção de realizar um grupo focal com gestores e uma entrevista em profundidade com a profissional de recursos humanos. Contudo, não foi possível conseguir o número mínimo de gestores para viabilizar um grupo focal e, da mesma forma, não houve oportunidade de concretizar a entrevista em profundidade.

A abordagem focada na percepção dos gestores apresenta um avanço no sentido da compreensão do complexo fenômeno da inserção de trabalhadores imigrantes haitianos no contexto organizacional. Nesse sentido, estudos futuros podem ser direcionados para aprofundar as discussões a partir do cruzamento de dados provenientes de gestores e trabalhadores haitianos. Mais importante que apontar possíveis divergências é entender e apresentar possíveis caminhos para a melhoria dos relacionamentos e das condições de trabalho e crescimento pessoal e profissional dos imigrantes haitianos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. D. Comunicação, consumo e democracia: desafios e possibilidades na imigração haitiana. **Revista PAULUS**, v. 1, n. 2, p. 99-110, 2017.

BARCELOS, L. C. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. **Afro-Ásia**, n. 17, 2017.

BARRETO, P. C. S. Gênero, raça, desigualdades e ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 16, p. 39-64, 2015.

CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, v. 1, n. 1, 2007.

COGO, D. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 1, p. 1-18, 2016.

DUTRA, D. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 177-193, 2013.

GUERREIRO RAMOS, A. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, v. 2, 1954.

GUIMARÃES, M. A.; ALONSO, K. M. Haitian migration to Brazil: when the racial landscape changes and "i" and the "other" confront each other in the media and in digital social networks. **Ronaldo Baltar Elaine Mateus**, p. 53, 2017.

IBGE. **IBGE estados**. Rio de Janeiro: IBGE/MMA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

JAIME, P. Interculturalidade e comunicação nas organizações: reflexões antropológicas e notas para uma agenda de pesquisas. **Organicom (USP)**, v. 11, p. 77-89, 2014.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. A imigração haitiana em Santa Catarina: Fases e contradições da inserção laboral. **Blucher Social Sciences Proceedings**, v. 2, n. 4, p. 377-388, 2016.

OLIVEIRA, M. R. et al. Resignificação da identidade no processo de imigração haitiana: uma pesquisa numa cidade do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2016.

PADILHA, L. S. et al. Imigração haitiana e diversidade: o haitiano no Brasil. In: SEMINÁRIO REGIONAL E SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SAÚDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO, 2., Chapecó, 2017. **Anais...** Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2017.

PIZZINATO, A. et al. Aspectos étnico-raciais e de gênero na inserção universitária de jovens africanas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 70, p. 732-751, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000300732&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2017.

RAWLINSON, T. et al. From Haiti to the Amazon: public health issues related to the recent immigration of Haitians to Brazil. **PLoS neglected tropical diseases**, v. 8, n. 5, p. e2685, 2014.

SILVA, G. M.; REIS, E. P. Interpretações e reações à estigmatização étnico-racial: narrativas dos Negros Brasileiros em perspectiva comparada. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, n. 2, 2015.

TEDESCO, J. C. "Com a faca no pescoço": trabalho, mercado e religião. A certificação halal e os imigrantes nos frigoríficos de aves no sul do país. **Revista Signos**, v. 37, n. 2, 2016b.

TEDESCO, J. C. O trabalho e sua centralidade no cenário das migrações internacionais. **Anais**, p. 1-15, 2016a.

ZENI, K.; FILIPPIM, E. S. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 15, p. 11-27, 2014.



Capítulo VII

A PERCEPÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO CONTEXTO SOCIAL E ORGANIZACIONAL DE SANTA CATARINA

Marilei Osinski¹
Darlan José Roman²
Jacir Favretto³

1 INTRODUÇÃO

O Haiti é um país localizado no arquipélago das Grandes Antilhas, no Caribe. Ao mesmo tempo em que possui belezas naturais e ilhas paradisíacas, o Haiti apresenta inúmeros problemas sociais, políticos, econômicos e agrícolas. Atualmente destaca-se por ser o país mais pobre da América (TIRAPELLI, 2016; MAGALHAES, 2017).

Motivados pelos problemas e dificuldades do próprio país, os haitianos migram para outros países buscando oportunidades e um futuro melhor. Autores como Alcantara (2014), Isma (2014), Giovanetti (2016) e Diehl (2017) consideram a imigração haitiana uma diáspora, pois aumentou consideravelmente.

A imigração é vista como um meio para escapar da instabilidade interna e das mazelas que assolam o país, inclusive desastres naturais como o terremoto ocorrido em 2010, que agravou as dificuldades enfrentadas pelos habitantes desse país (ALCANTARA, 2014; ISMA, 2014; GIOVANETTI, 2016; DIEHL, 2017).

O Brasil tem sido um dos destinos dos imigrantes haitianos, e muitos deles moram, trabalham e estudam atualmente no Estado de Santa Catarina. Diante dessa realidade, o objetivo geral com o

¹ Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento; doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina; marileiosinski@gmail.com

² Professor permanente nos cursos de mestrado e doutorado em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina; darlan.roman@unoesc.edu.br

³ Pós-Doutor em Contabilidade e Atuária pela Universidade de São Paulo; Doutor em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina e na Universidade do Contestado; jacir.favretto@unoesc.edu.br

presente estudo foi analisar as diferentes formas de acolhimento, ambientação e socialização dos imigrantes haitianos no contexto social e organizacional de Santa Catarina.

Além desta seção de introdução, o presente artigo apresenta a revisão da literatura que aborda o tema “Imigração haitiana”, seguida pela seção de metodologia. Na seção seguinte é apresentada a análise e discussão dos dados, que antecede as considerações finais. Finalmente, são listadas as referências utilizadas para a realização dessa pesquisa.

2 IMIGRAÇÃO HAITIANA

A imigração dos haitianos para o Brasil foi motivada por um terremoto que teve Porto Príncipe, a capital e centro político e econômico do Haiti, como epicentro. O referido terremoto ocorreu em janeiro de 2010 e transformou essa região em um espaço de dor e sofrimento, com um saldo de mais de um milhão de desabrigados e mais de 200 mil mortos (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014; COGO; SILVA, 2016; AGUIRRE, 2016; SILVA; LIMA, 2016; SILVA, 2016).

Esse terremoto agravou ainda mais os problemas sociais, políticos, econômicos e agrícolas existentes no Haiti, conforme explica Tirapelli (2016). Atualmente o Haiti é o País mais pobre da América, de acordo com Magalhaes (2017). Diante desses problemas, a imigração haitiana aumentou consideravelmente, e muitos autores, como Alcantara (2014), Isma (2014), Giovanetti (2016) e Diehl (2017) consideram-na uma diáspora. A imigração é um meio para escapar da instabilidade interna e das mazelas que assolam o País. Os problemas são de natureza política, social e econômica. Além disso, há também o problema ambiental, agravado pelo terremoto.

As possibilidades de trabalho, o sistema formal de educação, a vida política e as condições de higiene e saúde agravaram-se após o terremoto, além de fragilizar ainda mais a economia do Haiti. Diante dessas fragilidades, Pimentel e Cotinguiba (2014) destacam que os principais motivos para a migração de haitianos para o Brasil foram:

o terremoto ocorrido no Haiti em 2010, oportunidades de trabalho (inclusive nas obras para a Copa do Mundo 2014), oportunidades para estudar, conhecimento do país (Brasil), uma vida melhor e para acompanhar a família.

Isma (2014) explica que o referido terremoto causou um desastre ambiental, social e econômico no Haiti em 2010. Nesse período, o Governo brasileiro manteve suas fronteiras abertas para que os cidadãos haitianos pudessem trabalhar em algumas empresas brasileiras, principalmente nos setores de construção civil, agropecuária e indústria. Essas empresas buscam mão de obra barata do Haiti.

A vulnerabilidade jurídica e social do trabalhador migrante é tratada por Giovanetti (2016), que considera necessário abordar as dificuldades e barreiras que os imigrantes enfrentam no novo (e desconhecido) território. A autora aponta, ainda, algumas políticas públicas desenvolvidas pelo Governo brasileiro com a finalidade de acolher, integrar e efetivar os direitos fundamentais desses imigrantes.

Cotinguiba e Cotinguiba (2014) destacam que a barreira linguística existente entre os brasileiros e os haitianos é uma das principais dificuldades enfrentadas na convivência com os imigrantes. No mesmo sentido, Silva e Lima (2016) evidenciam a necessidade de se aplicarem ações práticas e políticas para os problemas da imigração haitiana e propostas para a permanência digna dos haitianos no Brasil, como o ensino da língua portuguesa, por exemplo.

Na região Norte do Brasil já existem ações que buscam superar as barreiras enfrentadas pelos imigrantes. Foi criado, por exemplo, um projeto de extensão, conforme explicam Cotinguiba e Cotinguiba (2015), com a intenção de ensinar a língua portuguesa, além de informar os imigrantes sobre leis trabalhistas, geografia e história do Brasil, bem como sobre as tradições culturais brasileiras.

Por outro lado, Diehl (2017) afirma que o Brasil não estava "preparado" para receber os imigrantes, que eram indesejados pela população e pelo Governo. Consequentemente, esse fato desenvolveu casos de xenofobia e estigmatização dos imigrantes, que buscavam

novos caminhos para seguir, uma vez que se viam obrigados a encontrar novos países para imigrar diante do cenário de dificuldades do Haiti.

No mesmo sentido, Giovanetti (2016) explica que como o Governo brasileiro não esperava a vinda numerosa de migrantes, não havia políticas públicas nem infraestrutura para recebê-los. Assim, os primeiros grupos de haitianos que chegaram ao Brasil foram enviados a acampamentos ou abrigos públicos, que tinham fragilidades e expunham os imigrantes a uma situação de completo abandono.

Em decorrência da chegada dos imigrantes, surgiu a necessidade de que as comunidades receptoras, os movimentos sociais e as instâncias governamentais, tanto de acolhimento quanto de regulação dos fluxos, estabelecessem critérios de entrada e permanência no Brasil. Essa realidade envolve questões de segurança, saúde, educação e geração de empregos e renda, uma vez que se trata de uma situação de vulnerabilidade pessoal e social, sujeitando os imigrantes à ação de aproveitadores (CAMARGO, 2013).

Em relação às necessidades dos imigrantes, Silva (2014) destaca que houve a criação, pelo Estado brasileiro, do "visto permanente por razões humanitárias" a partir da relação com as normativas internacionais que dizem respeito à proteção aos refugiados. Marco (2015) complementa que embora possua insuficiente legislação regulamentadora, o Brasil recebe os imigrantes, apregoando o multiculturalismo e o reconhecimento da promoção da dignidade humana através de direitos humanos fundamentais estendidos para imigrantes.

O acolhimento é motivado essencialmente pelo Evangelho, que é uma referência no assunto e permite a chegada ou a regularização da permanência dos imigrantes sem condenação por crime, para que possam se inserir no mercado de trabalho. O acolhimento é diversificado, inclui oferta de moradia provisória, assistência na busca de emprego e criação de espaços culturais. Além disso, prioriza os mais vulneráveis, porém não há ações concretas específicas para a mulher imigrante (ARAUJO; 2015, DIEME, 2016).

Segundo Silva (2014) e Araujo (2015), a igreja é um dos locais onde os haitianos recebem informações a respeito dos serviços de assistência disponíveis, que são relativos à alimentação, alojamento, cursos de língua portuguesa e cursos profissionalizantes. Nesse espaço contam, também, com encaminhamento para o mercado de trabalho. Cogo e Silva (2016) complementam que algumas organizações de apoio às migrações são vinculadas à Igreja Católica e a redes de imigrantes e instituições acadêmicas que se mobilizam para reivindicar um tratamento humanizado à imigração haitiana.

A fragilidade da política migratória adotada pelo Governo brasileiro é criticada por Alcantara (2014) do ponto de vista humanitário e estratégico para a política de desenvolvimento nacional e de relações bilaterais Brasil-Haiti. Segundo o autor, houve demora de dois anos após o terremoto para a emissão da resolução normativa e faltam políticas de inclusão para esses imigrantes. O visto humanitário oferece o direito de trabalhar de forma legal no Brasil, mas não houve desenvolvimento de outras políticas integradas que facilitassem a inclusão dos haitianos à sociedade brasileira.

3 METODOLOGIA

A elaboração deste estudo foi iniciada pela busca de artigos científicos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e de Teses e Dissertações no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. O Banco de Teses e Dissertações da CAPES faz parte do Portal de Periódicos da CAPES/MEC e visa facilitar o acesso a informações referentes a teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação do Brasil (PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES, 2017).

Foram escolhidos esses repositórios pois constituem bases de dados relevantes e abrangentes, nos quais estão disponíveis diversas publicações, bem como outras bases de dados, como Scopus e SciELO. O Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que conta com mais de 38 mil títulos com texto completo em seu

acervo, além de reunir e disponibilizar o melhor da produção científica internacional (PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES, 2017).

Após escolher o Portal de Periódicos da CAPES como base de dados para a realização deste estudo, foi acessado o site <http://www.periodicos.capes.gov.br/>, no qual foi escolhido o campo "Buscar assunto" e em seguida "Busca avançada", onde foi inserido o termo "imigração haitiana", entre aspas, usando operadores booleanos. Os filtros utilizados foram "contém" o termo "imigração haitiana" "no título" OR "no assunto", sem restringir o "idioma" ou "Data de publicação". O único filtro selecionado nesse momento foi o "Tipo de material", que deveria ser apenas "artigos". Essa busca teve cinco resultados.

Posteriormente, a mesma busca foi realizada alterando apenas o termo buscado para "Haitianos e trabalho", na qual nenhum resultado foi encontrado. Da mesma forma, as buscas realizadas com os mesmos critérios, porém substituindo o termo para "Haitianos e empresas" e "Haitianos e organizações", não localizaram nenhum resultado.

Similarmente à busca avançada no Portal de Periódicos da CAPES, foram realizadas buscas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES através do site: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>. Primeiramente, no campo "inserir termo" foi digitado o termo "imigração haitiana" (entre aspas, usando operadores booleanos) e clicou-se em "buscar". Como essa busca apresentou apenas 22 resultados, os pesquisadores decidiram não restringir mais a busca, optando por não inserir qualquer filtro nesse momento da pesquisa.

Essa mesma busca realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES foi repetida substituindo apenas o termo "imigração haitiana" por "Haitianos e trabalho", na qual não houve nenhum resultado. Finalmente, realizou-se exatamente a mesma busca com o termo "Haitianos e empresas", seguida de "Haitianos e organizações", as quais também não apresentaram nenhum resultado.

Assim, com a realização das buscas foram encontradas, no total, 27 publicações envolvendo os termos pesquisados no presente estudo. Do total de 27 trabalhos, cinco são artigos científicos e 22 são teses ou dissertações. A próxima etapa da pesquisa consistiu na

leitura e seleção dos artigos pertinentes, que foram analisados e são apresentados na seção de análise e discussão dos dados, a seguir, bem como na seção de fundamentação teórica deste estudo.

Os dados utilizados na presente pesquisa são primários e trata-se de uma pesquisa mista, que utiliza tanto técnicas da pesquisa quantitativa quanto da qualitativa. A pesquisa quantitativa fica evidente pelo uso da bibliometria, que consiste em uma técnica quantitativa de mensuração. A pesquisa qualitativa, por sua vez, está presente, principalmente, pela realização de um grupo focal com quatro imigrantes haitianos para a coleta de dados primários (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; CRESWELL, 2010).

Além disso, para a realização desta pesquisa foram usados dados secundários, presentes nos 27 estudos resultantes das buscas. A presente pesquisa usa conhecimentos já sistematizados e descreve o objeto de estudo e suas características, classificando-se como descritiva, indutiva e bibliográfica, além de ser uma pesquisa bibliométrica (GIL, 1999; ALMEIDA, 2011). A análise e discussão dos dados é apresentada a seguir, de forma descritiva.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Conforme apresentado na seção Metodologia, a presente pesquisa contou com duas formas de coleta de dados: a bibliometria e o grupo focal. Na próxima seção (intitulada Dados Bibliométricos) serão apresentadas as informações bibliométricas coletadas nos cinco artigos e nas 22 teses e dissertações localizadas a partir das buscas realizadas no Portal de Periódicos da CAPES e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Na seção seguinte (Dados do Grupo Focal) as informações coletadas diretamente com os imigrantes haitianos serão apresentadas.

4.1 DADOS BIBLIOMÉTRICOS

Após coletar os dados para a realização deste estudo, os 27 materiais encontrados foram lidos com a intenção de selecioná-los e agrupá-los os mesmos de acordo com informações em comum. Primeiramente são apresentados os dados referentes aos cinco artigos e, a seguir os referentes às 22 teses e dissertações. Quando se tratou de informações muito variadas entre si, foram elaborados quadros a fim de facilitar a visualização dos resultados.

Em relação à metodologia utilizada pelos autores dos cinco artigos localizados a partir da busca, constatou-se que os autores de dois artigos desenvolveram pesquisas qualiquantitativas, enquanto os outros três realizaram pesquisas qualitativas. O instrumento de coleta de dados mais utilizado foram a entrevista (em dois artigos) e a realização de estudo teórico (também em dois artigos). A etnografia foram utilizada em um único artigo.

Quanto ao idioma, todos os cinco artigos foram escritos em língua portuguesa, provavelmente pelo fato de se tratar de imigrantes que entraram no Brasil. Do total de cinco artigos, dois foram publicados no ano 2014 e dois em 2016, enquanto no ano 2015 houve apenas uma publicação abordando a temática em questão.

Além disso, todos os cinco artigos foram publicados em periódicos variados. Os periódicos nos quais constam as referidas publicações são: Revista Pedagógica; Universitas: Relações Internacionais; Revista Famecos (on-line); Revista Territórios & Fronteiras; e Direito, Estado e Sociedade.

Do total de 22 teses e dissertações publicadas sobre a temática em questão apenas duas são teses de doutorado. Todas as outras 20 são dissertações de mestrado. O idioma de todas as 22 teses e dissertações é a língua portuguesa. A metodologia utilizada pelos autores teve predominância da pesquisa qualitativa, que foi utilizada em 19 trabalhos. A pesquisa mista (qualiquantitativa) foi utilizada em três estudos, e a pesquisa quantitativa em nenhum deles.

O instrumento de coleta de dados utilizado, por sua vez, é mais variado. Constatou-se a existência de: um questionário; uma observação participante; uma etnografia; um estudo de caso; uma etnografia juntamente com observação participante; e três estudos teóricos. No entanto, 14 autores realizaram entrevistas, equivalendo a 64% do total das 22 teses e dissertações e representando a maioria.

Houve um aumento expressivo na quantidade de teses e dissertações publicadas de 2014 a 2016 no Brasil envolvendo a imigração haitiana. Nos anos 2014 e 2015 foram publicadas cinco teses ou dissertações, totalizando 10 obras nesse período. Em 2016 esse número subiu para sete. Para facilitar a visualização das informações referentes ao ano de publicação das 22 teses e dissertações, foi elaborada a Tabela 1.

Tabela 1 – Ano de publicação

Ano	Quantidade
1996	1
2000	1
2013	1
2014	5
2015	5
2016	7
2017	2

Fonte: os autores.

A respeito dos programas de pós-graduação e das universidades onde foram desenvolvidas as 22 teses e dissertações em questão, constatou-se que não houve concentração de trabalhos em uma única região do Brasil. Pelo contrário, as instituições são variadas e distribuídas pelo território nacional.

Dentre as 22 teses e dissertações analisadas, três foram publicadas pela Universidade Federal de Rondônia. A Universidade Estadual de Campinas, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Pontifícia Universidade Católica

do Rio Grande do Sul tiveram duas publicações cada. A Tabela 2 apresenta essas informações.

Tabela 2 – Instituição de publicação

Universidade	Quantidade
Universidade de São Paulo	1
Centro Universitário Unieuro	1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	1
Centro Universitário Curitiba	1
Universidade Metodista de Piracicaba	1
Universidade Federal do Amapá	1
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal do ABC	1
Universidade Federal de Goiás	1
Universidade Estadual de Campinas	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2
Universidade de Brasília	2
Universidade Federal de Rondônia	3

Fonte: os autores.

Quanto aos programas de pós-graduação nos quais as 22 teses e dissertações em questão foram desenvolvidas, houve maior número no programa de pós-graduação em Direito, que teve quatro registros. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia registrou três publicações, enquanto os Programas de Pós-Graduação em História, em Letras e em Ciências [Humanas e] Sociais contam com duas publicações cada. Essas informações são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Programa de Pós-Graduação

Programas	Quantidade
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa	1
Curso de Mestrado em Ciência Política	1
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Política Internacional	1
Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável	1
Programa de Pós-Graduação em Demografia	1
Programa de Pós-Graduação em Geografia	1
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados das Américas	1
Programa de Pós-Graduação em Psicologia	1
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	1
Curso de Pós-Graduação em Ciências [Humanas e] Sociais	2
Programa de Pós-Graduação em História	2
Programa de Pós-Graduação em Letras	2
Programa de Pós-Graduação em Sociologia	3
Programa de Pós-Graduação em Direito	4

Fonte: os autores.

Os Programas nos quais os referidos estudos foram publicados são:

- a) Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo;
- b) Curso de Mestrado em Ciência Política – Centro Universitário Unieuro;
- c) Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Política Internacional – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;
- d) Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- e) Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões;

- f) Programa de Mestrado em Direito – Centro Universitário Curitiba;
- g) Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Metodista de Piracicaba;
- h) Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas – Universidade Federal do Amapá;
- i) Programa de Pós-Graduação em Demografia – Universidade Estadual de Campinas;
- j) Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Estadual de Campinas;
- k) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro;
- l) Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- m) Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- n) Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados das Américas – Universidade de Brasília;
- o) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília;
- p) Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do ABC;
- q) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul;
- r) Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul;
- s) Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Goiás;
- t) Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais – Universidade Federal de Rondônia;
- u) Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Rondônia. Nesse mesmo programa foram publicadas duas Dissertações de Mestrado, uma em 2014 e outra em 2015.

4.2 DADOS DO GRUPO FOCAL

O grupo focal foi realizado com quatro imigrantes haitianos, todos do sexo masculino e que vivem há mais de três anos no Brasil. O grupo focal foi realizado em uma igreja evangélica de Santa Catarina, por indicação dos próprios imigrantes haitianos, pois são frequentadores assíduos da Igreja em questão e sentem-se à vontade nesse ambiente. O grupo focal durou uma hora e 20 minutos e foi gravado, com autorização de todos os participantes. Após a realização do grupo focal, foi feita a transcrição da sua gravação.

Finalizada a transcrição, foi elaborada a presente seção de Análise e discussão dos dados do grupo focal, que apresenta as informações coletadas diretamente com os imigrantes haitianos, de acordo com a realidade e experiência de cada um. Nesse momento são apresentados os fatos relatados pelos participantes e ressalta-se que a coleta de dados foi feita de forma anônima, resguardando a identidade de todos os quatro participantes.

Como se trata de uma pesquisa anônima que não contém qualquer tipo de identificação dos seus participantes, foram criados nomes fictícios, garantindo o anonimato de todos os quatro imigrantes haitianos. Assim, a partir desse momento os quatro participantes serão tratados pelos seguintes nomes fictícios: "Imigrante H"; "Imigrante A"; "Imigrante I"; e, "Imigrante T", a fim de identificar o posicionamento de cada participante e organizar suas declarações.

O roteiro elaborado previamente para realização do grupo focal continha 13 tópicos, organizados por meio de perguntas abertas, possibilitando que cada participante se sentisse livre para expor seus posicionamentos, ideias, emoções e opiniões. Nesta seção são apresentados e discutidos os 13 tópicos abordados na realização do grupo focal de forma descritiva, sem atribuir juízo de valor às informações coletadas.

Com a primeira questão abordada durante o grupo focal buscou-se saber o que motivou cada participante a sair do Haiti e vir ao Brasil. Os Imigrantes H e A afirmam que sua motivação foi o estudo,

pois saíram do Haiti com a intenção de estudar no Brasil. O Imigrante H conseguiu, inclusive, uma bolsa de estudos para estudar no Brasil, há seis anos. Esses dois participantes consideram que é sempre bom estudar fora, que é uma experiência relevante. O motivo para a migração dos Imigrantes H e A é um dos apontados por Pimentel e Cotinguiba (2014): oportunidades para estudar.

O Imigrante I veio para estudar em Foz do Iguaçu, mas perdeu a bolsa e mudou-se para Santa Catarina para trabalhar. Atualmente só trabalha, pois não consegue outra bolsa e não pode estudar sem bolsa, diz que é difícil porque precisa pagar as contas. O Imigrante T, por sua vez, veio para trabalhar e conhecer o Brasil, pois afirma que esse sempre foi seu desejo. Os motivos e a migração dos Imigrantes I e T são os mesmos citados por Pimentel e Cotinguiba (2014): estudar, trabalhar e conhecer o Brasil.

O segundo tópico refere-se à trajetória do imigrante desde que saiu da sua cidade natal no Haiti até o presente, abordando dificuldades, lugares por onde passou, quem o ajudou, etc. Nesse ponto o Imigrante A relata que passou pelos aeroportos do Panamá e de Guarulhos, na viagem de avião. Como veio, primeiramente, para estudar, a bolsa cobriu as despesas da passagem e por isso foi tranquilo. Além disso, tinha um coordenador em cada aeroporto, desde o Haiti, que o auxiliava porque ele não falava português.

A trajetória do Imigrante H foi parecida com a do Imigrante A, pois também contou com o suporte de um coordenador e com o auxílio da bolsa, dispondo de todas as orientações necessárias. O Imigrante I, por sua vez, teve uma trajetória bastante diferente, pois ele mesmo pagou todas as despesas e quando saiu do Haiti não falava nada de português nem de espanhol. Comunicava-se apenas em inglês, e durante a passagem pelo Panamá teve bastante dificuldade de comunicação. A barreira linguística apontada pelo Imigrante I é uma das principais dificuldades enfrentadas na convivência, corroborado por Cotinguiba e Cotinguiba (2014).

Quando chegou ao destino, o Imigrante I contou com a ajuda de um amigo haitiano que já morava na cidade. Depois o Imigrante I

pegou um ônibus e seguiu viagem até Foz do Iguaçu, mas comenta que foi uma viagem muito cansativa que durou mais de 12 horas. Como ele chegou no decorrer do semestre e não falava português, foi tarde demais e não conseguiu acompanhar a turma. Então voltou para Santa Catarina porque tinha amigos no Estado. Passou a morar com esses amigos e começou a trabalhar. Além da ajuda dos amigos, contou também com a ajuda de parentes que estão nos Estados Unidos.

Após sair do Haiti há três anos, o Imigrante T mudou-se para a República Dominicana, mas algum tempo depois pegou um avião para o Equador e posteriormente para São Paulo. Depois saiu de São Paulo e foi morar em Belo Horizonte, onde passou um ano e um mês. Finalmente, falou com um primo que morava em Santa Catarina e com sua ajuda mudou-se para esse Estado.

A principal dificuldade destacada pelos Imigrantes I e T foi a comunicação, por não falarem o idioma. O Imigrante T revela que não entendia nada e depois de certo tempo conseguiu se acostumar, com a ajuda de alguns brasileiros que falavam as palavras devagar para ele repetir. Com esse exercício começou a se comunicar um pouco melhor, pois no início apenas o idioma espanhol o ajudava na comunicação. Além disso, precisou frequentar uma escola para aprender os verbos. Assim como apresentado por Cotinguiba e Cotinguiba (2014), os Imigrantes I e T consideram a barreira linguística como uma das principais dificuldades enfrentadas na convivência.

Na questão seguinte buscou-se saber como o imigrante se sentiu ao chegar na cidade onde está agora, em Santa Catarina. O Imigrante A afirma que percebeu que o Haiti é um país muito diferente, muito atrasado, muito pobre e que no Brasil tem mais infraestrutura e saneamento, tudo bem planejado. Essa declaração é coerente com a afirmação de Magalhaes (2017) de que o Haiti é o País mais pobre da América.

Além disso, o Imigrante A destaca que o povo é receptivo, é um povo que sorri. Quando precisa de informações na rua as pessoas

têm paciência para ouvir, tentar entender e orientar, apesar de que às vezes (os imigrantes) trocam as palavras e misturam com o crioulo.

O Imigrante H teve uma sensação diferente e destaca que não aguentava o frio de Santa Catarina, pois chegou em agosto e ficou mal no início, porque no Haiti é calor o ano inteiro. Afirma que atualmente, seis anos depois, está acostumado. Destaca, também, que comparando com o Haiti, o Brasil é muito diferente: a cultura é diferente, o povo, a língua. Declara que em Santa Catarina as pessoas têm uma cultura europeia, que é diferente da do Haiti. Concorde com o Imigrante A de que a recepção foi boa e que na rua quando pergunta algo as pessoas tentam ajudá-lo a conseguir o que busca.

O Imigrante I sentiu muita saudade da namorada e foi muito ajudado na igreja. Silva (2014), Araujo (2015) e Cogo e Silva (2016) destacam o apoio oferecido pela igreja aos imigrantes. O Imigrante I considera-se uma pessoa de sorte, pois toca teclado e diversos outros instrumentos, e na igreja pode fazer parte das atividades e consegue ajudar. Comenta, ainda, que as canções e o estilo de músicas da igreja de Santa Catarina são diferentes das músicas do Haiti. As pessoas também são diferentes e as mulheres de Santa Catarina são muito lindas na sua opinião.

O Imigrante T declara que quando chegou em Santa Catarina se sentiu bem. Como já viajou e morou em outros lugares, ele sempre fez amizades. Considera que é maravilhoso conhecer essas pessoas e por isso foi uma experiência boa.

Com a próxima questão buscou-se saber como o imigrante se sentiu ao ingressar na empresa onde trabalha atualmente. O Imigrante A afirma que se sentiu muito negro, muito negro mesmo, porque estava em uma sala onde era o único negro, sabendo que o Brasil tem 52% da população de negros.

Além disso, quando começou a estudar em Santa Catarina, o Imigrante A não falava português e era difícil se integrar em grupos de trabalho, porque não conseguia se comunicar. Afirma, ainda, que quando chegou ao Brasil, em 2011, percebeu que os negros que encontrava na

Universidade eram da África, ninguém do Brasil. Destaca que isso era assustador para ele, pois o Haiti tem 95% de negros.

O Imigrante H relata que sua experiência ao ingressar na empresa foi bem legal, pois não teve muita dificuldade para aprender porque seu chefe foi muito aberto para ajudar. Mas ressalta que, assim como o Imigrante A, sentiu-se mais negro. A experiência do Imigrante I foi diferente porque trabalha numa lanchonete e aprende muitas coisas. Ele destaca que foi muito bom porque a sua chefe fala inglês e isso facilitou a comunicação, uma vez que ele não falava português quando começou a trabalhar nessa empresa.

O Imigrante T veio de Belo Horizonte por meio do contato de outro primo que já estava em Chapecó. Considera que na empresa atual não é tão complicado quanto na anterior, em Belo Horizonte, porque lá ele trabalhava numa empresa de vidros e sentia muito medo de se machucar. Era muito perigoso e via colegas feridos e até mesmo com partes do corpo dilaceradas e decepadas. O problema na chegada foi que não entendia o que falavam e não sabia o que fazer, além do medo.

No tópico seguinte questionou-se o que cada imigrante considera mais positivo em trabalhar na empresa onde está, verificando a existência de benefícios ou ações que o participante percebe positivamente da parte da empresa. O Imigrante A afirma que cresceu intelectualmente desde que chegou em Santa Catarina, pois chegou em um lugar estruturado e aproveita muito, tanto para aperfeiçoar o idioma quanto para se preparar. Considera-se capaz de enfrentar outros desafios a partir das experiências que tem na organização.

O Imigrante H considera a experiência obtida como o principal ponto positivo, por poder aprender outra língua, outra cultura, outro nível de conhecimento. De forma similar, o Imigrante I diz que o único ponto positivo é estar aprendendo a fazer coisas diferentes que não conhecia, mas lamenta o fato de que o dinheiro que recebe não é suficiente e termina antes do fim do mês. O Imigrante T, por sua vez, diz que o benefício são os colegas de trabalho, pois se alegra com os brasileiros.

Na próxima questão feita aos imigrantes buscou-se identificar quais são as maiores dificuldades em trabalhar nessa empresa

de Santa Catarina. O Imigrante A afirma que inicialmente foi a comunicação, pois uma pessoa pode ser um ótimo profissional, conhecer, saber as coisas, mas se não souber conversar, explicar, acaba parecendo ignorante. Os Imigrantes H e T também destacam a língua como a maior dificuldade.

No mesmo sentido, o Imigrante I expõe o desconforto de não entender o que está acontecendo. Declara, ainda, que se sentia bem apenas quando a chefe estava perto, porque podia conversar com ela em inglês. Explica que a dificuldade se deve ao fato de que os colegas precisam frequentemente mostrar ferramentas e utensílios, pois apenas falando em português ele não entende.

Nesse ponto constatou-se que os quatro participantes concordam que o idioma é a maior dificuldade. Esse fato está de acordo com a afirmação de Cotinguiba e Cotinguiba (2014) de que a barreira linguística é uma das principais dificuldades enfrentadas na convivência dos imigrantes.

Com a próxima questão buscou-se saber o que mais motiva os imigrantes a permanecerem na empresa onde trabalham. O Imigrante A acredita que tudo o que aprende pode ser uma “ponte” para ser utilizada posteriormente. Considera que é um desafio, mas o aprendizado é a maior motivação, uma vez que ele precisa disso para avançar. O Imigrante T, por sua vez, diz que se sente motivado a fazer a empresa crescer, pois gostaria de crescer junto com ela.

Por outro lado, o Imigrante H admite que o que mais o motiva a trabalhar é o dinheiro. Da mesma forma, o Imigrante I diz que o dinheiro é sua motivação, pois a família também precisa dele. Além disso, afirma que continua nessa empresa porque não consegue outro trabalho.

No tópico seguinte questionou-se sobre como é a relação dos participantes desse grupo focal com os outros trabalhadores e supervisores da empresa. O Imigrante H afirma que foi bem recebido quando chegou na empresa e nunca teve problema com o chefe, que é compreensivo. O Imigrante I também afirma que o relacionamento com os colegas é legal, que às vezes dão carona para ele voltar embora do trabalho e o convidam para comer nas suas casas.

A única reclamação do Imigrante I é que alguns trabalhadores ficam pedindo para ensinar francês e perguntando a tradução de muitas palavras para o francês. O Imigrante T afirma que o relacionamento é ótimo, mas que não gosta de conversar durante o trabalho. Ele prefere se concentrar para garantir o melhor resultado.

O Imigrante A diz que aprende a lidar com o ambiente, aprende a se adaptar, de modo que quando está tudo bem ele se sente bem, mas que se a empresa tivesse problemas ele fingiria estar tudo bem enquanto procuraria outro trabalho, montando um plano para sair sem criar inimizade. Destaca que não procura problemas, mas pode perceber que existem.

Além disso, o Imigrante A afirma que o ambiente é agradável e não há nenhum problema entre ele e os outros funcionários, pois isso dificilmente acontece. Inclusive ele recebeu presente no aniversário. Ele diz que não se preocupa com questões como o racismo (ou mesmo se os colegas não queriam fazer trabalhos com ele durante o curso, pois podia fazer sozinho) porque está só de passagem pelo Brasil e não pensa nas coisas negativas.

A questão seguinte buscou saber do que os participantes mais gostam na vida nessa cidade de Santa Catarina. Nesse momento o Imigrante A declarou que quando chegou em Santa Catarina sentiu que estava no melhor lugar do Brasil. Ele gosta da cultura e das atividades noturnas e, também, porque encontra muitas meninas lindas na rua. O Imigrante T gosta de viver nessa cidade porque ela é planejada, linda e maravilhosa. Além disso, destaca que gosta muito da igreja. O apoio oferecido pela igreja aos imigrantes é destacado por Silva (2014), Araujo (2015) e Cogo e Silva (2016).

O Imigrante H, por sua vez, gosta mais da tranquilidade da cidade, pois já foi para outras cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e afirma que se identifica mais com a tranquilidade de Santa Catarina. Também gosta da cultura e da comida. No mesmo sentido, o Imigrante I gosta da tranquilidade e segurança de Santa Catarina, pois pode andar na rua à noite ou sair de madrugada de casa sem problemas.

No próximo tópico buscou-se identificar o que não agrada os imigrantes nessa cidade de Santa Catarina. O Imigrante A destaca que é a desigualdade racial; argumenta que é só entrar numa universidade para ver que praticamente não há negros, olhar para os carros na rua para perceber que quase não há negros dirigindo, porque não têm carros, e, quando têm, são os piores, da mesma forma, ao entrar numa empresa nunca se vê negros em uma posição melhor.

O Imigrante A conclui que o negro está sempre limpando algo, e isso é o que mais o desagrada. Acrescenta que isso não existe apenas no Sul do Brasil, pois mesmo numa cidade onde a maioria são negros, é a mesma coisa. O Imigrante H concordou e complementou que nas universidades praticamente não há alunos nem professores negros. Desabafa que ainda não conseguiu aguentar isso e afirma que isso deve mudar, pois é muita desigualdade. Acrescenta que a desigualdade fica muito evidente numa rua onde os pobres estão todos vivendo no mesmo lugar.

O Imigrante I lamenta que não pode mudar nada, pois sempre foi assim. O País é assim e ele acredita que vai ficar assim como está, mas que deveria haver uma revolução. Destaca que sempre que tem alguém precisando de pessoas para trabalhar, é sempre um branco.

O Imigrante T, por sua vez, não gosta do fato de que as próprias pessoas negras se colocam num espírito mental baixo, numa posição inferior. Além disso, não o agrada o homossexualismo explícito, pois argumenta que na Bíblia diz que um homem não pode beijar outro homem. O Imigrante I afirma que para ele foi muito estranho quando presenciou pela primeira vez um beijo entre dois homens em Santa Catarina, pois no Haiti nunca viu isso, mas que atualmente não se importa.

Na próxima questão buscou-se saber do que os imigrantes haitianos mais sentem falta da sua terra natal. O Imigrante I diz que sente falta de várias coisas, mas cita o fato de que no Haiti tinha carro e também a saudade da mãe. O Imigrante A sente mais falta da família. Desde o início é a falta da família e também dos amigos e da igreja.

Chorando, o Imigrante H também destaca a falta da família e diz que em 2015 foi para o Haiti porque não aguentava mais ficar em

Santa Catarina, pois estava com muita saudade da família. Declara que é muito apegado à família. Ele também sente muita falta dos amigos, do “país”, do sol, das praias, de tudo de lá, porque ele gosta muito do Haiti. O Imigrante T, por outro lado, sente falta da comida e dos preços. Explica que as roupas são muito caras em Santa Catarina e que no Haiti são mais baratas.

Com penúltimo tópico do roteiro questionou-se os participantes sobre as perspectivas e planos de futuro. O Imigrante A pretende casar no Brasil, pois a namorada é brasileira, e trabalhar mais uns dois ou três anos para posteriormente fazer Doutorado. Pretende fazer em outro país que fale francês, de preferência no Canadá, para poder disponibilizar o que ele produzir para o próprio povo. Durante a graduação já pesquisou sobre o Haiti, mas o original está em português.

O Imigrante H quer fazer Mestrado, mas precisa de mais experiência para isso. O Imigrante I pretende se casar com a namorada haitiana, que mora no Canadá, e ir para o Canadá morar com ela. Ele é formado em eletricidade no Haiti e quer continuar estudando.

O Imigrante T tem um sonho de se casar com uma brasileira ou com uma mexicana e abrir a própria empresa. Gostaria de começar com uma empresa que compra itens prontos e os revende, mas os impostos são muito altos para fazer isso no Brasil. Pretende abrir uma empresa para fabricar chinelos no Haiti caso não dê certo no Brasil.

Finalmente, questionou-se aos quatro participantes do grupo focal se gostariam de acrescentar alguma informação ou dizer algo mais. Todos responderam que não, mas disseram que foi bom ter essa conversa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração haitiana é um tema atual que vem sendo tratado de forma crescente, principalmente a partir de 2014. Constatou-se que não houve concentração de trabalhos publicados em uma única

região do Brasil. Pelo contrário, as pesquisas foram realizadas em diversas instituições distribuídas pelo território nacional.

A realização deste estudo bibliométrico demonstra que do total de cinco artigos tratando da imigração haitiana, dois foram publicados no ano 2014, um em 2015 e outros dois em 2016. Também houve um aumento expressivo na quantidade de teses e dissertações publicadas: nos anos 2014 e 2015 foram cinco, totalizando 10 obras nesse período. Em 2016 esse número subiu para seis dissertações e uma tese.

Pimentel e Cotinguiba (2014) destacam que os principais motivos para a migração de haitianos para o Brasil foram: o terremoto ocorrido no Haiti em 2010; oportunidades de trabalho, oportunidades para estudar, conhecimento do país (Brasil), uma vida melhor, e para acompanhar a família. No mesmo sentido, durante a realização do grupo focal os participantes revelaram que os motivos para migrarem para o Brasil foram estudar, trabalhar e conhecer o Brasil.

Todos os quatro participantes concordam que o idioma é a maior dificuldade enfrentada por eles no Brasil. Esse fato está de acordo com a afirmação de Cotinguiba e Cotinguiba (2014) de que a barreira linguística é uma das principais dificuldades enfrentadas na convivência dos imigrantes.

Além disso, os participantes consideram o Haiti um país muito diferente, muito atrasado e muito pobre. O Brasil tem mais planejamento, infraestrutura e saneamento. Essa declaração do Imigrante A é coerente com a afirmação de Magalhaes (2017) de que o Haiti é o País mais pobre da América. Os imigrantes que participaram do grupo focal revelam que se sentiram mais negros ao ingressarem nas empresas onde trabalham, porque a minoria é negra.

Os imigrantes consideram que a parte mais positiva em trabalhar nas empresas onde estão é a experiência obtida, o conhecimento, o aprendizado e também o dinheiro. O que eles mais gostam na vida em Santa Catarina são: a cultura, a tranquilidade, a segurança, a comida, as atividades noturnas e as mulheres bonitas. Também gostam muito da igreja. O apoio oferecido pela igreja aos

imigrantes é destacado por Silva (2014), Araujo (2015) e Cogo e Silva (2016). Por outro lado, o homossexualismo e a desigualdade racial e social não agradam os imigrantes haitianos.

Os imigrantes sentem falta de várias coisas do Haiti como os amigos, a igreja, o "país", o sol, as praias e a comida. Mas a principal e mais intensa é a falta da família. As perspectivas e planos de futuro dos participantes são: casar, continuar estudando (fazer Mestrado e Doutorado) e ir para o Canadá. Além disso, o Imigrante T sonha em abrir a própria empresa no Brasil ou no Haiti.

As informações apresentadas durante esta pesquisa demonstram que os imigrantes haitianos enfrentam dificuldades como a barreira linguística e a saudade de seus familiares. No entanto, continuam se dedicando a trabalhar e estudar, buscando o máximo de conhecimento e experiências e fazendo planos para continuar evoluindo.

Futuramente podem ser desenvolvidas outras pesquisas buscando conhecer a realidade dos imigrantes haitianos em outros estados além de Santa Catarina. Poderiam, também, ser realizados estudos a fim de mensurar a quantidade de imigrantes haitianos distribuídos em outros países como Equador, Estados Unidos e Guiana Francesa.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, L. C. **A migração haitiana para contagem região metropolitana de BH – O Brasil como polo atrativo e receptor no início do século XXI**. 2016. 70 p. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4922535>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ALCANTARA, P. I. de M. **Novas fronteiras**: um olhar sobre a imigração haitiana para o Brasil. 2014. 117 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1478722>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ALMEIDA, M. de S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAUJO, A. A. de A. **Reve de Brezil**: a inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo – Brasil. 2015. 172 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2493071>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CAMARGO, R. F. **Imigrações contemporâneas no Brasil**: haitianos no Amazonas. 2013. 83 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=862104#>. Acesso em: 16 jun. 2017.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES. 2017. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2017

COGO, D.; SILVA, T. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/21885/13676>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

COTINGUIBA, M. L. P.; COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 33, p. 61-87, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2843/1647>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

COTINGUIBA, M. L. P.; COTINGUIBA, G. C. Rondônia, um estado de fronteira na Amazônia ocidental brasileira: fluxos migratórios do passado e a imigração haitiana no início do século XXI. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 45-65, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/459/275>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIEHL, F. **Estrangeiro em uma terra estranha: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul**. 2017. 177 p. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5001862>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DIEME, K. **Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015**. 2016. 249 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4242056>. Acesso em: 13 jun. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopg-dr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOVANETTI, L. **As aporias na efetivação dos direitos fundamentais aos migrantes Haitianos no Brasil**. 2016. 257 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4287837>. Acesso em: 19 jun. 2017.

ISMA, A. **A migração haitiana para Guiana Francesa no século XXI: 2000 a 2014.** 2016. 143 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3613486>. Acesso em: 12 maio 2017.

MAGALHAES, L. F. A. **Imigração Haitiana no Estado de Santa Catarina: Fases do fluxo, contradições laborais e dependência de remessas no Haiti.** 2017. 353 p. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4996417>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MARCO, T. K. de. **Híbridação e globalização em estados multiculturais: a imigração no Brasil diante da redistribuição econômica e do reconhecimento identitário.** 2015. 153 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2175840>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PIMENTEL, M.; COTINGUIBA, G. C. *Wout, raketè, fwontyè, anpil mizèl: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar.* **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 73-86, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/2861/2316>>. Acesso em: 23 maio 2017.

SILVA, L. M. M. da; LIMA, S. S. Imigração Haitiana no Brasil: os Motivos da Onda Migratória, as Propostas para a Inclusão dos Imigrantes e a sua Proteção à Dignidade Humana. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 167-195, jan./jun. 2016. Disponível em: <www.jur.puc-rio.br/revistades/index.php/revistades/article/download/541/412>. Acesso em: 12 maio 2017.

SILVA, M. F. da. **Haitianos no Brasil**: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso. 2016. 487 p. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3894797>. Acesso em: 27 maio 2017.

SILVA, P. K. M. da. **Seguindo rotas**: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela Tríplice Fronteira Norte. 2014. 145 p. Dissertação (Mestrado)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=150312>. Acesso em: 21 maio 2017.

TIRAPELLI, A. **Uma (re)leitura do trabalho do imigrante**: a perspectiva da imigração haitiana frente à legislação trabalhista brasileira. 2016. 144 p. Dissertação (Mestrado)–Centro Universitário Curitiba, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4561864>. Acesso em: 28 maio 2017.



Capítulo VIII

PERFIL DOS IMIGRANTES HAITIANOS

Augusto Fischer¹
Jacir favretto²

Não há registros precisos sobre o total de haitianos que chegaram ao Estado de Santa Catarina, nem mesmo ao País. Entre 2011 e 2015, foram concedidas 34.773 autorizações a imigrantes haitianos (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2017). Segundo informado ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), entre 2012 e 2016, um total de 73.077 haitianos fizeram seu registro na Polícia Federal. No entanto, estimava-se que os imigrantes haitianos que ainda não efetuaram seu registro representavam mais de oito mil. Entre os estados nos quais os imigrantes haitianos se registraram, destacam-se: São Paulo (28,85%); Santa Catarina (21,07%); Paraná (16,36%); e Rio Grande do Sul (12,88%) (MILESI, 2016).

Especificamente para o Estado de Santa Catarina e para a região Oeste objeto da pesquisa, não foram localizados dados consistentes para estudos robustos. Partindo dessa condição, consultaram-se empresas instaladas em Chapecó, SC, a Pastoral do Imigrante da Diocese de Chapecó, e a Prefeitura de Chapecó.

Com base em consultas informais junto a empresas, apurou-se que entre 2012 e 2015 foram contratados mais de três mil haitianos. A Pastoral do Imigrante não dispõe de registros quantitativos, mas disponibilizou dados estatísticos do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (Sincre), fornecidos pelo Departamento da Polícia Federal, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 20 de março de 2014. Nesse período, foram registrados em Santa Catarina 1.109 haitianos, representando 9,3%

¹ Professor permanente no curso de mestrado profissional em administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina; auguto.fischer@unoesc.edu.br

² Pós-Doutor em Contabilidade e Atuária pela Universidade de São Paulo; Doutor em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina e na Universidade do Contestado; jacir.favretto@unoesc.edu.br

do total de haitianos registrados no País no mesmo período. Quanto aos haitianos registrados no Estado, alertou-se que os imigrantes haitianos deslocam-se com frequência, não fixando domicílio por muito tempo.

Na Prefeitura de Chapecó, a Secretaria Municipal de Saúde conta com sistema de acompanhamento e controle de atendimentos sociais e de saúde da população residente, de cuja base se extraiu a amostra dos imigrantes haitianos para identificação do perfil. A amostra dos imigrantes haitianos residentes é composta de 573 pessoas, sendo 54,1% do sexo masculino e 45,9% do sexo feminino.

Tabela 1 – Imigrantes haitianos residentes em Chapecó, por faixa etária e sexo

Faixa etária (em anos)	Masculino		Feminino		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
0 a 4	3	0,97	6	2,28	9	1,57
5 a 9	6	1,94	8	3,04	14	2,44
10 a 14	5	1,61	5	1,90	10	1,75
15 a 19	5	1,61	7	2,66	12	2,09
20 a 39	232	74,84	215	81,75	447	78,01
40 a 49	53	17,10	19	7,22	72	12,57
50 a 59	3	0,97	2	0,76	5	0,87
60 a 69	3	0,97	1	0,38	4	0,70
Total	310	100,00	263	100,00	573	100,00

Fonte: Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros.

Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição por gênero e faixa etária. Evidencia-se a forte concentração da população na faixa etária de 20 a 39 anos, seguida, bem distante, pela faixa de 40 a 49 anos. Essas faixas etárias representam 90,6% da amostra. Os haitianos do sexo masculino, na faixa etária de 20 a 49 anos, concentram 49,7% da amostra, enquanto as haitianas representam 40,8%.

Quanto à escolaridade, a maioria dos haitianos amostrados é alfabetizada. Em segundo lugar, possuem ensino médio ou segundo grau completo, seguidos do ensino fundamental, ou 1º grau completo, na terceira posição. Cabe ressaltar que, entre os que não sabem ler e/

ou escrever, 10 indivíduos são menores (1,75%), com até nove anos. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos haitianos residentes em Chapecó por escolaridade.

Tabela 2 – Imigrantes haitianos residentes em Chapecó, por escolaridade e sexo

Escolaridade	Masculino		Feminino		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Não sabe ler/escrever	9	2,9	8	3,0	17	3,0
Alfabetizado	138	44,5	101	38,4	239	41,7
Fundamental (1º grau) incompleto	30	9,7	38	14,4	68	11,9
Fundamental (1º grau) completo	37	11,9	44	16,7	81	14,1
Médio (2º grau) incompleto	8	2,6	11	4,2	19	3,3
Médio (2º grau) completo	61	19,7	41	15,6	102	17,8
Superior incompleto	7	2,3	1	0,4	8	1,4
Superior completo	10	3,2	7	2,7	17	3,0
Sem informação	10	3,2	12	4,6	22	3,8
Total	310	100,0	263	100,0	573	100,0

Fonte: Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros.

Em relação ao estado civil ou situação familiar de convívio, 47,8% dos imigrantes haitianos convivem (ou residem) com companheira(o) ou cônjuge e filhos. Outros 24,6% vivem com familiares, mas sem companheira(o), e 21,5% vivem com pessoas sem vínculos consanguíneos ou conjugais. A Tabela 3 apresenta a distribuição da situação familiar por sexo.

Tabela 3 – Imigrantes haitianos residentes em Chapecó, por sexo e situação familiar

Situação Familiar	Masculino		Feminino		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Convive com companheira(o) e filhos	41	13,2	44	16,7	85	14,8
Convive com companheira(o) cônjuge, sem filhos	75	24,2	82	31,2	157	27,4
Convive com companheira(o), filho(s) e/ou outros familiares	17	5,5	15	5,7	32	5,6
Convive com familiares sem companheira(o)	81	26,1	60	22,8	141	24,6
Convive com outros(s) sem laços consanguíneos ou conjugais	74	23,9	49	18,6	123	21,5
Vive só	18	5,8	7	2,7	25	4,4
Não informado	4	1,3	6	2,3	10	1,7
Total	310	100,0	263	100,0	573	100,0

Fonte: Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros.

De forma sucinta, o perfil da população de imigrantes haitianos, residentes em Chapecó, Santa Catarina, caracteriza-se pelas faixas etárias de 20 a 49 anos, correspondendo a mais de 90%, com mais de 54% do sexo masculino, e mais de 72% que vivem com familiares, companheiros(as) e/ou cônjuges. Quanto à escolaridade, aproximadamente 71% dos haitianos possuem até o ensino fundamental. A maioria da população haitiana de Chapecó está lotada nas atividades de frigoríficos de abate de aves e de suínos.

Essas características conferem com as características da população haitiana, segundo relatórios emitidos pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), com base em dados do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE).

REFERÊNCIAS

MILESI, R. **Haitianos no Brasil**: Dados estatísticos, informações e uma Recomendação. Instituto Migrações e Direitos Humanos, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Autorizações concedidas a estrangeiros, Relatório Anual 2015-2016**. Brasília, DF: OBMigra, 2017. Disponível em: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorios-cgig-e-cnig>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRAMENTO E REGISTRO DE ESTRANGEIROS. In: DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL. **Dados Estatísticos do SINCRE**.

